

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Escola de Engenharia

Departamento de Engenharia de Produção

Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção

William Azalim do Valle

PRODUÇÃO COLABORATIVA DE VALORES DE USO EM OCUPAÇÕES

URBANAS: concepção técnica e política do espaço

Belo Horizonte

2015

William Azalim do Valle

**PRODUÇÃO COLABORATIVA DE VALORES DE USO EM OCUPAÇÕES
URBANAS: concepção técnica e política do espaço**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Minas Gerais, para a obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção, na Linha de Pesquisa Estudos Sociais da Tecnologia e da Expertise.

Orientador: Prof. Dr. Francisco de Paula Antunes Lima.

Belo Horizonte

2015

William Azalim do Valle

**PRODUÇÃO COLABORATIVA DE VALORES DE USO EM OCUPAÇÕES
URBANAS: concepção técnica e política do espaço**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Minas Gerais, para a obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção, na Linha de Pesquisa Estudos Sociais da Tecnologia da Expertise.

Orientador: Prof. Dr. Francisco de Paula Antunes Lima.

Prof. Dr. Francisco de Paula Antunes Lima – UFMG (Orientador)

Prof.^a Dr.^a Natacha Rena - UFMG

Prof.^a Dr.^a Viviane Zerlotini da Silva – PUC Minas

Prof.^a Dr.^a Vanessa de Andrade Barros – UFMG

Belo Horizonte, 30 de abril de 2015.

*Dedico este trabalho a Manuel Ramos Bahia, com a
certeza de que os que morrem pela vida não podem ser
chamados de mortos*

AGRADECIMENTOS

Às companheiras e aos companheiros das ocupações, com quem convivo e aprendo que a indignação não é apenas uma escolha, senão uma necessidade. Em especial, aos que foram e continuam sendo meus professores na luta pela emancipação popular.

Aos e às camaradas das Brigadas Populares, por compreender que a felicidade não se encontra no achado, mas no processo de busca pelo novo, e que vale mais o erro do que se poupar ao trabalho de tentar.

A mis panas de Cecosesola, por me ensinar que não há luta coletiva sem confiança e que, por sua vez, confiança é responsabilidade compartilhada.

Aos amigos e às amigas do mundo acadêmico, pelo companheirismo e por manter viva a esperança em um saber que se compromete com mudanças sociais.

Ao Chico, por me permitir o sonho, sem perder a sobriedade.

A Ju, por caminhar lado a lado, pela compreensão e por deixar claro que não há sentimento mais revolucionário do que o amor.

À minha família, por compreender a ausência e apoiar minhas escolhas. Minha mãe, guerreira com quem aprendi a compartilhar e a respeitar o próximo. Meu pai, pelos primeiros princípios de justiça, que me guiaram no caminho de suas origens. A meus irmãos, que desde cedo demonstraram o que é ser companheiro.

Por fim, a todos aqueles que, por me confiar suas ideias e percepções de mundo, participaram conjuntamente dessa pesquisa.

*Eu, pra mim, que moro na ocupação,
a cidade é uma muralha.
A cidade está pro lado de lá e a gente pro lado de cá.
Lá com um povo e aqui com outro.
A cidade não somos nós.
(Orlando Soares)*

RESUMO

Na Região Metropolitana de Belo Horizonte, há uma gigantesca especulação imobiliária, fruto da produção de espaços urbanos voltados exclusivamente para as populações de média e alta renda. O solo urbano é reduzido à condição de mercadoria, devido aos interesses de grupos numericamente pequenos que percebem a cidade a partir de seus valores de troca. Legitima-se, assim, a exclusão de centenas de milhares de trabalhadores, necessários para a construção e manutenção das cidades, mas que, paradoxalmente, não conseguem acessar à moradia pelas vias formais. Uma parcela cada vez mais significativa da classe trabalhadora decide, então, aceder o solo por vias informais, subvertendo a lógica vigente e desumana que determina o direito à propriedade de poucos em detrimento do direito à moradia de tantos. Assim, nascem as ocupações urbanas, espaços da cidade informal autoproduzidos em um contexto socioeconômico precário, sem qualquer apoio do poder público e contra a vontade dos proprietários de latifúndios urbanos improdutivos. Nesta dissertação, buscamos analisar como acontece a transformação do espaço nas ocupações, nas quais o acesso ao solo urbano é condição para sobreviver e conviver. O presente trabalho tem como foco as ocupações assessoradas por grupos de militantes políticos que realizam ações de intervenção social, aqui denominados organizações políticas. A colaboração entre esses sujeitos coletivos, ativos na transformação das cidades, orientados tanto por necessidades humanas urgentes como por princípios utópicos coletivistas, nos trazem questões técnicas sobre como conceber o espaço urbano de forma colaborativa e emancipadora. Sistematizamos, assim, dois casos de concepção coletiva do espaço: a construção de um equipamento coletivo na ocupação Guarani Kaiowá, localizada em Contagem, e a implementação de um sistema de coleta de resíduos na ocupação Tomás Balduino, em Ribeirão das Neves. Este trabalho, realizado segundo os princípios metodológicos da pesquisa-militante, busca compreender como a criação de novos valores de uso urbanos pode alterar as relações socioespaciais estabelecidas e promover novas formas de organização e produção nestes espaços.

Palavras-chave: Ocupações urbanas. Organizações políticas. Valor de uso. Participação. Pesquisa-militante.

ABSTRACT

In the metropolitan area of Belo Horizonte, there is a huge property speculation due to the production of urban spaces exclusively meant for medium to high wages. The urban land is reduced to the condition of commodity, given the concerns of numerically small groups who take the city only for their exchange values. The segregation of hundreds of thousands of workers which can't afford housing by formal means, although needed for building and maintaining the cities, is, by this, legitimized. An increasingly significant portion of the working class, then, decides to grant access to its land in non formal ways, subverting the current non human logic that determines the rights to property for a minority ahead of the housing rights for the majorities. It's when urban occupation places irrupt, an informal, self-produced space in a precarious socio-economic context, without any support from the Government and against the will of unproductive urban land lords. In the current dissertation, we analyze the space production and transformation in occupations places, where the access to urban land is a condition both to survive and socialize. In particular, we turn our focus on the occupations that are assisted by groups of political militants, called here political organizations, which engage in social interventions actions. The collaboration between these collective subjects while transforming the city, driven by both urgent human needs and utopian collectivist principles, bring us technical questions about how to design the urban space in a emancipatory way. We therefore take two so proposed collective space design experiences to study: the construction of a collective facility in Guarani Kaiowá occupation, located in Contagem, and the implementation of a waste collection system in Thomas Balduino occupation, in Ribeirão das Neves. This work was conducted according to the methodological principles of militant-research and aims to understand how the creation of new urban use values can change the established social relationships and promote new forms of organization and production on these spaces.

Keywords: Urban occupations movements. Use value. Participation. Militant-research. Political organizations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: A produção capitalista da cidade formal: indústria da construção	18
Figura 2: Composição do déficit habitacional segundo componentes (Brasil – 2007-2012).....	20
Figura 3: Quartinho, equipamento coletivo da ocupação Guarani-Kaiowá	37
Figura 4: Ocupação Guarani Kaiowá	51
Figura 5: Espaço de construção do equipamento coletivo, anexo ao Quartinho.....	54
Figura 6: Em detalhe, a única mesa do quartinho	58
Figura 7: Palco da ocupação Guarani Kaiowá	61
Figura 8: Ocupação Tomás Balduino	65
Figura 9: Horta no quintal da casa de um morador da ocupação Tomás Balduino.....	66
Figura 10: Horta comunitária da ocupação Tomás Balduino.....	67
Figura 11: Carrinho que possui um dos coletores	71
Figura 12: Novo carrinho proposto pelos pesquisadores	73
Figura 13: Terreno no qual os materiais recicláveis são armazenados	76
Figura 14: Da aglomeração de indivíduos à composição de grupos	82
Figura 15: Cooperação entre pesquisa confinada e pesquisa aberta	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Interesse dos atores na construção de equipamento coletivo na ocupação Guarani Kaiowá.....	83
Tabela 2: Interesse dos atores na coleta de resíduos na ocupação Tomás Balduino	85

SUMÁRIO

1	Introdução	1
1.1	<i>A estrutura da dissertação</i>	5
2	O percurso metodológico	7
3	A disputa pela cidade e o direito à moradia	12
3.1	<i>Déficit habitacional</i>	14
3.2	<i>O programa MCMV</i>	16
3.3	<i>As Ocupações Urbanas</i>	20
4	O encontro entre ocupações urbanas e organizações políticas	23
4.1	<i>Os(As) ocupantes</i>	23
4.2	<i>A militância</i>	28
4.2.1	<i>A organização política</i>	28
4.2.2	<i>A Frente pela Reforma Urbana</i>	30
4.2.3	<i>O trabalho dos/das militantes</i>	32
4.3	<i>O encontro</i>	34
4.3.1	<i>Os mecanismos formais de mobilização</i>	37
4.3.2	<i>Ocupações planejadas e espontâneas</i>	43
5	Dois experiências autogestionárias em ocupações urbanas	48
5.1	<i>A Construção do Centro Social da Guarani Kaiowá</i>	50
5.1.1	<i>O projeto de um novo equipamento coletivo</i>	53
5.1.2	<i>A construção do equipamento</i>	56
5.1.3	<i>A divisão do trabalho por gênero</i>	57
5.1.4	<i>Os moradores e os “classe média”</i>	59
5.2	<i>A coleta de resíduos na ocupação Tomás Balduino</i>	63
5.2.1	<i>O planejamento da coleta de resíduos</i>	65
5.2.2	<i>A coleta e o trabalho remunerado</i>	71
5.3	<i>Processos de concepção participativa</i>	77
6	Produção e colaboração política	78
6.1	<i>As assembleias: entre estruturas de controle social e fóruns híbridos</i>	79

6.2	<i>Exploração dos coletivos de produção</i>	81
6.3	<i>Exploração dos cenários concebidos</i>	87
6.4	<i>Concepção de valores de uso: participação e conhecimento tácito</i>	92
7	Considerações finais	100
	Referências bibliográficas	105
	Entrevistados	110

1 Introdução

A atividade humana orientada à produção de cidades tem como fim moldar o espaço de acordo com sua necessidade e, nesse processo de trabalho, a terra é o meio que permite essa transformação. Sabemos, contudo, que o processo de urbanização depende da mobilização de capital excedente e este, por sua vez, esteve historicamente concentrado nas mãos de classes econômicas numericamente reduzidas, que determinavam sua aplicação. Existe, assim, no espaço das cidades contemporâneas, uma estrutura socioespacial que organiza a distribuição da população pelo território, caracterizada por relações de segregação.

Nas regiões metropolitanas brasileiras, o acesso ao solo urbano é recusado a uma parcela significativa dos trabalhadores, necessária para a manutenção e produção das cidades, mas excluída da repartição da riqueza produzida no espaço urbano. Nesse contexto, surgem as ocupações urbanas, espaços informais da cidade, autoproduzidos por aqueles aos quais o direito à moradia é negado. Essas famílias autoconstróem suas casas em uma conjuntura socioeconômica precária, sem qualquer apoio do poder público, e disputam o território urbano com os interesses de grandes corporações privadas, detentoras desse excedente produzido coletivamente.

Caracteriza-se, assim, a disputa entre os que compreendem, prioritariamente, a cidade a partir de seu valor de troca e os que a compreendem por meio de seus possíveis e necessários valores de uso:

Fazendo um raciocínio muito esquemático, de um lado estão os usuários da cidade, os trabalhadores, aqueles que querem da cidade condições para tocar a vida: moradia, transporte, lazer, vida comunitária, etc. Esses veem a cidade como valor de uso. Do outro lado estão aqueles para quem a cidade é fonte de lucro, mercadoria, objeto de extração de ganhos. Esses encaram a cidade como valor de troca. (MARICATO, 1997, p.44).

Nessa luta pela efetivação do direito à moradia, as famílias ocupantes produzem novas relações entre si e toda infraestrutura urbana no espaço ocupado, além de se conectarem a outros agentes da cidade. Dentre eles, há grupos organizados de militantes políticos que praticam ações de intervenção social, aqui denominados organizações políticas. Em colaboração com os/as moradores de ocupações urbanas, essas organizações lutam contra o Estado e os proprietários de latifúndios urbanos improdutivos e, ademais, pretendem uma transformação social mais ampla, uma revolução urbana popular. Presente em dezenas de conflitos fundiários da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), a relação que se desenvolve entre organizações políticas e moradores de ocupações

urbanas, seja na ação de resistência política ou na transformação do espaço, será o pano de fundo deste estudo.

As ocupações estudadas no presente trabalho se relacionam com a organização política Brigadas Populares, que se responsabiliza por realizar assessoria política e técnica. A organização orienta sua ação segundo dois princípios complementares: a defesa da legitimidade dos oprimidos da cidade em acessar terrenos que não cumprem sua função social e a compreensão de que as ocupações são instrumentos coletivos de mobilização política, por meio das quais os trabalhadores e as trabalhadoras potencializam a luta pelo direito à cidade.

A partir de sua prática cotidiana e das contribuições de autores como Lefebvre (2001), em *Direito à Cidade*, e Harvey (2012), em *Cidades Rebeldes*, a militância das Brigadas Populares compreende por direito à cidade não somente o acesso aos serviços públicos ofertados no espaço urbano, mas o direito dos cidadãos e das cidadãs urbanas de gerir e transformar a cidade.

Eu tenho trabalhado já há algum tempo com a ideia de um direito à cidade. Eu entendo que o direito à cidade significa o direito de todos nós criarmos cidades que satisfaçam as necessidades humanas, as nossas necessidades. O direito à cidade não é o direito de ter - e eu vou usar uma expressão do inglês - as migalhas que caem da mesa dos ricos. Todos devemos ter os mesmos direitos de construir os diferentes tipos de cidades que nós queremos que existam. O direito à cidade não é simplesmente o direito ao que já existe na cidade, mas o direito de transformar a cidade em algo radicalmente diferente. Quando eu olho para a história, vejo que as cidades foram regidas pelo capital, mais que pelas pessoas. Assim, nessa luta pelo direito à cidade haverá também uma luta contra o capital (HARVEY, 2015).

Para que essa transformação seja orientada à satisfação das necessidades das maiorias excluídas pela apropriação privada da riqueza urbana, a garantia da função social da propriedade se torna, portanto, o principal argumento jurídico, político e ético em defesa dos ocupantes. Para permanecer no terreno, as famílias efetivam a posse ao produzir novos valores de uso urbanos para o terreno até então ocioso. Devido à falta de infraestrutura fornecida pelos órgãos de poder instituídos e à dificuldade de acessar os serviços públicos, os/as moradores/as instalam os “gatos” para obter energia elétrica e água, constroem suas casas e equipamentos de uso comum com recursos próprios (autoconstrução), e desenvolvem acordos tácitos que sejam capazes de ordenar a vida, na experiência cotidiana da escassez. Ademais, a partir desses acordos tácitos, se auto-organizam na produção do espaço em negociações pouco explícitas que contém suas

virtudes, advindas das dádivas¹ do trabalho coletivo, e seus elementos perversos, oriundos da integração desses trabalhadores à lógica capitalista de forma subalterna e desumana.

Vale ressaltar que essa transformação do espaço não é concebida e executada exclusivamente pelos ocupantes, assim como a elaboração de discursos e estratégias de resistência não cabe somente aos militantes. Ambas são efetuadas a partir da colaboração entre as famílias residentes na ocupação urbana e a organização política. Essas responsabilidades compartilhadas levam a uma série de questões, das quais as seguintes serão discutidas mais profundamente nesta dissertação:

- a) Em que termos se dá a colaboração entre moradores de ocupações urbanas e militantes de organizações políticas?

Na existência de um conflito fundiário, é estabelecida certa colaboração entre esses diferentes grupos sociais, na qual os dois lados atuam e se retroalimentam em seus interesses, o que pretendemos denominar por *colaboração política*. Ou seja, os desejos dos ocupantes, de permanência no solo acessado, e o dos militantes, de questionamento das políticas públicas urbanas, se fortalecem mutuamente, ao decidirem conjuntamente questões do processo de resistência coletiva.

Para intensificar essa colaboração nas ocupações sobre as quais orientamos nosso estudo, os militantes sugerem a criação da *assembleia*, como mecanismo concebido para promover decisões coletivas sobre a produção do espaço ocupado e sobre os rumos da ação reivindicativa. Propõem, também, a criação de estruturas auxiliares, como a *coordenação* e as *comissões*, de caráter especializado. A primeira, orientada ao trabalho de mediação de conflitos entre os moradores e de representação política frente a outros agentes da cidade, em especial, frente ao poder público. A segunda, de caráter operativo, direcionada à construção da infraestrutura coletiva necessária para que as famílias se estabeleçam no terreno. Nesse estudo, denominaremos a assembleia e essas estruturas auxiliares, coordenação e comissões, como *mecanismos formais de mobilização*.

¹ Ao nos referirmos às dádivas do trabalho coletivo, nos interessamos por aquelas relações estabelecidas entre os moradores de ocupações que não são regidas, prioritariamente, por valores econômicos, mas sim sociais. Nas palavras de Oliveira (2010): “no âmbito mais teórico, os estudos sobre a dádiva nos ajudam a compreender possibilidades de instituição de vínculos sociais diferentes do modelo utilitarista moderno, que concebe o homem como essencialmente egoísta, agindo apenas em função de seus próprios interesses.” No capítulo 5, ao apresentarmos os estudos de caso, tais elementos do trabalho coletivo dos ocupantes serão abordados empiricamente.

Cabe então aos ocupantes aderir ou não à implementação desses mecanismos, assim como estabelecer possíveis regulações², o que por si só não se configura como ação política de resistência, mas estabelece alguns princípios básicos que servirão para a construção coletiva entre os dois atores. Buscamos demonstrar, a partir da dinâmica dos espaços compartilhados por ambos, os interesses que movem a relação entre esses dois sujeitos coletivos. Assim, pretendemos descrever os elementos práticos que levam a criação desses mecanismos³ e, conseqüentemente, o conjunto de tarefas que por meio deles são concebidas e assumidas por ocupantes e militantes, numa perspectiva de unidade voltada para a superação do conflito fundiário.

Podemos dizer que a luta pela permanência no terreno ocupado é consenso entre ocupantes e militantes. A transformação do espaço, por sua vez, ocorre num processo de negociação entre desejos múltiplos, o que nos leva ao nosso segundo objetivo específico:

- b) Sistematizar dois processos de produção de valores de uso urbanos em ocupações, orientados para a satisfação de necessidades humanas dos ocupantes.

A materialização da ocupação e da resistência se traduz, em prazos mais ou menos longos, em construções particulares e edificações de uso comum (que denominamos genericamente de valores de uso urbanos). Em ambos os casos, isso ocorre segundo regras e interesses mais ou menos individualistas ou coletivos. Projetos técnicos de construção⁴ e projeto político se mesclam, aqui, na definição dos padrões de ocupação urbana, mas nem sempre de forma consensual.

A partir da sistematização de duas experiências de organização do trabalho conjunto entre militantes e ocupantes - a construção de um equipamento coletivo na ocupação Guarani Kaiowá e a implementação de um sistema de coleta de resíduos na ocupação Tomás Balduino - almejamos demonstrar como se organiza o trabalho de planejamento de uma intervenção social e o de sua respectiva execução, na produção de novos valores de uso para o espaço.

² A periodicidade das assembleias, as formas de representação interna e a organização do trabalho de transformação do espaço são características definidas conjuntamente por militantes e ocupantes. Dessa forma, a estrutura de coordenação na ocupação Dandara, por exemplo, estabelecida por núcleos territoriais, não é semelhante ao que ocorre na ocupação Tomás Balduino, onde não há formalização de uma estrutura de representação, mas, sim, o que chamamos por lideranças informais.

³ Um dos focos dessa pesquisa está em compreender os limites e potencialidades dessas estruturas formais de mobilização. Não queremos, contudo, afirmar que não existam outras formas não institucionalizadas de mobilização, como aquelas que se dão corpo a corpo, por constrangimento, dentre outras.

⁴ Uma das características da autoconstrução é a ausência de projeto técnico. Aqui, então, nos preocupamos mais com a interseção e os conflitos entre os diversos projetos individuais de moradia e o restante dos espaços de uso comum.

Nossa terceira e última questão específica se constitui a partir das considerações sobre essas experiências:

- c) Alternativas de (re)produção autogestionárias podem gerar novas formas de colaboração política, para além daquela estabelecida pelo conflito fundiário?

Pretendemos analisar como a satisfação das necessidades humanas das famílias, por meio da produção auto-organizada de equipamentos coletivos ou de serviços, é capaz de promover novas formas de colaboração política entre os ocupantes e dos ocupantes com os agentes externos.

As ocupações objetos desse estudo são assessoradas pela mesma organização política que, por meio da atuação de seus militantes, também se torna objeto dessa investigação. Não se trata, no entanto, de analisar a atividade dos militantes enquanto ação política em si mesma, mas sim da interface (ou interação) entre esta ação militante - que, enquanto tal, se configura como uma ação política tradicional de intervenção social de um grupo organizado - e as ações cotidianas do grupo social alvo desta política. É precisamente este encontro entre sujeitos sociais com experiências, trajetórias de vida e interesses diversos, que coloca problemas práticos que nos levaram a esse momento de reflexão, embora estejam articulados por um objetivo comum de transformar o espaço urbano por meio da efetivação do direito à moradia. Assim, a tarefa tratada aqui é mais a prática efetiva de transformação e apropriação do espaço, em torno da qual esses grupos convergem por caminhos diferentes, do que a simples tarefa política que se atribui um grupo organizado, à qual os outros parceiros, no caso dos ocupantes, podem não aderir.

1.1 A estrutura da dissertação

Para além do conflito fundiário, elemento central na relação entre a organização política e as ocupações estudadas, seria a produção autogestionária capaz de satisfazer as necessidades da comunidade, ao mesmo tempo em que permite a criação de novas formas de colaboração política emancipadoras? Podemos sintetizar, assim, o problema central desta dissertação, tomado em sua formulação mais direta em: como garantir novas funções sociais para o terreno ocupado e, a partir delas, gerar novos usos dos mecanismos de mobilização política, baseados em relações não opressoras?

A dificuldade de se operacionalizar estratégias coletivas entre ocupantes e militantes, sejam esses pertencentes de organizações políticas ou não, é bem detalhada na dissertação desenvolvida pelo arquiteto Tiago Lourenço (2014), que tem como objetivo analisar os processos de planejamento urbanístico em ocupações da RMBH. Nesse estudo, ficam

claras as limitações de um trabalho colaborativo entre formas de vida bem distintas, ocupantes e militantes, mesmo que esses possuam interesses comuns. De forma bem direta, a fim de exemplificar, não é porque um plano urbanístico reserva espaços para edificações coletivas, que as mesmas serão materializadas, nem tampouco o espaço reservado respeitado.⁵

Como dito acima, essas questões mais imediatas derivam de questões mais gerais que dizem respeito a como atores sujeitos políticos podem, de fato, se associar em torno de um projeto social comum, ou seja, como se tece uma rede dentro de um movimento social.

No próximo capítulo, apresentamos a motivação e os princípios metodológicos que fundamentam esta pesquisa na busca por respostas para tais questões. No terceiro capítulo, pretendemos contextualizar as cidades enquanto territórios em disputa, entre os que percebem a cidade a partir de seus valores de troca e os que a percebem, prioritariamente, a partir de seus valores de uso, para compreender porque grupos de famílias decidem ocupar terrenos por vias informais.

No capítulo 4, apresentamos quem são esses sujeitos políticos urbanos, os ocupantes e as Brigadas Populares, porque os mesmos se aproximam pelo conflito fundiário e como são criados os mecanismos formais de mobilização. No capítulo 5, a partir da sistematização de duas experiências de produção nas ocupações Guarani Kaiowá e Tomás Balduino, explicitamos características da organização do trabalho conjunto de militantes e ocupantes, no processo de transformação do espaço. No capítulo 6, levantamos questões sobre como a concepção e produção de novos valores de uso para o espaço em ocupações urbanas pode gerar novas formas de colaboração política entre ocupantes e militantes.

Na conclusão, além de retomar as questões específicas ao final deste percurso, faço uma reflexão pessoal sobre perdas e ganhos da militância em alternância com a reflexão acadêmica que, por força das circunstâncias, vivenciei nesses últimos anos. Minha experiência vivida de alternância entre militância e vida acadêmica, apesar de pessoal, não deixa de ter um paralelo profundo com as questões práticas tratadas nesta dissertação.

⁵ Novamente, deixamos claro que o interesse pelos mecanismos formais de mobilização não exclui a importância de outras formas não tão explícitas, apenas exprime um desejo de melhor compreender a potencialidade dessas estruturas em promover a negociação e a mobilização coletiva, tão necessárias para resistir ao despejo, quanto para a construção de estruturas sociais democráticas.

2 O percurso metodológico

A necessidade percebida pela Frente pela Reforma Urbana, estrutura de organização interna das Brigadas Populares⁶, de melhor compreender a colaboração entre seus militantes orgânicos e moradores de ocupações urbanas se intensifica após um período de forte mobilização política, protagonizado pela ocupação Dandara, entre 2009 e 2012.

Nos primeiros três anos de posse do terreno, em que o despejo se apresentava enquanto ameaça eminente, devido às reviravoltas do processo jurídico e político, várias foram as formas de ação direta protagonizadas pelas famílias, no intuito reivindicativo de demonstrar a legitimidade da ação de ocupação do terreno ocioso e, quando possível, de dialogar com os cidadãos da cidade sobre a situação urgente do déficit habitacional na RMBH, problema enfrentado por centenas de milhares de famílias. Ocupações de prédios públicos, marchas desde a comunidade em destino ao centro da cidade - onde se localizam o Tribunal de Justiça de Minas Gerais e a Prefeitura de Belo Horizonte -, e o abraço de solidariedade em torno da ocupação foram algumas dentre as várias ações de resistência e agitação. Havia também um processo de mobilização para transformação do espaço ocupado, que resultou na edificação de equipamentos coletivos, como a horta comunitária, o centro comunitário e o centro ecumênico.

Esse período ficou marcado pela aproximação de atores sociais que, apesar de não conviverem com problemas semelhantes aos dos ocupantes e nem estar em contato contínuo com os moradores, reconheciam e legitimavam a luta dessas famílias. O lançamento do CD da banda Graveola e o Lixo Polifônico na ocupação, a campanha internacional de solidariedade, que contou com centenas de fotos enviadas por pessoas de diversos países, com a frase “Despejo não! Com Dandara, eu luto!”, e a gravação do documentário *Dandara: Quando morar é um privilégio, ocupar é direito*, do cineasta argentino Carlos Pronzato, são o resultado da exitosa ação política de resistência protagonizada pelos moradores.

Com o passar do tempo, a percepção de certo arrefecimento no processo de mobilização reivindicativa, pelo direito à moradia, se tornou consenso entre os militantes que assessoravam politicamente o processo de organização interna na Dandara, os coordenadores da ocupação e os apoiadores que faziam parte de uma rede de solidariedade. “O povo acha que já ganhou a casa”. Frases como essa eram repetidas em

⁶ Essa estrutura será melhor detalhada no capítulo 4.

reuniões de grupos, da coordenação ou nas assembleias, seja pelos moradores, coordenadores ou militantes.

Apesar da intenção externada pelas Brigadas Populares de que a luta se inicia com o conflito centrado na moradia, mas que se estende a outras pautas – acesso a serviços públicos de água, luz, coleta, saúde e educação –, essa não era a percepção da maioria dos moradores. Iniciativas coletivas de auto-organização que buscavam reduzir os impactos desses problemas tampouco se efetivavam.

Nesse instante, para além da assessoria política que realizava na comunidade, enquanto militante das Brigadas Populares, era um desafio pensar em como a minha formação de engenheiro poderia auxiliar o processo de organização popular, por meio de alternativas produtivas autogestionárias. Cabe ressaltar que, no presente estudo, refuto a perspectiva produtivista e empreendedorista, que compreende a produção apenas a partir das atividades que geram renda e trabalho. As atividades de organização popular que visam a garantia da posse da terra, ou da moradia, são atividades de trabalho, assim como aquelas que objetivam exclusivamente o valor de troca da força de trabalho no mercado. Autoconstruir, debater, manifestar, organizar e ocupar são ações intencionadas na produção de novos valores de uso para o espaço urbano, e, simultaneamente, na produção de novas relações urbanas. Assim, não há uma separação clara entre moradia e trabalho, produção e reprodução, para as famílias que ocupam um terreno. Por alternativas produtivas pode-se compreender tanto a tentativa de construção de equipamentos coletivos, tais como centros sociais e creches, como a autoprodução de materiais de construção que diminuam os custos de reprodução dos trabalhadores ou a organização de um sistema de coleta autogerido, pois todas elas produzem novas relações entre as famílias, permeadas pelo espaço ocupado.

Surge, então, a pergunta que motiva esse trabalho: a partir da atuação junto aos ocupantes no conflito fundiário, como promover novas formas de organização da produção no espaço que sejam emancipadoras?

Duas experiências de produção autogestionárias do espaço em ocupações da RMBH, a construção de um equipamento coletivo na ocupação Guarani Kaiowá e a implementação de um sistema coleta de resíduos na ocupação Tomas Balduino, irão nos servir como base empírica na tentativa de construção de aproximações teóricas capazes de auxiliar os que se preocupam com o tema estudado. Também, utilizaremos, em alguns momentos, a experiência de construção da ocupação Dandara, para enriquecer a análise.

Assumimos, aqui, a perspectiva metodológica da pesquisa-militante, em contraponto à visão positivista da ciência: “Ao invés de aplicar na prática o que se havia formulado previamente na teoria, busca-se construir aproximações teóricas, tendo, como ponto de partida, a sistematização de práticas educativas” (HOLLIDAY, 2009).

Sabemos que, assim como nos conta Lowy (1998), a teoria positivista do século XVIII teve sua dimensão revolucionária na medida em que se propunha uma ciência neutra, imune a interesses e paixões, em uma época em que o Estado era dominado por pensamentos religiosos. No período pós-revoluções burguesas, porém, essa teoria assume seu caráter liberal conservador, ao afirmar a existência de uma harmonia natural independente da vontade humana. A maneira mais adequada de estudar as questões sociais, políticas e humanas, na perspectiva positivista, seria a observação neutra dos acontecimentos, dados e das instituições humanas, de tal forma que o pesquisador, ao se deparar com elementos empíricos, deva fazer uma análise sem que aspectos como ideologia, posição de classe e gênero, dentre outros, interfiram em suas conclusões.

Em contraponto a essa visão, defendemos que todo estudo, inclusive a própria escolha do objeto de estudo, está permeada por opiniões, percepções individuais ou coletivas. Com esse intuito, esse trabalho se estrutura metodologicamente nos princípios da pesquisa militante que, como descritos por Bringel e Varela (2014), pressupõem “o envolvimento e engajamento direto do investigador na transformação de uma ordem social opressora, ao propor que *as emoções e interesses dos pesquisadores são também parte presente no estudo*”. Por compreender que os dilemas sociais estudados não podem ser elucidados por uma ciência funcionalista e hierárquica; propomos uma análise multidisciplinar das experiências estudadas, na qual o conhecimento e o saber dos moradores envolvidos são imprescindíveis. Como colocam Bonilla *et al.* (1972), o elemento popular é dono de uma rica experiência de luta, conhece uma quantidade de métodos de sobreviver e defender-se e, sendo assim, qualquer passo que se pretenda dar tem que se fundamentar nesse conhecimento existente.

Os Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia, linha de pesquisa na qual essa dissertação se insere, tem sua razão de ser na compreensão de que a manipulação de elementos empíricos com o intuito de criar encadeamentos causais não é suficiente, como afirma a visão positivista. Compreendemos que tanto na redução do contexto social estudado, quanto em sua reconfiguração, são necessários processos de negociação e disputa política.

A pesquisa-militante, segundo Reva, que desenvolve sua tese de doutorado sobre o tema, surge justamente dessa compreensão da necessidade de diálogo entre conhecimento e interesse:

A pesquisa militante é uma metodologia de origem latino-americana que pretende envolver a produção de conhecimento à atuação política. No Brasil, é contemporânea ao surgimento das ciências sociais nas décadas de 50 e 60, que se deu simultaneamente à ascensão dos movimentos sociais (REVA, 2015 - militante).

Parte-se do princípio de que a separação entre objeto e sujeito na produção de conhecimento dificulta a captação da realidade em movimento, pois quando o pesquisador não se encontra envolvido no processo social, dificilmente compreenderá o conteúdo dos elementos que busca interpretar, ao captar a realidade de maneira estática (REVA, 2015 - militante).

Segundo Guerreiro (1996), em países da periferia do capitalismo, como é o caso do Brasil, a ideia e a prática da redução sociológica somente poderiam ocorrer ao cientista social que adote sistematicamente uma posição de compromisso consciente com o seu contexto, dado que “nesses países periféricos, a sociedade não está fundada segundo critérios próprios, é algo a fundar, e por isso, o engajamento abre, para o intelectual, um horizonte de infinitas possibilidades” (GUERREIRO, 1996, p.105). Para não assimilar de maneira mecânica o patrimônio científico estrangeiro, o imperativo de acelerar a transformação de contextos subdesenvolvidos seria uma exigência, mesmo que para isso haja um sacrifício da objetividade proposta pela perspectiva positivista. Como problematiza Guerreiro (1996, p.105), “a redução sociológica é ditada não somente pelo imperativo de conhecer, mas também pela necessidade social de uma comunidade que, na realização de seu projeto de existência histórica, tem de servir-se da experiência de outras comunidades”.

Essa pesquisa-militante pode ser considerada uma metodologia de primeira pessoa, segundo a perspectiva apresentada por Sade (2009), em que os dados são fenomenológicos, “no sentido daquilo que aparece para o sujeito [pesquisador], como experiência, a partir da atenção que porta sobre si próprio, sobre o que pode acessar de sua experiência no momento presente [...] ou a posteriori (retrospectivamente)”.

Os dados utilizados nesta dissertação foram recolhidos ao longo de três anos (de 2012 a 2015) de trabalho militante nas ocupações urbanas da RMBH, complementados por informações obtidas em entrevistas, formais e informais, com moradores e integrantes da

organização política⁷, e pela atuação em dois processos produtivos autogestionários: a construção de um equipamento coletivo na ocupação Guarani Kaiowá, localizada na região do Ressaca, em Contagem; e a implementação de um sistema de coleta de resíduos na ocupação Tomás Balduino, na região do Areias, em Ribeirão das Neves.

Este trabalho, além de procurar atender as exigências de um texto acadêmico, não deixa de ser marcado pelas especificidades dessa pesquisa-militante e engajada, o que se reflete tanto nas demandas práticas que suscitaram essas reflexões como nas preocupações e intrigas teóricas nas quais elas foram se traduzindo ao longo desses dois últimos anos, em que alternei minha ação política com as atividades universitárias. Em termos pessoais, ao lado dos problemas de ordem prática para conciliar a organização do tempo entre esses dois mundos, a questão que sempre me perseguiu é quanto ao que se pode ganhar em ambas as atividades, isto é, como a prática engajada pode deslocar conceitos e teorias estabelecidos e, em retorno, como os problemas práticos podem se beneficiar desses momentos de reflexão e de contato com o mundo dos conceitos.

⁷ Em acordo com todas as pessoas participantes dessa pesquisa, optamos por utilizar nomes fantasiosos.

3 A disputa pela cidade e o direito à moradia

As cidades contemporâneas têm sido produzidas (e reproduzidas) sobre uma dimensão cada vez mais segregada. Os meios de comunicação de massa difundem o aprofundamento das desigualdades: “1% mais rico de São Paulo abocanha 20% da renda da cidade; há dez anos eram 13%” (CORREA, 2014); “OCDE aponta aumento de abismo entre pobres e ricos na Europa” (WELLE, 2013). Inclusive, esse foi o tom do *frisson* causado pelo livro de Pikketi (2014), *O Capital no Século XXI*, que, longe de ser uma proposta revolucionária, mostra o aprofundamento das desigualdades.

Ainda que produzidas coletivamente, através do trabalho de milhares de mulheres e homens que nelas vivem, as cidades são apropriadas, por pequenos grupos que controlam o circuito do capital e, da cidade, extraem a mais-valia. A cidade se apresenta, portanto, como resultado da sociabilidade capitalista, marcada pelos processos de produção, circulação e acumulação de capital; as relações sociais capitalistas moldam o urbano.

Para entender esse contexto, deve-se aumentar o escopo de análise do marxismo tradicional. Como ressalta Maricato (1988), a questão urbana nem sempre fez parte da análise da esquerda, que priorizou, durante muito tempo, a luta operária e camponesa em senso estrito. Uma nova tradição de intelectuais (MARICATO, 2009; HARVEY, 2012; VELLOSO, 2013), que se debruçam hoje sobre a cidade para entender seus processos, a apontam como um espaço de disputa, inserida na perspectiva da luta de classes. Como em outros espaços sociais, também a produção do espaço urbano – entendida a partir da ideia de Lefebvre (1991) – é dominada pela classe hegemônica.

Lefebvre (1991) designa que o capitalismo só pode existir a partir dessa dominação e que são vários seus desdobramentos, dentre eles a tensão entre valor de uso e valor de troca. No caso, a fagocitose do valor de uso pelo valor de troca é possibilitada e encorajada pela classe dominante. Trata-se de um processo de negação dos valores de uso da cidade (da moradia, do encontro, do deslocamento, etc.), sobrepostos pelo entendimento da cidade como espaço de efetivação da circulação do capital.

Pode-se, de maneira mais geral, falar que o processo que ocorre é a inserção do urbano (e de sua (re)produção) na lógica de realização do capital. Dessa forma, a cidade, submetida ao imperativo do capital, deve ir perdendo gradativamente seu valor de uso para dar lugar à primazia do valor de troca (CANETTIERI, 2014a, p.225).

Nas cidades brasileiras, as condições de vida a que foram submetidos os trabalhadores urbanos apresentam muitas semelhanças com aquelas a que foi submetida a classe

trabalhadora europeia nos primórdios da Revolução Industrial. No entanto, ao contrário do que ocorreu nos países centrais, as cidades latinoamericanas entraram na fase de cidades-mercadoria sem antes incorporar as grandes massas trabalhadoras ao regime clássico. Assim, somou-se à superexploração da força de trabalho, a gigantesca especulação imobiliária, fruto da produção de espaços urbanos voltados exclusivamente para as médias e altas rendas. Este processo faz menção às especificidades não apenas de nossa industrialização dependente, como também de nossa urbanização (TONIN, 2015).

Superexploração da força de trabalho e supervalorização da terra urbana: este encontro é responsável pelo caos urbano a que está historicamente submetido o povo brasileiro, que nos interpela por vários lados.

A produção capitalista do espaço, nesse contexto, é capaz de possibilitar o acesso à terra a todos os cidadãos brasileiros? O Minha Casa, Minha Vida (MCMV), principal programa de habitação do governo federal, permite combater o problema do déficit habitacional, ou reproduz o modelo hegemônico de produção do espaço? Por que a formação de ocupações se apresenta como alternativa para milhões de famílias?

Os problemas acima se apresentam cotidianamente na vida de milhões de brasileiros e brasileiras, dentre eles milhares de cidadãos da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), observados durante a realização do presente trabalho.

A Política Nacional de Habitação no Brasil, definida pelo Ministério das Cidades através da Secretaria Nacional de Habitação, apresenta definições importantes para a reflexão aqui conduzida. Além de definir o direito à moradia como um direito humano, individual e coletivo, explicita o que deve ser entendido por direito à moradia digna, função social da propriedade urbana, questão habitacional como uma política de Estado, gestão democrática e articulação das ações de habitação à política urbana (BRASIL, 2004).

Tais avanços normativos e na legislação, contudo, nem sempre correspondem a melhorias nas condições reais de vida da população. O direito à moradia digna, conforme consta na Constituição Federal de 1988 e na Lei Federal 10.257, de 10 de julho de 2001, o chamado Estatuto das Cidades (BRASIL, 2001) – que regulamenta o citado princípio constitucional –, não é efetivado para uma parcela considerável de brasileiros e brasileiras, apesar de ser requisito básico para o pleno exercício da cidadania. Em 2012, segundo dados da Fundação João Pinheiro (2014), o déficit habitacional era de 5,792

milhões de unidades. Quando comparado ao mesmo dado do ano anterior, observa-se uma redução de apenas 1,6% do déficit.

No que tange a realidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte, entretanto, houve um aumento considerável de 22,4% do déficit habitacional entre 2011 para 2012 (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2014). Simultaneamente, a Fundação João Pinheiro indicou a existência de 163.554 domicílios vagos na RMBH, enquanto o número de famílias sem teto seria de 167.124. Para compreender esse fato contraditório – tantas casas sem família, tantas famílias sem casas – deve-se considerar as distintas formas de se acessar o solo urbano e quais são os setores da sociedade que enfrentam mais dificuldades nesse acesso.

3.1 Déficit habitacional

Segundo Abramo (2005, p.2), seriam três as lógicas, individuais e coletivas, de acesso à terra: do mercado⁸, do Estado⁹ e da necessidade¹⁰. Essas três lógicas de acesso ao solo urbano não se desenvolvem de maneira isolada. Todas elas estão submetidas à lógica hegemônica capitalista. Na cidade formal – parcela da cidade acessada pela lógica do Estado ou do mercado – a principal forma de acesso à terra se dá por acúmulo monetário. Uma vez que as contradições da constituição da cidade formal, construída coletivamente e apropriada individualmente, são também responsáveis pela produção do déficit habitacional, a lógica do mercado não pode ser vista como alternativa para o combate da demanda social estudada. Cabe compreender, assim, como a lógica de acesso pela via do mercado atua na produção desse problema social e, em contrapartida, de que estratégias utilizam o Estado e os sujeitos que acessam ao solo pela via da necessidade no combate ao déficit habitacional.

Se o capitalismo não tem possibilidade de oferecer aos trabalhadores as mercadorias básicas necessárias à sua reprodução e compatíveis com o crescimento da riqueza social, isso é mais verdade ainda para o caso da habitação, dadas algumas de suas peculiaridades. Há razões estruturais que impedem o modo capitalista de produção de oferecer habitação decente a todos os membros da sociedade (VILLAÇA, 1986, p.7).

⁸ Lógica do Mercado: [...] (ABRAMO, 2005, p.2): a possibilidade e magnitude de acesso à terra está diretamente relacionada à grandeza do capital monetário acumulado pelos indivíduos ou grupos sociais.

⁹ Lógica do Estado: [...] algum acúmulo de capital que pode ser político, institucional, simbólico ou de outra natureza de tal forma que permita o seu reconhecimento como parte integrante da sociedade e do seu jogo de distribuição de riquezas. (ABRAMO, 2005, p.2).

¹⁰ Lógica da necessidade: [...] não exige um capital político, institucional ou monetário acumulado; a princípio, a necessidade absoluta de dispor de um lugar para instaurar-se na cidade seria o elemento para acionar essa lógica de acesso à terra urbana. (ABRAMO, 2005, p.2).

As questões estruturais às quais se refere Villaça (1986) seriam a vinculação da habitação à terra, que impede que a mesma seja produzida de forma centralizada e depois distribuída, o obstáculo representado pela propriedade privada da terra, que onera o preço da habitação e acarreta na expulsão dos pobres dos centros urbanos, o longo período entre a produção e o consumo, que envolve tanto o tempo gasto na construção quanto no seu consumo total, e, finalmente, o papel da habitação nos custos de reprodução da força de trabalho, visto que quanto menos se gasta com os trabalhadores, maior parcela sobrar para o circuito de acumulação.

Tais razões, que impedem que o modo capitalista de produção permita oferecer a todas as pessoas condições de moradia decente, são elementos que nos ajudam a compreender como se dá a ocupação do espaço urbano. Na RMBH, por exemplo, a taxa de vacância – percentual de lotes e edificações que permanece ocioso em uma determinada área – supera a média considerada como “natural” para o funcionamento do mercado¹¹, chegando a ser três vezes maior, como demonstrado por Maciel e Baltazar (2011, p.12): “O fenômeno da vacância imobiliária segue a lógica de mercado, uma vez que a reserva de imóveis para os capitais, independentemente das necessidades sociais de uso, é uma ação voltada fundamentalmente para o valor de troca”.

Essa ocorrência típica da produção capitalista de moradias, a superprodução, implica na existência de um contexto urbano desigual e injusto. Pela lógica de mercado, a terra urbana se torna uma mercadoria que enfatiza o valor de troca em detrimento do valor de uso, ao contrário das outras lógicas de acesso à terra – Estado e necessidade – que objetivam centralmente a garantia do valor de uso do espaço acessado, mesmo que, às vezes, reproduzam situações em que o valor de troca se apresenta como possibilidade.

Enquanto a mercadoria produzida no processo de valorização de capital precisa ser comercializada para atingir seus objetivos, isto é, dar fim ao ciclo produtivo, realizar o lucro e reiniciar um novo ciclo, o bem produzido por outros processos atinge seus objetivos com a obtenção de valor de uso, sem que a comercialização seja necessária. Mas isso não impede que o objetivo produzido seja comercializado como mercadoria em algum momento de sua vida útil (KAPP; BALTAZAR; VELLOSO, 2006, p.8).

¹¹ Segundo Amy, Ming e Yuam (2000), essas taxas correspondem a um nível ideal de “equilíbrio” do estoque imobiliário (comércio, serviços e domicílios), necessário tanto como estoque regulador para atender às contingências futuras quanto como facilitador das transações de venda e aluguel no mercado. Caso não existissem edificações vagas à disposição, a atividade imobiliária se traduziria numa “dança de cadeiras”: a cada desejo ou necessidade de mudança, famílias deveriam trocar de casa entre si ao invés de adquirirem novas habitações ou de alugarem domicílios com configurações espaciais e/ou localizações diferentes. Em outras palavras, sem um percentual mínimo de unidades vagas, não haveria mercado imobiliário (MACIEL; BALTAZAR, 2011, p.531).

A questão do acesso ao solo urbano não é o único elemento que determina o dilema das famílias sem teto no país, uma vez que a produção dos imóveis se revela também como outro eixo central dessa discussão. Enquanto o principal projeto nacional que foca a questão da habitação, pouco avança na concretização desse direito – o Minha Casa, Minha Vida (MCMV) –, as ocupações urbanas se multiplicam e apresentam-se como espaços de autoprodução e de resistência.

Os dois métodos, que se apresentam como estratégias de combate ao déficit habitacional, não se diferenciam apenas enquanto maneiras de acessar o espaço urbano. O MCMV não rompe com a produção capitalista do espaço, reproduzindo as características de uma cidade polarizada – centro e periferia – e de uma urbanização padronizada e massificada. As ocupações surgem da necessidade humana de habitação de famílias que, espontânea ou planejadamente, acessam a terra de maneira informal, gerando incômodo no poder público, na classe dos proprietários e na ordem urbana vigente, apesar de reproduzir, frequentemente, a polarização entre centro e periferia. Ao comparar um e outro, o número de famílias assentadas em ocupações urbanas supera o do programa federal, na região coberta pela nossa investigação empírica, mesmo com as políticas de remoções e despejos forçados.

Por meio dessa análise comparativa, pretendemos contribuir para o entendimento ampliado sobre o processo de produção das cidades brasileiras, atravessadas pela lógica capitalista de produção. A partir da perspectiva dos que consideram o déficit habitacional no país e na RMBH como problema social urgente, deve-se compreender como o MCMV e as Ocupações Urbanas podem contribuir no seu combate, visto que o direito à moradia se torna requisito básico para acessar os outros serviços necessários para a reprodução da população no espaço urbano.

3.2 O programa MCMV

O programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), lançado pelo governo federal em 2009, tem como objetivo promover a produção ou aquisição de novas unidades habitacionais, ou a requalificação de imóveis urbanos para famílias com renda mensal de até 5 mil reais – correspondente a 10 salários mínimos, na época. O governo federal estabelece uma política de créditos por meio da Caixa Econômica Federal, permitindo às famílias inscritas no programa distintas formas de financiamento da moradia (BRASIL, 2009).

Trata-se de uma iniciativa que não conta com investimentos públicos diretos. Ou seja, para a produção de novas unidades habitacionais, não há um real do orçamento federal brasileiro. Efetiva-se a produção das casas a partir de financiamento concedido por bancos públicos, como representado na Figura 1, a construtoras ou a entidades cadastradas no Ministério das Cidades¹². Se, como exposto por Villaça (1986), “a realização do excedente (capitalista) só ocorrerá depois que ela (habitação) estiver totalmente paga”, dado o longo tempo para efetivação da produção e do consumo da mercadoria habitação, o período para amortização do capital inicialmente investido seria extenso.

É por essa razão que, com o desenvolvimento do capitalismo, inclusive com a concentração e centralização do capital, desenvolveu-se o artifício do financiamento. Este envolve um novo intermediário que surge entre a produção e o consumo e que faz com que o capitalista produtor receba mais rapidamente o capital inicialmente investido, devidamente valorizado (VILLAÇA, 1986, p. 20)

¹² Na RMBH, nenhuma unidade foi construída ou contratada por meio do MCMV Entidades.

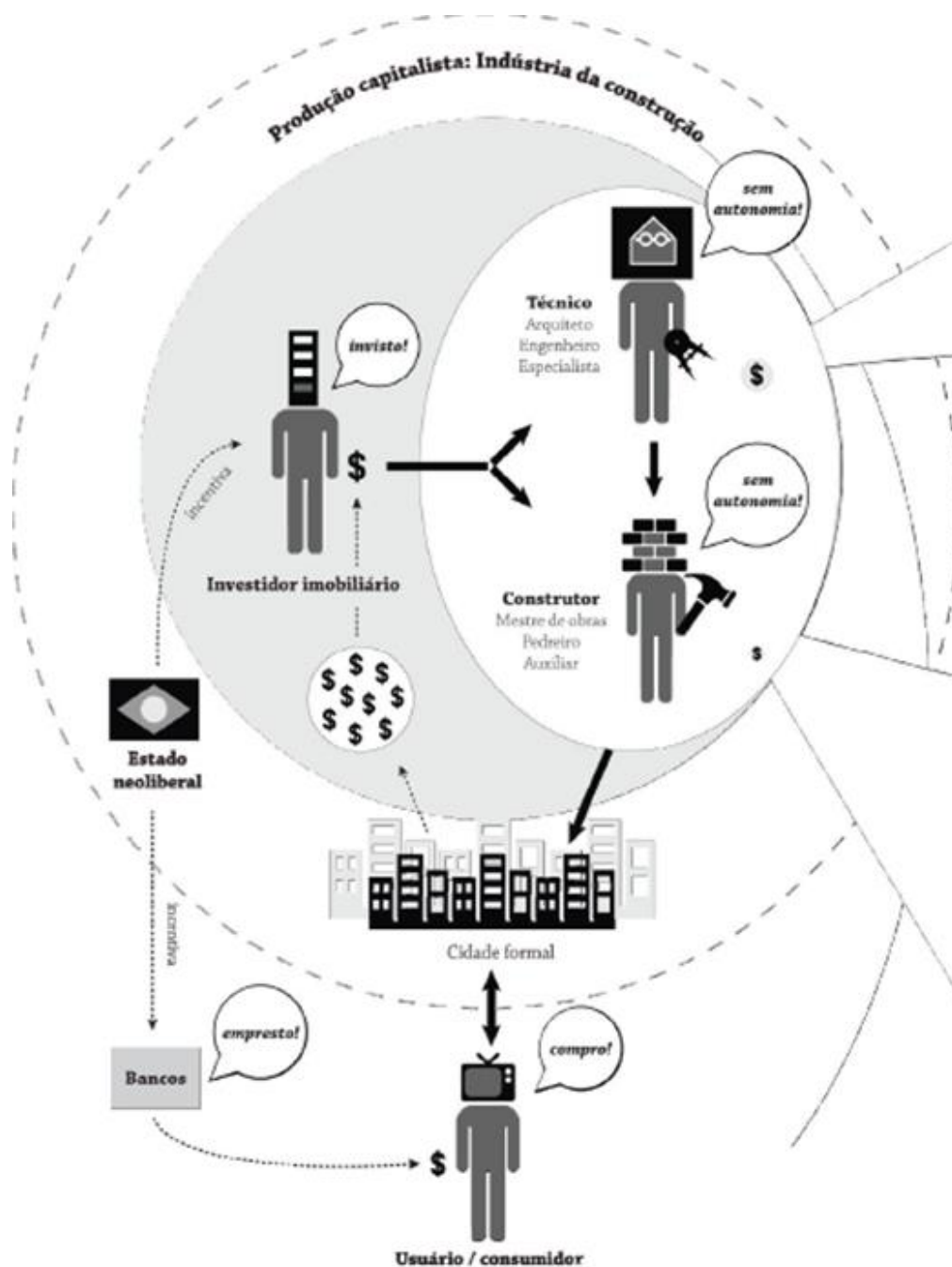


Figura 1: A produção capitalista da cidade formal: indústria da construção
 Fonte: Moura (2013, p.55).

Para a produção de unidades habitacionais pelo Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) – única observada na região estudada – não há previsão de custos pelas normas do programa, sendo a receita definida pelo valor unitário e correlacionada ao número de unidades habitacionais produzidas. O lucro das construtoras responsáveis pelo projeto decorre, assim, da diminuição do custo de produção e da renda da terra, como exposto por Villaça (1986):

As rendas fundiárias são rendimentos retirados dos setores produtivos auferidos pelo proprietário da terra, tendo como única razão o fato dele deter a propriedade de um pedaço do globo terrestre e monopolizar com isto o controle do direito das pessoas de habitarem nesse mesmo globo (VILLAÇA, 1986, p. 52).

Dado que a aquisição do terreno para o empreendimento é atribuída aos gastos da empresa, terrenos mais baratos implicam em maiores taxas de lucro, por ser o mercado imobiliário o principal balizador das alternativas mais baratas. A garantia de um maior lucro para as empresas reproduz, dessa forma, a lógica de cidade polarizada entre centro e periferia, pois os terrenos mais baratos se encontram nas regiões mais afastadas, com menos infraestrutura urbana e pior acesso aos serviços e espaços públicos¹³. Além disso, a busca por terrenos privados aumenta a demanda no mercado imobiliário, inflando o preço da terra.

Em 2008, segundo estudo da Fundação João Pinheiro (2013), o déficit habitacional no Brasil era de 5.546.000 unidades. Após um ano de MCMV, havia-se alcançado a meta de 1 milhão de casas construídas ou contratadas. Mas o resultado era outro. Em 2010, o déficit habitacional quantitativo havia alcançado 6.940.000 famílias. Ou seja, após um milhão de casas financiadas pelo governo, a carência por moradia aumentou em quase um milhão e meio de unidades. Como pode ser visualizado nos dados trabalhados pela Fundação João Pinheiro (2014) (Figura 2), mesmo com a redução da parcela do déficit habitacional referente a habitações precárias; tem-se o aumento (em um ritmo maior do que a queda do último) das famílias que dispendem um gasto excessivo com aluguéis; que ultrapassam 30% da renda domiciliar direcionada apenas para o aluguel. Esse desdobramento especulativo e o lançamento do programa Minha Casa, Minha Vida, como discutido anteriormente, não podem ser compreendidos como mera coincidência, ademais da falta de políticas urbanas capazes de controlar o preço do aluguel, como exposto por Ribeiro, Boulos e Szermeta (2014).

¹³ Quando a empresa já não possui terreno em reserva estocado no anseio de diminuir a oferta de domicílios no mercado, em situação de não cumprimento da função social da propriedade; leia –se retido pela especulação imobiliária.

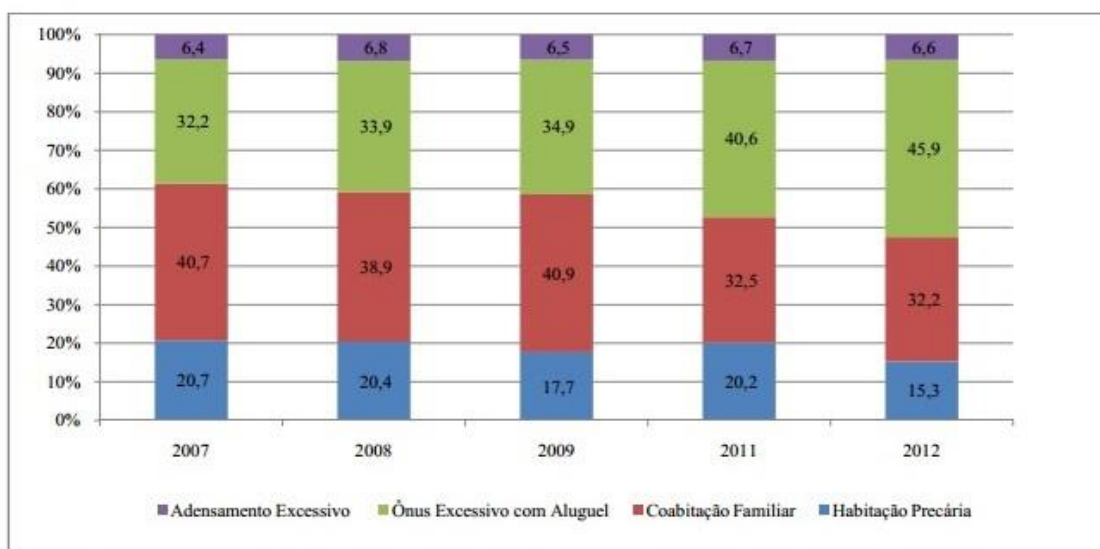


Figura 2: Composição do déficit habitacional segundo componentes (Brasil – 2007-2012)

Fonte: Adaptado de Fundação João Pinheiro (2014).

A propósito, é preciso compreender a real dimensão do programa Minha Casa, Minha Vida. A partir de pesquisa nas áreas de Economia Política e Sociologia, Bastos (2012) defende que o programa não é um programa de habitação popular, mas uma medida de aquecer o mercado imobiliário – que acaba por garantir o lucro de empreiteiras (mesmo que, em contrapartida, não satisfaça a necessidade da população de moradia)¹⁴. O acesso à terra urbana impacta diretamente o valor de troca dessa terra, definindo quem pode acessá-la pelas vias formais. Aos excluídos, resta o acesso pela via da necessidade.

3.3 As Ocupações Urbanas

[...] descontentamento generalizado sobre o ritmo e o estilo das transformações urbanas (HARVEY, 2015, p.11).

Como consequência dessa produção do espaço, tem se observado, em todo o país, uma explosão no número de ocupações urbanas. Essa é exatamente a resposta às políticas urbanas inteiramente submissas aos interesses das empreiteiras e incorporadoras, que realizam o investimento para manter essas políticas durante o período de eleição, com o financiamento de campanhas. Nesse contexto, de moradia como mercadoria, as

¹⁴ Em debate realizado pelo grupo Práxis da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, intitulado “Minha Casa, Minha Vida: Cartografias de Controvérsias”, um dos funcionários da Caixa Econômica Federal, responsável pelo programa na RMBH, afirmou: “O programa MCMV foi mais um programa anticrise do que um programa habitacional”.

ocupações se destacam como a saída encontrada por milhares de famílias que não encontram amparo para fazer valer o direito constitucional do acesso à moradia.

Em Belo Horizonte, existem aproximadamente 78 mil famílias em condição de déficit habitacional (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013). São famílias que se encontram em condições precárias de moradia e que, muitas vezes, não possuem a oportunidade de acessar (por via do mercado, principalmente) as moradias. O valor oficial de moradias prontas, ao longo de 6 anos do programa MCMV, é de quase 15 mil. Já o número de moradias destinado para a população com renda inferior a três salários mínimos (que concentra 90% do déficit de Belo Horizonte) é de apenas 2685 unidades (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2015). Como sustentar essa lógica se a necessidade de morar é pressuposto para a reprodução material da vida?

As ocupações urbanas da Região Metropolitana de Belo Horizonte, em contrapartida, têm estimado a presença de mais de 12 mil unidades habitacionais construídas desde a ocupação denominada Camilo Torres, organizada em 2008, na região do Barreiro¹⁵. Apesar da série de complicações existentes (falta de saneamento, insegurança da posse do terreno, dificuldade no atendimento de educação e saúde públicas, etc.), essas famílias realizam com primazia o valor de uso dos terrenos ocupados, produzindo novos espaços integrados ao tecido urbano.

Essa conquista do direito¹⁶ à moradia, apesar de questionada pela forma de acesso à terra, permite ao usuário uma maior autonomia na produção do espaço quando comparada ao MCMV. O diálogo direto do lote com a rua – o que não é possível em soluções verticais, pois entre a casa e a rua há espaços intermediários –, a dinamicidade de um bairro em construção com seus “puxadinhos”, os espaços concebidos pelas necessidades de reprodução e produção dessas famílias – em cômodos conjugados, constroem mercearias, salões de beleza, bares, entre outros – em contraponto às construções feitas com tijolos estruturais (MCMV) que não permitem à família realizar reformas amplas; todos são exemplos da maior autonomia característica da autoprodução do espaço.

¹⁵ Como não há um acompanhamento do poder público no cadastro dessas famílias, não há dados oficiais sobre esse número. Tiago Lourenço (2014), em sua dissertação, A cidade ocupada, apresenta uma estimativa de 10.000 famílias, que já não é atual, visto que, dentre outras, a ocupação Tomás Balduino estudada nessa dissertação ainda não havia acontecido.

¹⁶ Não queremos afirmar que todos aqueles que ocupam terrenos como meio de acessar a moradia têm ciência das implicações do direito à moradia, apenas que o mesmo se efetiva no acesso e na transformação do espaço.

O acesso à terra urbana garante as condições objetivas mínimas aos ocupantes de construir suas casas e, assim, efetivar o direito à moradia. As casas, nas ocupações urbanas, são exemplos de soluções arquitetônicas concebidas por seus próprios moradores e autoconstruídas pouco a pouco, quando se têm a possibilidade de pagar pelo material – utilização hegemônica da alvenaria – e, caso necessário, pela mão de obra. A construção de casas em situação de risco geológico e o não respeito a nascentes de águas e a vegetação existente são exemplos de ocupação do solo passíveis de críticas por parte do poder público, dos proprietários e de atores sociais diversos.

Enquanto método de combate ao déficit habitacional, as ocupações urbanas, em especial as horizontais, se demonstram limitadas enquanto solução para todo o conjunto social. Basta pensar que seria improvável encontrar terrenos nos quais todas as famílias que se encontram nessa situação, atualmente, pudessem construir suas casas. Ainda assim, são capazes de garantir moradia digna a milhares de famílias na RMBH, mesmo enquanto permanecem como espaços marginalizados pelo Estado e quando a resposta dos governos é a repressão e a remoção, como apontado em Canetti (2014b).

Uma ocupação urbana não poder ser compreendida, entretanto, como uma coleção de casas. Trata-se de um novo espaço urbano, autoproduzido pelos moradores, em que a terra é, então, o meio de produção que permite aos ocupantes produzir uma nova parcela da cidade. Se na cidade formal, materializada pela produção capitalista do espaço, a terra é reduzida a condição de mercadoria fundamental para o processo produtivo, nas ocupações se torna solo daqueles que projetam e realizam, prioritariamente, a cidade em seu valor de uso.

Para serem escutados e respeitados enquanto cidadãos, cabe aos moradores a auto-organização e o contato com outros agentes da cidade, que pautam a legitimidade de sua ação de ocupar latifúndios urbanos improdutivos.

4 O encontro entre ocupações urbanas e organizações políticas

As cidades se constroem a partir do encontro. O encontro, que só ocorre quando o outro existe como sujeito, fundamenta a política na vida pública e privada, é um ato de vontade, de amor, de desejo e de conflito que gera, de maneira criativa, espaços urbanos absolutamente carregados de significados e história. (MIRANDA, 2012, p.27).

O intuito de ocupar um terreno ocioso ou a ameaça de reintegração de posse em ocupação já existente origina o encontro entre os ocupantes e a organização política. Esse encontro, centrado inicialmente na conquista do direito à moradia ou na permanência no solo urbano já acessado, possibilita a formação de novas relações entre os sujeitos até então apartados.

Nesse capítulo, pretendemos elucidar como ocorre esse encontro e por meio de quais mecanismos de construção conjunta se reúnem moradores e não moradores. Na primeira e na segunda subseção, buscamos descrever quem são esses sujeitos a partir dos elementos que caracterizam essas duas formas de vida, a do ocupante e a do militante político organizado, respectivamente. Na terceira sessão, analisamos como acontece o encontro entre as partes, advindo da existência de um conflito fundiário e, conseqüentemente, quais são os instrumentos de mobilização criados para auxiliar no processo de organização interna da ocupação, a depender do momento em que acontece o contato. Para isso, exemplificaremos tais processos com passagens e verbalizações de moradores de ocupações e de militantes da organização estudada, além de recorrer à literatura que se ocupa desses temas.

Nesse sentido, buscamos nos ater às seguintes questões: Quem são os agentes do processo e quais seus interesses? Como o conflito fundiário inicia essa relação entre ocupantes e organizações políticas? Que tipos de instrumentos são criados para potencializar a organização dos moradores e sua colaboração com os militantes políticos?

4.1 Os(As) ocupantes

Por ocupantes, definimos aqueles(as) que acessam o solo urbano pela via da necessidade. Por meio de observações sobre suas atividades diárias, notamos alguns elementos comuns entre essas pessoas. O presente estudo, porém, não se propõe a definir uma homogeneidade entre as distintas formas de viver e perceber o mundo dos que ocupam. Procuramos externar um conjunto de práticas características dessa forma de vida de parte dos trabalhadores urbanos que nos possa auxiliar na compreensão das questões que serão propostas nessa seção.

Em primeiro lugar, é necessário entender por que essa parcela dos cidadãos acessa o solo pela via da necessidade. Dentre os componentes que caracterizam o perfil das famílias que se enquadram no déficit habitacional, encontra-se o da coabitação. Esse componente diz das famílias que, devido à impossibilidade financeira de viverem em residências próprias, acabam por morar com outras pessoas. Seu cálculo, segundo a Fundação João Pinheiro (2014), se realiza a partir da soma dos cômodos das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo.

Este é um dos principais argumentos apresentados pelos moradores de ocupações urbanas para justificar a entrada no terreno: “Eu vim pra cá porque eu não tinha onde morar, né cara. Porque eu separei da minha família, aí eu estava na casa dos meus pais e precisava de um lugar pra viver” (ARO, 2014b – morador). Trata-se de um contexto em que o valor da força de trabalho está no limite mínimo da estrutura social. Na separação, nem mesmo manter duas moradias torna-se possível, ou seja, a reprodução familiar requer dupla ocupação do casal.

Outro argumento apresentado pelos ocupantes é a falta de recursos para pagar um aluguel. Segundo o mesmo estudo da Fundação João Pinheiro (2014), este fator também se caracteriza como componente do déficit habitacional e é apresentado como ônus excessivo com aluguel: “... corresponde ao número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel”. Ou seja, os cidadãos que não apresentam recursos suficientes para realizar o pagamento de aluguel também podem ser considerados cidadãos sem moradia.

Eu, como mãe solteira, ter que pagar o aluguel e cuidar de duas crianças, sozinha... eu e Deus... Aquele dinheiro era muito sofrido, muito suado. Eu pagava para manter a minha palavra, mas tinha vezes que eu tinha que tirar de dentro de casa para pagar o aluguel. É muito difícil porque você trabalha o mês inteiro para tirar a metade para pagar o teto pros seus filhos poderem morar. (SIMONE apud MIRANDA, 2012, p.89).

A partir da análise comparativa entre os componentes do déficit habitacional no Brasil, advinda do estudo supracitado, entre os anos de 2007 e 2012 (Figura 2), percebe-se o quanto o ônus excessivo com aluguel vem aumentando em relação aos demais. O estudo da entidade também demonstra que, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, o número de famílias que vivem em situação de coabitação familiar e ônus excessivo de aluguel é de 60.374 e 81.830, respectivamente. Juntos, esses números contribuem com mais de 95% do déficit habitacional.

Seja pelo estudo de caráter exploratório da Fundação João Pinheiro (2014) ou pelo nosso estudo de campo, a partir da observação e conversa constante com os ocupantes, observamos que o “morar de favor” e a “cruz do aluguel” seriam os dois principais fatores que levam os sem teto, atualmente, a acessar o solo urbano por via da ocupação de terrenos ociosos.

Ocupar se torna, assim, uma luta econômica de reposição salarial para os que se encontram empregados formalmente – visto que o custo da habitação não é considerado no cálculo do salário mínimo brasileiro. Também o é para os que vendem a força de trabalho no mercado informal, que, pela ausência de qualquer benefício empregatício, devem arcar com os próprios custos de reprodução (alimentação, transporte, moradia).

Diante disso, propomos uma reflexão sobre outra questão relevante: quais as soluções encontradas para os problemas econômicos característicos do contexto de vulnerabilidade em que se encontram os ocupantes? A parcela dos trabalhadores informais em ocupações é significativa, como ilustra o estudo realizado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) de São Paulo e citado por Boulos (2012). Em uma das ocupações que o movimento acompanha, 74% das 5.200 famílias viviam de bicos ou eram compostas de trabalhadores sem registro.

Para além de seu trabalho cotidiano remunerado, o(a) ocupante deve construir sua casa, sem acesso a um programa de créditos adequado à sua situação socioeconômica, com os escassos meios de produção que consegue adquirir – bocas de lobo, pás, carrinhos de mão¹⁷ - e com dificuldade de acesso à informação. Três são os métodos mais recorridos pelos ocupantes para erguer suas casas: a construção pelo próprio morador ou moradora; mutirão com vizinhos, familiares e amigos; ou pagamento de mão de obra especializada.

O material – madeirite, lona, morão, cerâmica – é, na maioria das vezes, adquirido de empresas e depósitos de construção, sendo a produção autônoma dos materiais uma alternativa quase não utilizada. No quinto capítulo, também, pretendemos analisar esse fato, a partir da proposta de aquisição de uma máquina de tijolos na construção do equipamento coletivo da ocupação Guarani Kaiowá.

A superexploração desses trabalhadores é evidenciada, também, no tempo livre do/a trabalhador/a gasto nas horas sacrificadas no longo percurso diário entre a casa e o trabalho ou, ainda, na carga de tarefas domésticas invisíveis e não remuneradas

¹⁷ Instrumentos próprios da construção civil, comuns na autoconstrução.

desempenhada principalmente pelas mulheres, indispensável para a reprodução da força de trabalho (MAYER, ASSIS, 2008). Como coloca Lefebvre (2001), a exploração direta dos trabalhadores se multiplica por meio de uma exploração indireta, que se estende ao conjunto da vida cotidiana. Não pretendemos afirmar que o trabalho de reprodução protagonizado pelas mulheres deva ser obrigatoriamente remunerado, apenas que a decisão sobre sua remuneração deveria caber a elas e não ser uma imposição sistêmica.

De maneira dialética, da superexploração desses trabalhadores nasce a necessidade de organização coletiva, em que lógicas de reciprocidade são evidenciadas, como as virtudes do mutirão, colocadas por Oliveira (2006)¹⁸. Para se reproduzir nesse contexto econômico, o mutirão se torna recurso empregado, também, quando está em jogo a possibilidade de melhoria da qualidade de vida dos moradores, pela construção de equipamentos coletivos¹⁹.

Ao analisar a realidade de outro setor do proletariado urbano, o dos catadores organizados em associações cooperativas, Lima e Oliveira (2008) afirmam que: “o novo modelo de reciclagem solidária só poderá crescer se se apoiar nessa tripla desvantagem, para fazê-las trabalhar em conjunto a seu favor”. As três desvantagens citadas das Associações de Catadores se dão em relação às alternativas produtivas que se pautam pela lei de mercado, pois lidam com a) a dimensão ambiental, não prioritária da economia de mercado, b) os resíduos sem valor mercantil e c) um conjunto de trabalhadores(as) socialmente desqualificados(as) para o mercado. Em analogia, nas iniciativas coletivas de produção do espaço urbano protagonizadas pelos ocupantes, e constrangidas por limitações como o pouco acesso a informações técnicas, a crédito e a meios de produção, a ausência do poder público e o fato de a mão de obra não ser remunerada, estaria a semente da autogestão nas ocupações? Esse assunto será retomado nos capítulos 5 e 6, ao tratarmos de experiências de produção nas ocupações Guarani Kaiowá e Tomás Balduino.

Na luta pela efetivação do direito à moradia, o acesso ao terreno permite aos moradores pensar possíveis valores de uso para a terra, enquanto meio de produção que permite práticas agrícolas, criação de animais, construção de espaços comerciais

¹⁸ Nessa conferência, proferida na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), Oliveira apresenta, porém, uma crítica política àqueles que acreditam que o mutirão pode se institucionalizar enquanto método de construção no combate ao déficit habitacional. Seria a de que, ao reduzir o custo de reprodução do trabalhador dos capitalistas, o mutirão seria “uma espécie de dialética negativa em operação, [...] ao invés de elevar o nível da contradição, o rebaixa”. (OLIVEIRA, 2006).

¹⁹ A construção do equipamento coletivo da ocupação Guarani Kaiowá, sistematizada no próximo capítulo, utiliza o mutirão como forma de organização da mão de obra.

conjugados com a casa, ou espaços de serviços, como creches e centros ecumênicos. Ao se proporem construir um novo espaço na cidade, sem a garantia do acesso à terra, objetivam seus desejos no trabalho diário, produzindo acordos de maneira tácita ou explícita. Na defesa desses valores, a reivindicação pela casa não se trata da única demanda apresentada pelos que ocupam.

A gente aqui não precisa só de moradia. Precisa também de trabalho, educação, saúde. A gente aqui na ocupação não luta só por moradia, aqui a gente luta por várias coisas. Só através de um movimento, uma união, que a gente pode romper essas barreiras. Se não fosse a união, nós não estaríamos mais aqui. (ÂNGELA apud MIRANDA, 2012, p.74).

Essa união, longe de ser somente um ato de solidariedade coletiva, é fruto da necessidade política e econômica de organização dos ocupantes. Esses são estigmatizados a partir da denominação “invasores”, termo amplamente utilizado pelos meios de comunicação hegemônicos e pelos setores conservadores do poder público, para produzir uma imagem negativa dos que ocupam. Ao deslegitimar seu ato político, esses agentes os definem como marginais e “fura filas” – por não respeitarem o cadastro do programa MCMV – e corroboram com a situação de total abandono dos ocupantes por parte do poder público:

Nossa comunidade não teve resposta nenhuma por parte da prefeitura. Três meses atrás eu fui numa reunião para discussão das obras da regional Pampulha e ele tava lá. Podíamos mandar um bilhete pro prefeito e eu mandei pra ele um bilhete perguntando: Qual projeto você teria para a comunidade Dandara? – Ele foi curto e grosso e respondeu assim: – Para invasores nós não temos nada. (ÂNGELA apud MIRANDA, 2012, p.71).

Essa defesa da propriedade privada, em detrimento dos direitos fundamentais dos cidadãos, encontra ressonância, muitas vezes, naqueles que vivenciam situação semelhante à dos ocupantes. São trabalhadores que também se tornam vítimas do mercado imobiliário e têm que buscar terrenos nas periferias da cidade, onde a infraestrutura urbana e os serviços públicos, usualmente, são inadequados à demanda (BOULOS, 2012).

Certa ocasião, quando o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto ocupou uma grande área na periferia de São Paulo, um trabalhador vizinho do terreno me disse o seguinte: “Não acho certo o que vocês estão fazendo. Eu trabalhei muitos anos parra conseguir um lote e erguer minha casa. Você acharia justo que, depois disso, viessem e invadissem meu lote e me tirassem daqui? (BOULOS, 2012, p.42).

Os grandes proprietários rentistas, os meios de comunicação hegemônicos e o poder público buscam, assim, defender a propriedade privada acima dos direitos humanos fundamentais, por perceberam a terra enquanto mercadoria, em detrimento dos que a necessitam enquanto meio de reprodução fundamental. A parcela dos cidadãos urbanos

que replica o discurso ideológico hegemônico representa mais um setor que desaprova a ação dos ocupantes.

Na disputa explorada no capítulo anterior, entre os que enxergam a cidade a partir de seus valores de troca ou de uso, esse estudo analisa as ocupações planejadas e auxiliadas por organizações políticas que, na tentativa de contrabalancear as forças que se confrontam no acesso ao solo urbano, colaboram com as famílias ocupantes. Essa opção não ocorre por compreender que essas comunidades seriam mais legítimas do que as construídas espontaneamente e que resistem de maneira isolada. A legitimidade de uma ocupação está na necessidade humana, fator em comum das duas alternativas. Nossa escolha pelo estudo das ocupações planejadas ou auxiliadas parte da necessidade, apresentada nos objetivos gerais, de compreender como a aproximação dos militantes políticos aos ocupantes, dado o contexto em que vivem, pode alterar a lógica de transformação do espaço ocupado, ao propor mecanismos de mobilização coletiva que potencializam a luta pela resistência, por meio da auto-organização. E, no sentido oposto, analisar como métodos alternativos de produção de novos valores de usos para o espaço, delineados para a satisfação das necessidades humanas dos que ocupam, podem contribuir no estabelecimento de novas colaborações políticas na luta pela revolução urbana.

4.2 A militância

Nesses espaços conflituosos da cidade informal, militantes políticos auxiliam na defesa da posse da terra e, ao colaborar com os moradores na transformação do espaço ocupado, buscam promover as condições de produção que fomentem subjetividades emancipadoras. Na presente seção, pretendemos lançar luz sobre os princípios que determinam a atuação da organização política estudada, as Brigadas Populares, em especial de uma de suas estruturas internas, a Frente pela Reforma Urbana, e como se dá o trabalho de seus respectivos militantes, entre as prescrições coletivas debate político interno da organização e a atividade situada no espaço em conflito.

4.2.1 A organização política

As Brigadas Populares (BPs) se apresentam enquanto organização política de atuação predominantemente urbana, que nasce na cidade de Belo Horizonte²⁰, em 2005, como

²⁰ Em 2011, as Brigadas Populares passaram por um processo de fusão de quatro organizações: Coletivo Autocrítica, de São João del Rei, Coletivo 21 de Junho, de Florianópolis, O Movimento Revolucionário Nacionalista, do Rio de Janeiro, e as antigas Brigadas Populares, de Belo Horizonte. Nesse processo, optou-se por conservar o nome da organização que surgiu na capital mineira. Nesse estudo, nos focamos sobre a atuação dos militantes que trabalham na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

fruto da união de pessoas que constituíam o Núcleo de Estudos Marxistas (NEM), incubado na Faculdade de Direito da UFMG. Reivindica-se enquanto organização por assumir como uma de suas tarefas coletivas a contribuição para uma nova proposta política para a sociedade brasileira. Por não se restringir a atuação em torno de uma pauta específica, diferencia-se de um movimento social tradicional, problematizando diversas questões, como a moradia, a opressão de gênero ou o encarceramento em massa das populações jovens das cidades. Em seu manifesto (BRIGADAS POPULARES, 2011a), definem como estratégia a construção de uma nova maioria política, de natureza anticapitalista, a partir de um programa mínimo e de materialização imediata – *a unidade aberta encontrada na ação*.

Há quase uma década atuando com as populações periféricas da RMBH, iniciaram sua luta mais contundente pelo direito à moradia junto aos moradores do Aglomerado da Serra, em 2006, na ocupação de um edifício que, segundo os moradores, estava abandonado há muitos anos. Nasce, assim, a primeira ocupação assessorada pela organização, a Caracol. Desde então, a organização se envolveu junto àqueles que buscavam efetivar seu direito à moradia ou que sofriam ameaças de remoções em distintos espaços urbanos.

Na luta de classes, a organização define sua escolha pela classe trabalhadora, priorizando o trabalho junto às populações de periferia²¹, sem, contudo, afirmar qual seria o sujeito coletivo revolucionário de um processo de transformação. Tal perspectiva nasce da compreensão de que este sujeito não deve ser predefinido, seja ele ou ela trabalhador(a) nas fábricas, no campo ou nas periferias, encarcerado(a) nos presídios ou morador(a) em situação de rua. A partir das demandas que eles apresentam às Brigadas Populares, num dado contexto histórico, a política concebida surge na interação entre as partes, segundo suas possibilidades para intervir na realidade opressora por meio da ação colaborativa cotidiana.

Não seria correto afirmar, entretanto, que a organização política em questão seria formada apenas por um conjunto de pessoas que se enquadram nessa definição trabalhadores de periferia, ou, na contramão, por um grupo de intelectuais que buscam teorizar sobre temas populares que lhes pareçam necessários, apesar de se tratar de uma realidade distante e não vivida. Ao propor seu perfil de massas, as Brigadas Populares

²¹ Caso dos moradores das três ocupações aqui estudadas: Dandara se encontra na região limítrofe de Belo Horizonte, enquanto Guarani Kaiowá e Tomás Balduino estão localizadas em cidades no entorno da capital, Contagem e Ribeirão das Neves, respectivamente.

compreendem que há uma diversidade de temas, setores e dimensões da vida social que a organização deve se apropriar e, por isso, não se exige daqueles que se decidem organizar qualquer conhecimento prévio sobre teoria ou atuação política específica. A organização entende como populares tanto trabalhadores com formação universitária, quanto trabalhadores de periferia, pois, ainda que não partam de experiências cotidianas similares, possuem, na luta pela construção de uma nova maioria política, sua semelhança.

Moradores de ocupação, universitários, professores, profissionais da saúde ou egressos do sistema carcerário, cada um com suas contradições e limitações, contribuem para o acúmulo de forças na disputa contra-hegemônica e na formação de um conteúdo que auxilia os militantes em seu trabalho. (ALU, 2014 - militante).

Internamente, as Brigadas Populares se organizam em Frentes de Atuação. Tais estruturas, definidas no conjunto de normas da organização, são criadas devido às demandas apresentadas na integração com o sujeito social e segundo a percepção tática dos militantes²². Integram-se a partir de espaços nos quais toda a militância deve realizar o repasse de suas atividades às outras estruturas, para a realização de um debate teórico-reflexivo entre elas, com objetivo maior de organizar a ação política diária.

4.2.2 *A Frente pela Reforma Urbana*

Dentre as estruturas internas das Brigadas Populares, se encontra a Frente pela Reforma Urbana (FRU), que atua no sentido de promover o direito à cidade e lutar contra a segregação socioespacial, a partir de pautas imediatas como a moradia, o transporte e a ocupação de espaços públicos. O trabalho da Frente seria o de criar condições para que essas pautas possam comungar de um projeto de cidade, a partir de uma reforma urbana estrutural e efetiva, protagonizada pelos setores populares da cidade.

Uma reforma urbana estrutural passa necessariamente pela superação das contradições estruturais da lógica de apropriação do espaço urbano, pois, apenas no caminho da superação das contradições que estão na raiz do modo social vigente, estaremos lutando por uma reforma urbana não reformista. Assim, uma reforma urbana estrutural tem como horizonte o fim da forma como o capitalismo se apropriou das cidades para transformá-las não apenas em espaço privilegiado de acumulação capitalista, mas também em objeto dessa acumulação. (BRIGADAS POPULARES, 2011b).

²² Antes de ser denominada Frente pela Reforma Urbana, essa estrutura era nomeada como Frente pela Moradia, devido à atuação incipiente com núcleos de sem teto em Belo Horizonte. Essa transformação ocorreu devido à necessidade percebida pelos militantes dessa estrutura de ampliar a escala do debate para a produção do espaço urbano, sem se restringir ao tema da moradia.

Nota-se que, desde a regulamentação do Estatuto das Cidades (BRASIL, 2001), existe um arcabouço normativo apto a possibilitar avanços no horizonte de uma reforma urbana orientada pela garantia do direito humano à cidade. Assim, face à defesa de uma reforma urbana que leva em conta os direitos e as conquistas legais que ainda não foram efetivados na vida concreta do povo, tais como o direito à moradia, a função social da propriedade, os instrumentos de política urbana, a dignidade da pessoa humana, etc., tem-se a efetividade também como eixo central da reforma urbana ora reivindicada (BRIGADAS POPULARES, 2011b).

Para compreender a que se propõe, poderíamos fazer uma comparação com a atuação sindical. Enquanto em um sindicato o interesse maior do sujeito social estaria na discussão de questões relativas ao universo da produção e os desejos secundários a outros elementos de reprodução da vida²³, como a casa, o transporte, a saúde e a educação, para a Frente pela Reforma Urbana, as pautas econômicas de reprodução se apresentam como interesse central na atuação do trabalhador, enquanto seriam pautas secundárias os desejos do universo da produção²⁴.

As ocupações urbanas recentes, ao disputarem as cidades como descrito no primeiro capítulo, são compreendidas como conflitos políticos importantes para a ação da Frente pela Reforma Urbana, dado que a unidade em torno da pauta da moradia reflete o encontro territorial de muitos trabalhadores, em ação direta de transformação da cidade, o que seria, segundo David Harvey (2015), a essência do direito à cidade. Nos territórios em que atua, a Frente pela Reforma Urbana busca, contribuir para a organização e autonomia política coletiva dos moradores, a satisfação de suas necessidades humanas e o fomento de uma sociabilidade comunitária e ética. Esses três elementos definem o *poder popular* que almejam construir seus militantes, capaz de fazer frente ao poder do capital imobiliário, à própria especulação imobiliária e, em última instância, ao poder das elites.

²³ Como afirmam Elliot, Cross e Roy (1980, p.55), sobre a participação do trabalhador sindicalizado nas decisões sobre a produção industrial, os sindicatos, no contexto temporal em que se inscrevem, estavam cada vez mais interessados em âmbitos estratégicos e temas comunitários: “*El interés en la participación [...] no se limita por lo tanto a los temas meramente ‘industriales’, como los salários y las condiciones, pese que es aquí donde más se ha manifestado*”.

²⁴ Ademais, na indústria, toda tecnologia e o espaço estão ancorados em bases capitalistas ou produtivistas. Mesmo que o trabalhador consiga autogerir a fábrica, ele sempre estará separado da reprodução e constrangido pela produção.

4.2.3 *O trabalho dos/das militantes*

Será a partir da situação presente, existencial, concreta, refletindo o conjunto de aspirações do povo, que poderemos organizar o conteúdo programático da educação ou da ação política. (FREIRE, 1968, p.119-120).

A relação firmada entre os militantes e os ocupantes encontra seu eixo central na atividade política da organização, seja ela a de uma intervenção social específica ou da formulação de métodos de trabalho. Entre ações concebidas pela organização ou demandadas por sujeitos sociais em situação conflituosa, devem escolher uma forma de atuação que possibilite potencializar a ação transformadora, que leve em conta os recursos escassos, humanos e materiais, que dispõem, promovam um processo coletivo de reflexão e que permita o êxito nos compromissos que assumem – no caso, o da segurança da posse em ocupações urbanas.

O(a) militante seria todo(a) aquele(a) que, em acordo com a atuação política da organização, decide fazer parte de uma de suas estruturas, ao assumir compromissos decididos coletivamente a partir das necessidades apresentadas na luta cotidiana, o que aqui denominamos por tarefas prescritas. Enquanto trabalho não remunerado, a disponibilidade dos militantes depende de alguns elementos como as respectivas situações socioeconômicas e formas como vendem sua força de trabalho, além do envolvimento subjetivo individual com a organização. Lado a lado, encontram-se sujeitos vindos de experiências totalmente distintas, mas que possuem uma opção política clara pelo trabalhador.

Se, como afirma Lenin (1902), sem teoria não pode haver movimento revolucionário, parte do trabalho político diário se refere ao estudo da conjuntura histórica e atual das relações de trabalho. Os militantes participam da concepção da política da organização e, de acordo com as necessidades, percebidas e demandadas, que se assemelham às delimitações táticas específicas de suas estruturas, se alimentam de sua prática transformadora junto ao sujeito social, e dessa relação prática, extraem elementos para elaboração do conteúdo de sua ação. “Ora, toda ciência é devedora da prática num duplo sentido: inicialmente para se alimentar de problemas reais, posteriormente para validar seus conhecimentos que devem servir à transformação do mundo real” (LIMA, 1995, p.36).

Da interação contínua com moradores de ocupações urbanas e outros agentes urbanos que se interessam por conflitos fundiários e da recorrência nessas práticas de resistência, sempre associadas à reflexão coletiva cotidiana, o(a) militante acaba por acumular

experiência e conhecimento, que lhes serão úteis em demandas similares. Assim como na definição de Gramsci (1949) sobre os intelectuais e os partidos, os militantes “se tornam agentes de atividades gerais”, que possuem, prioritariamente, a função educativa.

Para o educador-educando, dialógico, problematizador, o conteúdo programático da educação não é uma doação ou uma imposição – um conjunto de informes a ser depositado nos educandos -, mas a devolução organizada, sistematizada e acrescentada ao povo daqueles elementos que este lhe entregou de forma desestruturada (FREIRE, 1986, p. 116).

Ao estar em atuação direta, buscam mediar a política concebida pela organização, fruto de um conteúdo acumulado historicamente, ao conhecimento adquirido na atividade política vivida nesses espaços de intervenção, na busca de uma ação e reflexão libertadora. Quando junto aos ocupantes, objetivam a defesa da posse da terra ocupada, ademais da possibilidade de mobilização social por uma pauta mais ampla, a da revolução urbana.

A democracia interna se apresenta enquanto objetivo, por meio das decisões coletivas sobre os rumos da intervenção social, seja nas reuniões da Frente pela Reforma Urbana, ou nas reuniões com todo o conjunto da militância. Aqueles(as) que se engajam nas tarefas prescritas nessas estruturas internas, por meio da atividade que exercem, acumulam informação e produzem conhecimento no diálogo com o sujeito social, capaz de ajudá-los na intervenção que pretendem. Somente ao estar junto ao sujeito social, poderão compreender a dinâmica local e as particularidades que tornam cada situação específica.

Tal afirmação pode ser melhor compreendida a partir do conceito de pesquisa confinada que, segundo Callon, Lascoumes e Barthe (2001, p.74), seria o procedimento pelo qual os pesquisadores “se isolam do mundo, enclausurados para chegar ao fundo das coisas [pesquisadas] e, posteriormente, retornar mais fortes ao mundo”. Esse procedimento seria composto por três etapas. Na primeira, denominada Tradução 1, busca-se reduzir o macrocosmo (mundo complexo) ao microcosmo (realidade manipulável mais ou menos representativa do todo), com o objetivo de romper com a rotina da experiência comum (coletiva) e produzir o experimento de laboratório (singular). O segundo movimento, Tradução 2, seria o de produção de enunciados e discursos sobre o mundo, protagonizado pelo coletivo de pesquisa, ou seja, grupo formado por atores humanos - nesse caso os militantes-, que, por meio de debates e discussões, manipulam os elementos transportados na Tradução 1 e os interpretam, e atores não humanos, os instrumentos utilizados nas manipulações. Por fim, haveria a

Tradução 3, o transporte ao mundo dos resultados produzidos no confinamento, ou seja, a reconfiguração do macrocosmo anterior.

O debate coletivo interno da militância, que objetiva compreender o funcionamento da estrutura política por meio de análises conjunturais e almeja produzir encaminhamentos para as demandas percebidas pelos militantes em seus espaços de interação com os ocupantes, pode ser compreendido como um processo de pesquisa confinada, voltada para o fomento da auto-organização coletiva. Nesse sentido, a atividade militante é também produtora de conhecimento.

Como expõem, todavia, Callon, Lascoumes e Barthe (2001, p.140): “A principal fraqueza da pesquisa confinada reside na grande dificuldade dessa ciência por reduzir o mundo [tradução 1] e, posteriormente, reconfigurá-lo [tradução 3]”. Assim, a necessidade percebida por uma organização política de se aproximar dos especialistas da vida, ou como conceituam Callon, Lascoumes e Barthe (2001), daqueles que pesquisam abertamente o mundo, na proposição de soluções aos problemas enfrentados na experiência cotidiana da escassez. “A pesquisa aberta aborda uma força formidável, aquela de um coletivo que se identifica frente aos problemas colocados e é extraordinariamente ativo na implementação de soluções” (CALLON, LASCOUMES E BARTHE, 2001).

Na próxima seção, na qual trataremos do encontro entre as partes, ilustramos, com exemplos, como as especificidades de cada território influem no método de ação militante e a partir de quais estruturas de mobilização os ocupantes no processo de concepção de estratégias de resistência e de organização comunitária.

4.3 O encontro

Se elas [as ocupações] não conseguem se capilarizar dentro das sociedades, nem os objetivos imediatos elas vão conseguir alcançar, por que serão despejadas. As ocupações têm que fazer com que o ônus político de as despejarem não compense (JOVIANO apud MIRANDA, 2012, p.59).

A contribuição de um dos advogados responsáveis pela defesa jurídica da ocupação Dandara tenta sistematizar a compreensão das Brigadas Populares sobre a tarefa política dos(as) ocupantes que correm o risco de ter a posse da terra reintegrada. Esses compreendem a necessidade de se munirem de informações, argumentos e apoiadores – defensores públicos, ONGs, urbanistas, integrantes de movimentos sociais e/ou militantes políticos autônomos – que possam fortalecer a luta e encontrar uma solução para a questão

habitacional que enfrentam. A depender do contexto em que se encontram as duas partes, definem-se os próximos passos dessa aproximação.

Ainda que sejam famílias com experiências distintas, Freire (1968) argumenta que na existência de uma situação-limite, os sujeitos se identificam. Em contraponto à visão pessimista de que seria “o contorno infraqueável onde terminam as possibilidades”, a situação-limite seria, “a margem real onde começam todas as possibilidades” (PINTO, 1960, apud FREIRE, 1968, p.125). Nesse caso, pode ser entendida como a demanda socioeconômica por ocupar e a conseqüente luta pela permanência no terreno. É a partir dela que acontece o encontro entre a organização política e os moradores de diversas ocupações urbanas da cidade. Da limitação dos ocupantes em compreender a complexidade do grande obstáculo²⁵ e, da possibilidade que surge de superá-lo, por meio da ação conjunta com militantes políticos, emerge a colaboração.

Esta é a razão pela qual não são as “situações-limite” em si mesmas, geradoras de um clima de desesperança, mas a percepção que os homens tenham delas num dado momento histórico, como um freio a eles, como algo que eles não podem ultrapassar. No momento em que a percepção crítica se instaura, na ação mesma, se desenvolve um clima de esperança e confiança que leva os homens a se empenharem na superação das “situações-limite”. (FREIRE, 1968, p.126).

Ao se empenharem na superação dessa situação-limite junto aos ocupantes, militantes assumem tarefas e responsabilidades, num processo semelhante ao denominado como *agregação*, por Callon, Lascoumes e Barthe (2001, p.186), que seria “a existência de unidade sobre a qual os coletivos se edificam, se reagrupam e se hierarquizam”, a depender de quem são os especialistas nas áreas de unidades construídas. Num regime de agregação coletiva pura, “cada indivíduo, dotado de preferências, de interesses ou de vontades que lhes são próprias, é considerado irreduzível a outro indivíduo”, visto que as diferenças entre as singularidades são elementos secundários sobrepostos pelas semelhanças mais profundas que lhe garantem unidade. No caso, a luta pela moradia.

As incertezas que caracterizam o risco jurídico e político proporcionado por uma ação de ocupação são mais facilmente percebidas pelos militantes, que detêm conhecimento específico acumulado no tema. Mesmo que os militantes se esforcem para compartilhar essas informações, com o objetivo de trazer os ocupantes para a discussão sobre os rumos

²⁵ Não há dúvidas que todo aquele que ocupa um terreno sabe o risco que corre. O que afirmamos é que a maioria dos ocupantes não compreendem, de maneira explícita, o funcionamento das estruturas jurídicas, sociais e políticas que os colocam em situação de risco.

do processo de luta política, essa socialização linguística permite apenas aos moradores uma espécie de saber congelado, estabelecido.

A legitimidade dos militantes, enquanto participantes externos do processo de ocupação, é construída, então, a partir das responsabilidades que assumem – perceptíveis ao conjunto dos moradores – que lhes são atribuídas na elaboração de estratégias de resistência²⁶. O papel dos advogados militantes, nesse caso, se torna a referência inicial do trabalho militante. Os informes jurídicos da situação vigente são as principais pautas das primeiras assembleias, em que se encontram quase a totalidade das famílias. Trata-se de informação imprescindível para definir os passos da ação política, assumindo, por isso, seu caráter representativo – em que os moradores delegam a autoridade ao advogado (especialista jurídico) sobre decisões acerca da estratégia processual.

Outras atividades, realizadas no confinamento da ação política, não são perceptíveis nesse momento inicial. A escrita de notas e textos para divulgação, o contato com os diversos agentes da cidade, são, de certa forma, pouco visíveis ao sujeito social. Não por acaso, no princípio, os militantes são todos reconhecidos como advogados. Em um dos mutirões de construção do equipamento coletivo da Guarani Kaiowá, um dos moradores, que se encontrava no Quartinho (Figura 3)²⁷, observando a maquete da ocupação, contava para um amigo, que o visitava, a história da entrada no terreno: “A gente já tinha tentado ocupar aqui umas três vezes. Aí chegou os advogados e nós estamos aí até hoje” (REIS, 2014 – morador).

²⁶ Não afirmamos que apenas o saber dos militantes é suficiente para a efetividade do método de resistência. Trata-se, ao invés disso, de afirmar que, por haver enfrentado situações similares, os mesmos são capazes de antever problemas com os quais já estão familiarizados.

²⁷ Trata-se de um equipamento coletivo da Ocupação Guarani Kaiowá, que já possuiu distintos valores de uso para os moradores – reuniões de coordenação e assembleias, cozinha comunitária, depósito, museu. A construção desse equipamento e seu uso ao longo do tempo serão retomados no capítulo 4.



Figura 3: Quartinho, equipamento coletivo da ocupação Guarani-Kaiowá
Fonte: Ocupação Guarani Kaiowá – Comunidade do Facebook (2015).

A percepção da ação do militante pela maioria dos moradores, seja nos espaços de mobilização, seja nas atividades cotidianas de transformação do espaço, depende do quanto suas atividades são visíveis e efetivas. Esse encontro não poderia ocorrer sem que houvesse certo nível de circulação de informações entre os sujeitos. A forma como o encontro entre ocupações urbanas e organizações de militantes políticos se dá nem sempre é igual, mas podemos dizer que ela sempre acontece a partir da comunicação direta estabelecida entre os sujeitos. O contato inicial acontece de duas principais formas: a organização ou é chamada para atuar após a ocupação de um terreno, ou chamada para planificar a ação conjuntamente.

Essa questão nos leva a duas indagações que buscamos esclarecer nessa seção: quais são os mecanismos criados para organizar a atuação colaborativa de militantes e ocupantes? Como surgem esses mecanismos e qual a sua efetividade, a depender de quando acontece o contato?

4.3.1 Os mecanismos formais de mobilização

A partir de estudos de Karl Marx, sabemos que a tecnologia pode aumentar as forças produtivas do trabalho social e, assim, reduzir o tempo de trabalho

socialmente necessário para produzir um dado produto. Isso deveria liberar o trabalhador para atividades em que ele pudesse se desenvolver enquanto individualidade social (OLIVEIRA, 2010, p. 3).

A mobilização social dos ocupantes é produto direto da sua capacidade de se autogerir e auto-organizar. Nesse sentido, os mecanismos formais de mobilização são técnicas de organização do trabalho que visam a eficácia da ação de resistência e a garantia de princípios democráticos no debate coletivo. Aqui, mais do que a essência política das alternativas técnicas representadas pelos mecanismos formais de mobilização, que partiria do princípio da garantia de autonomia coletiva dos ocupantes, por meio de assembleias e estruturas de coordenação e operação, buscamos compreender quais são os, ou alguns dos, elementos práticos que levam à formação desses instrumentos.

As *comissões* são mecanismos pensados para distribuir as atividades operacionais capazes de garantir a habitabilidade da área ocupada. A depender de suas especificidades (saúde, segurança, alimentação), as pessoas que as compõem buscam efetivar as decisões coletivas das assembleias e, a partir da atividade operacional, retornam a esses espaços coletivos com informes e demandas sobre seu trabalho.

Dependentes do trabalho voluntário, são efetivas no princípio de uma ocupação, mas dificilmente se sustentam, caso da comissão de cozinha da ocupação Guarani Kaiowá. Num primeiro momento, os moradores que faziam parte da comissão construíram um barraco de lona e madeirite, onde se organizou a atividade de cozinha, com panelas, fogão, e mesas, dentre outros, trazidos pelas próprias famílias. Tratava-se de atividade não remunerada, exercida prioritariamente por mulheres, com mantimentos que eram doados pela rede de apoiadores. Com três refeições diárias e lanches alternados, tinham como objetivo alimentar todas as famílias. Contudo, após um primeiro momento, nota-se um desequilíbrio na estrutura, que culmina no fim da comissão, como relata uma das moradoras atuante na comissão: “Cada um foi fazer sua barraca” (FANI, 2014, moradora). Ademais, outro agravante não mencionado, mas que também contribuiu nesse processo, foi o fim da campanha de doações de alimentos.

Na fala de Fani, podemos perceber a influência de outro fator determinante para o fim das comissões: a separação do terreno, com a minimização do espaço coletivo – visto que há separação de espaços familiares - e surgimento de soluções individuais, como as cozinhas particulares. Essa definição do plano urbanístico da área, objeto da e melhor detalhado na dissertação de Tiago Lourenço (2014), é exemplo de uma tarefa que, a

princípio, seria responsabilidade de todos os moradores e, por isso, deveria ser pautada em assembleia.

As *assembleias* são instrumentos criados para a negociação dos conflitos na produção do espaço, no desenrolar das atividades cotidianas e na organização das *comissões* de trabalho, quando essas existem. Abertas para a participação de todos os moradores, as assembleias buscam instaurar o debate coletivo na ocupação, do qual surgem encaminhamentos para atender as necessidades apresentadas. Militantes e apoiadores externos também participam e dão repasses da situação jurídica e política da posse, além de informes sobre outros conflitos em que atuam. Igualmente, trazem para a assembleia propostas de intervenção que, a partir do diálogo, procuram concretizar na ocupação.

As assembleias também são espaços de discussão e reflexão coletiva. Em muitos momentos, devido ao volume de informação a ser repassado num curto espaço de tempo (entre uma e duas horas), as discussões acabam se concentrando em certas pessoas, o que dificulta a atuação da maioria e impede o debate extenso acerca de uma pauta. Quando há mais de uma proposta de encaminhamento para questões levantadas, caso não seja atingido consenso, opta-se pela votação.

Ela se estrutura, assim, não só como um espaço reflexivo, mas também como um espaço de decisões coletivas. Uma maior desenvoltura da fala, o acesso mais facilitado a informações, a capacidade de construir representações simbólicas e o nível de representatividade dos que expõem sua opinião são, dentre outras, características que balizam a direção dos encaminhamentos propostos. Cabe ressaltar que se trata de uma técnica criada com as diversas prescrições acima, mas que possui, acima de tudo, o conflito fundiário como principal pauta. Com o passar do tempo e a apropriação desse instrumento por parte dos moradores, surgem outras finalidades para as assembleias. Quando centradas nos conflitos de moradia, pode-se dizer que as tarefas coletivas que emergem da decisão coletiva, como a realização de manifestações e atos públicos, são concretizadas, com intensidades variadas, claro, de mobilização. Em outros casos, a vontade externada em assembleia não necessariamente significará sua materialização.

Dado o interesse de que a luta dos/as ocupantes não se restrinja a luta pela casa e de que eles/as se interessem sobre questões políticas gerais, os(as) militantes tentam explicar as contradições do espaço urbano que levam aquelas famílias a acessar o solo pela via da necessidade e, nas reuniões de planejamento da ocupação e assembleias, externam sua intenção política por estarem atuando junto às famílias.

A questão fundamental, neste caso, está em que, faltando aos homens uma compreensão crítica da totalidade em que estão, captando-a em pedaços nos quais não reconhecem a interação constituinte da mesma totalidade, não podem conhecê-la. E não o podem porque, para conhecê-la, seria necessário partir do ponto inverso. Isto é, lhes seria indispensável ter antes a visão totalizada do contexto para, em seguida, separarem ou isolarem os elementos ou as parcialidades do contexto, através de cuja cisão voltariam com mais clareza à totalidade analisada. (FREIRE, 1968, p.133).

Cisões de uma mesma realidade urbana, ocupantes e militantes encontram-se e o objeto que mediatiza essa interação é justamente a ação conjunta de transformação do espaço e de resistência frente à ameaça de despejo, que permite a ambas as partes o desenvolvimento da percepção crítica dessa junção da utopia de transformação social e da necessidade humana de moradia. Seja quando o ocupante percebe, ou não, a amplitude da luta social pretendida pelo militante, seja quando o militante se choca com a dificuldade de se operacionalizar estratégias coletivas entre os ocupantes, essa relação possui seus percalços, dadas as dificuldades de comunicação entre formas de vida distintas.

Cabe a pergunta do porquê não são exitosos ao pretenderem uma reflexão ampla pela reforma urbana, como demonstra Tiago Lourenço (2014), arquiteto criador do projeto da ocupação Dandara, ao citar que parte dos moradores não compreendiam bem o quem eram as Brigadas Populares. Seria, assim, incapacidade da organização política em comunicar seus objetivos ou um limite da percepção do sujeito social em conhecer as demais razões do trabalho militante, para além de suas consequências diretas em seu cotidiano de transformação?

Apesar de não termos respostas concretas para essa questão, ela nos auxilia na compreensão da criação de uma *coordenação*. Estrutura composta por grupos menores, ela possibilita o debate sobre os porquês da atividade militante, com intuito de promover uma melhor compreensão do método de resistência que propõem, para que o mesmo possa ser criticado pelos ocupantes e, em consequência, ajustes e novas apropriações possam se efetivar. Outra razão para a criação de estruturas de coordenação seria a relação entre o número de militantes e a quantidade de demandas colocadas para a organização política, visto que os mesmos, por não serem remunerados nesse trabalho, não dispõem de tempo disponível para acompanhar com frequência todas as ocupações. Ou seja, não podendo auxiliar no aparecimento de demandas imediatas, seria interessante que os

moradores, ou parte deles, dominassem o método de resistência²⁸. Se o que estabelece as condições para que esse encontro aconteça é o desejo dos moradores de ocupar um terreno ocioso, o objeto final do método de resistência é a conquista desse direito, nas condições que são dadas pelo processo histórico. Com isso, não queremos afirmar que exista apenas um método de resistência, aquele inicialmente proposto pelos militantes, apenas que ao atuar visando ambas – a atuação institucional e as mobilizações de ação direta –, esses acreditam que a superação de tal situação deveria se dar por movimentações coletivas.

A coordenação, assim, é uma estrutura pensada para a resistência pela moradia, para buscar uma mediação entre os conflitos que surgem dessas novas relações entre as famílias que ocupam e para conceber estratégias de organização que vão além de questões emergenciais. Cabe-lhes o papel de mobilizar os moradores para a ação direta reivindicativa – contra o Estado – ou autoprodutiva – construção de equipamentos coletivos para a satisfação das necessidades humanas. A depender da forma como são eleitos os coordenadores, os mesmos trazem para as reuniões de coordenação as demandas e necessidades que lhes foram comunicadas pelos moradores de seu espaço de atuação. A partir das cisões da realidade trazidas por cada coordenador, busca-se a elaborar ações de intervenção ou a construção de um conjunto de regras e princípios que auxiliem os moradores na resolução de seus conflitos. Na recorrência dessa atividade, desenvolvem sua visão sobre os conflitos na ocupação e, conseqüentemente, um conjunto de técnicas que lhes auxiliam na execução de suas responsabilidades.

Quando tem que mobilizar pra um ato, mas não tem tempo suficiente pra passar de casa em casa, nem de avisar nos grupos, a gente já sabe na casa de quem tem que ir. Aquela ali a gente tem certeza que vai, o outro a gente sabe que se fala pra ele, todo mundo fica sabendo do ato. (SOLAN, 2014 – morador e militante).

Cabe ao conjunto dos moradores, ao participar das assembleias, o papel de controle social das propostas elaboradas pelos coordenadores e militantes, indicando a orientação dessas intervenções políticas. Segundo Elliot, Cross e Roy (1980), “a participação também conota o controle sobre quem efetiva as decisões para garantir que os valores incorporados a qualquer plano de ação sejam o das pessoas afetadas pelo mesmo”. Enquanto representantes da ocupação, nos termos colocados por Elliot, Cross e Roy (1980), os coordenadores negociam em reuniões com o poder público e com os

²⁸ Se em um caso de uma ocupação específica for possível, ou desejável, a luta pela transformação da área ocupada em Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), seria importante que pelo menos parte dos moradores compreendesse as implicações diretas de tal proposta, assim como os caminhos possíveis para se lutar por sua efetivação.

proprietários dos terrenos, visto que os moradores lhes delegam a autoridade para defender seus interesses.

Ao se deparar com as propostas de intervenção dos militantes políticos e de outros agentes da luta urbana (movimentos sociais, organizações e partidos políticos, sindicatos, universidades, ONGs, grupos culturais e religiosos, redes de solidariedade), que se propõem a trabalhar conjuntamente com os ocupantes, os coordenadores atuam enquanto mediadores entre as necessidades e as demandas dos moradores e os interesses dos não moradores, podendo atuar também como facilitadores no processo de implantação dessas propostas. Esse controle sobre as propostas que julgam ou não interesse do coletivo dos moradores, aliado às técnicas que desenvolvem de mobilização, possibilitam aos coordenadores e coordenadoras uma posição particular frente a outros moradores, de concepção e proposição de projetos para a ocupação.

Em contrapartida, há um acúmulo de responsabilidades na coordenação, por terem que buscar soluções para os mais distintos problemas entre as famílias, dada as limitações dos processos participativos. A participação, segundo Elliot, Cross e Roy (1980), seria um processo em que duas ou mais partes se influenciam mutuamente na realização de planos, políticas ou decisões, que tem efeitos futuros sobre os que se responsabilizam pela efetivação das decisões e por aqueles que serão afetados pelas mesmas. A assembleia seria esse mecanismo que garante a participação plena, porém possui uma limitação de tempo frente ao conjunto de necessidades dos moradores que nela participam, sendo necessário estabelecer prioridades. Os problemas debatidos, mesmo que comunguem de limitações de todo conjunto dos moradores – a não entrada de ambulâncias em ocupações, por exemplo – são prioridades apenas para alguns – os que precisam da ambulância. Nesse caso, os interessados entram em contato com os coordenadores, seja em reuniões de grupo ou informalmente, e transmitem sua demanda. Como as comissões não se sustentam enquanto organismos, os problemas de infraestrutura, saúde, educação, coleta, segurança e outros, sobrecarregam os coordenadores. Não somente com a atividade de debate coletivo e busca de soluções, como também na execução das mesmas.

Na próxima seção, enfim, a partir do exposto sobre os mecanismos formais de organização e mobilização, procuramos analisar o que os diferenciam em ocupações planejadas e espontâneas, principalmente sobre sua capacidade de interferir na transformação do espaço, a depender do momento em que os ocupantes entram em contato com a organização política.

4.3.2 *Ocupações planejadas e espontâneas*

Com a chegada da organização política em um espaço no qual preexistia uma ocupação, muitas das vezes percebe-se a inexistência de um conjunto de princípios e normas explícitas no intuito de auxiliar a gestão da ocupação pelos moradores. O que, contudo, não quer dizer a inexistência de acordos coletivos. Apenas que esses são feitos de maneira tácita, como coloca Zevi, pesquisadora envolvida no processo de implantação de uma feira de produtores na comunidade Dandara:

Há uma organização coletiva (família e ocupação) para decidir os novos usos [do espaço ocupado]. Na criação de animais, por exemplo, há um acordo tácito entre moradores que nenhum vizinho mata a galinha do dono, apesar dessa ser criada solta nos quintais. Presenciei isso no Dandara, com as galinhas daquela coordenadora. Imagino que há, também, muito de compartilhamento de saberes, como cuidado e troca de mudas. (ZEVI, 2013 – pesquisadora).

Assim, com a chegada das Brigadas Populares e a implementação da assembleia enquanto instrumento mediador de interesses dos moradores e de mobilização, há de se estabelecer uma negociação entre os acordos concebidos e aprovados coletivamente e aqueles tácitos preexistentes.

Nas ocupações planejadas, os mecanismos de organização surgem antes mesmo da entrada no terreno. As reuniões para o planejamento da Dandara, por exemplo, se iniciaram meses antes do ato de entrada no terreno. Nessas, busca-se conceber coletivamente, entre ocupantes e militantes, a forma de se efetivar a ação.

Localizado na região do Céu Azul, o terreno escolhido nesse processo foi ocupado no dia 9 de abril de 2009, com 150 famílias cadastradas e membros do Fórum de Moradia do Barreiro, do Movimento dos Trabalhadores sem Terra e das Brigadas Populares. O projeto, resultado das reuniões de planejamento, seria o de uma ocupação rururbana: “que seria associar à moradia, questões como o trabalho, a geração de renda e a agricultura urbana, inspirada nas comunas de São Paulo, experiências do MST” (TONPE, 2013 - militante). A chegada de mais de 1000 famílias no dia seguinte ao da ocupação, porém, impossibilitou a concretização do que havia sido planejado.

Dessa forma, mesmo que a escolha conjunta do terreno seja um elemento distinto que difere as ocupações planejadas das que são assessoradas posteriormente ao seu início, há uma imprevisibilidade das consequências desse tipo de intervenção social, que aponta para a dificuldade de previsão de um conjunto de mecanismos para a organização da produção do espaço em uma ocupação. O que nos remete à seguinte questão: dada a

limitação do planejamento, chegar antes ou depois da entrada no terreno altera a relação da organização política com os ocupantes na produção do espaço?

Seria seguro afirmar que o espaço contém as relações sociais, mas, além disso, segundo Lefebvre (1994, p.41), contém também certas representações dessas relações sociais de (re)produção. Estaria o autor enaltecendo o fato de tais relações poderem ser públicas, ou seja, declaradas ou, por outro lado, ocultas, reprimidas e, por isso, capazes de conduzir a transgressões. (FERREIRA, 2007).

Apesar das semelhanças presentes nas ocupações estudadas, como a escolha pelo lote individual e pela existência de ruas amplas o bastante para a passagem de automóveis, uma das grandes diferenças entre as ocupações espontâneas e as planejadas se encontra nas representações das relações sociais, como descrito acima, na divisão do terreno. A separação do terreno, de forma espontânea, caso da ocupação Tomás Balduino, acontece gradualmente, em relações contínuas de transformação dos espaços, sem que haja um planejamento da integralidade do mesmo. Como nos coloca Santos (2006, p.215), “o espaço se dá ao conjunto dos homens que nele se exercem como um conjunto de virtualidades de valor desigual, cujo uso tem de ser disputado a cada instante.” Ou seja, a depender dos distintos projetos levados a cabo por cada uma das famílias, é necessária uma série de negociações, capazes de articular essas virtualidades na conformação do novo espaço.

Com a chegada da organização política e a criação do espaço da assembleia, instaura-se um mecanismo no qual as relações são públicas e mediadas pelo interesse comum. Cabe ressaltar, porém, que o ato de tornar público suas ideias traz a possibilidade do embate entre interesses diversos, que, nem sempre, se traduzem em soluções consensuadas por todos os atores. Assim, mesmo que tenha participação da maioria das famílias na assembleia, a mesma não é soberana sobre as decisões do espaço.

No lugar – um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. (SANTOS, 2006, p.218).

Para uma maior efetividade de sua estratégia de resistência, os militantes defendem o estabelecimento de estruturas de mobilização comunitária, como meio de conceber e refletir sobre o espaço, que garanta a participação de todas as famílias que se interessarem. Nesse momento, a insegurança da posse atua como balizador da produção do espaço, seja a partir da construção dos espaços coletivos provisórios, seja nas decisões sobre a divisão final do terreno. Os planos urbanísticos das comunidades Dandara e Guarani Kaiowá, por

exemplo, auxiliaram na propagação da legitimidade da luta social construída por essas famílias que não possuíam casa. A aprovação dos dois projetos, em bienais de arquitetura, representou vias de diálogo com agentes da sociedade civil, principalmente, setores acadêmicos e técnicos progressistas. Ademais, em contraponto à justificativa técnica utilizada normalmente pelo poder público, de que não se poderia desapropriar uma ocupação que não respeite o ordenamento urbanístico do Plano Diretor, o plano urbanístico é parte de uma estratégia política de desconstrução do discurso tecnocrático, que busca elevar a negociação, antes restrita às limitações burocráticas, para o debate político, do qual os moradores estariam mais aptos a participar.

No processo de definição do plano urbanístico atuaram técnicos que, por meios de mapas, croquis e maquetes, buscaram intermediar os desejos dos moradores e o saber técnico. Lourenço (2014), em sua dissertação de mestrado, discute os limites dessa participação e, ao apontar as dificuldades de tradução das formas de vida dos ocupantes em parâmetros urbanísticos, revela uma barreira colocada a esse tipo de atuação.

Ademais da interferência externa, outras diferenças objetivas na transformação do espaço diferenciam as ocupações que passam por esse processo de planejamento explícito. Dois fatores substanciais podem ser levantados. O primeiro trata da separação de espaços para a construção de equipamentos coletivos. Enquanto no plano urbanístico da ocupação Guarani Kaiowá há espaços reservados para a construção de creches, centro sociais, culturais ou ecumênicos, além de espaços de preservação, as denominadas *áreas verdes*, na ocupação Tomás Balduino não houve a separação de terrenos para construção de equipamentos públicos, embora, haja respeito das áreas ambientais que margeiam o córrego contíguo à ocupação. O segundo é que, na definição das formas de ocupar o terreno, os interesses e vontades, de militantes e ocupantes, são públicos e explícitos, promovendo debates nos mecanismos de mobilização formais que, no fim, serão espaços soberanos na decisão. O que não quer dizer, contudo, que efetivam os valores de uso para os equipamentos coletivos propostos pelo plano urbanístico.

No momento inicial da posse do terreno, anterior à separação dos lotes, militantes permanecem diariamente na ocupação realizando as tarefas diárias de transformação do espaço junto aos ocupantes e, a partir delas, constroem demandas para serem comunicadas em assembleia. Esse período de transição nos leva à segunda principal diferença entre ocupações planejadas e assessoradas: como surgem os mecanismos

formais de organização e mobilização e qual a diferença dos mesmos nas relações que se estabelecem entre os ocupantes e os militantes?

Ao chegar a uma ocupação que já existe, ou nos primeiros dias de posse de uma nova ocupação, percebe-se a existência do que chamamos de *lideranças informais*, que, normalmente, são as pessoas que entram em contato com a organização política. Por meio da sua participação mais ativa nos espaços de discussão coletiva e de articulação com outros agentes da cidade, passam a representar os moradores, principalmente nas questões específicas do conflito fundiário. São essas pessoas que convocam o resto dos moradores para a primeira assembleia da ocupação, na qual os militantes se apresentam e reivindicam a permanência da assembleia enquanto mecanismo de organização.

Nos primeiros dias de uma ocupação planejada, enquanto os ocupantes permanecem nos barracos de lona sem “ter” um espaço definido, há todo um conjunto de atividades que se desenvolve coletivamente por meio das comissões, pensadas e articuladas nas reuniões prévias ao ato de ocupar. Dia após dia, seja no trabalho de garantia de segurança, saúde, alimentação, dentre outros, trabalha-se em mutirões para criar a infraestrutura mínima necessária, sendo que cada comissão é formada por pequenos grupos específicos de uma atividade, auxiliados pelas pessoas que se encontram disponíveis no momento. A assembleia se torna o eixo articulador, nas quais acontecem as decisões, cabendo às comissões o caráter operativo.

A produção do espaço nas ocupações planejadas, por meio da construção de banheiros e cozinha, na limpeza do lote, na vigília noturna, contribui para que os espaços coletivos, melhor equipados, se tornem mais atrativos que os barracos de lona improvisados, aonde se dorme e guardam-se os pertences. Além disso, nesses espaços coletivos acontecem os primeiros encontros entre desconhecidos, traçando novas relações afetivas: “Aôô lugar gostoso!!!”, frase constantemente repetida nas rodas de fogueira de fim de noite, em que os moradores da Guarani Kaiowá se reúnem para “prosear”.

Dentre as diferenças oriundas de quando organização política e ocupantes se encontram, a principal está relacionada à natureza dos acordos tácitos criados e na sua relação conflituosa com os mecanismos formais de organização. Não por acaso, passado os tempos de maior mobilização reivindicativa e de compartilhamento dos espaços coletivos transitórios, a frase: “Antigamente o povo se mobilizava mais. Agora, tá tudo acomodado”, era constante nas assembleias de ocupações planejadas como Dandara e Guarani Kaiowá, o que não se observa no caso da ocupação Tomás Balduino, pois nesta

não houve um período transitório de ocupação do espaço. Nos capítulos seguintes, em que apresentaremos as experiências de produção alternativas propostas pelos militantes, essas diferenças serão importantes na análise dos casos.

5 Duas experiências autogestionárias em ocupações urbanas

O espaço urbano pode ser percebido a partir de distintas perspectivas. Dentre os que veem a cidade a partir de interesses estritamente econômicos, encontram-se as grandes construtoras e o capital financeiro, nacional e internacional, interessado nas altas taxas de retorno do “negócio imobiliário”. Os trabalhadores, como observado por Maricato (1997), seriam “aqueles que querem da cidade condições para tocar a vida: moradia, transporte, lazer”. Como colocado nos primeiros capítulos, essas duas percepções são conflitantes e, desse embate, nasce uma série de questões públicas, como a dificuldade de efetivação de direitos humanos básicos de reprodução de setores da classe trabalhadora, como os direitos à moradia e à cidade.

As ocupações são, nesse contexto, espaços urbanos acessados pela via da necessidade, por grupos de trabalhadores e trabalhadoras que não dispõem de capital acumulado para participar do mercado imobiliário formal e tampouco acessam às políticas do poder público. Este, suposto responsável por uma mirada coletiva e pela repartição da riqueza produzida no espaço urbano, é, na verdade, refém de interesses privados. A urbanização do capital, como nos afirma Harvey (2012), “pressupõe a capacidade da classe capitalista de dominar o processo urbano”, sendo o aparato estatal imprescindível. Essa dominação é exemplificada pela omissão do poder público na garantia dos serviços públicos universais aos ocupantes e pela repressão, via ameaças de remoção, a essa ação protagonizada pelos excluídos da cidade formal.

A dominação, por parte dos que controlam o capital produtivo, rentista e financeiro urbano, contudo, não acontece somente sobre os aparatos estatais, mas também sobre populações inteiras – “seu estilo de vida, assim como sua força de trabalho, seus valores políticos e culturais, além de suas concepções de mundo” (HARVEY, 2012, p.65). Por isso, as ocupações não podem ser compreendidas como espaços de pura efetivação de valores de uso urbanos. Como exposto por Abramo (2005), em seu estudo sobre a dinâmica da produção do espaço em favelas de grande metrópoles, a terra informal também tem valor de troca.

Dessa forma, a percepção da classe dominante sobre o espaço urbano, que prioriza seu valor de troca e reduz a terra à condição de mercadoria, também se encontra capilarizada dentre os trabalhadores. Se o sistema capitalista é hegemônico, as subjetividades são atravessadas por seus princípios. Como nos alerta Freire (1968), o opressor pode habitar o oprimido.

As organizações políticas que buscam potencializar a ação de transformação do espaço urbano ao assessorar ocupações urbanas, propõem técnicas de organização da ação de resistência – os mecanismos formais de mobilização – fundamentados em princípios que tentam coibir ações individualistas e fomentar ações coletivas, por meio da participação dos moradores nos espaços de decisões. A organização coletiva, para o militante, se apresenta como utopia perseguida e, junto à garantia dos direitos das famílias, como finalidade de sua intervenção social.

Aos ocupantes, o trabalho coletivo, apesar da inevitável produção de relações solidárias, surge devido sua eficácia na satisfação de necessidades, na transformação de elementos cotidianos. Como nos coloca Sian²⁹ (2015 – morador e militante), sobre a edificação do equipamento coletivo na ocupação Guarani Kaiowá, sistematizada a seguir, o mutirão seria “a única possibilidade para construção”.

Entre a concepção de métodos coletivos de ação e sua materialização, há um caminho complexo. Lourenço (2014), ao discutir a tentativa de implementação de lotes coletivos em ocupações, exemplifica essa complexidade:

A rejeição do lote coletivo e a preferência pelo lote individual passa por essa disposição. O lote individual é uma instituição social e econômica que todos conhecem e almejam. Já os argumentos em favor do lote coletivo incluem sempre abstrações que desconhecem. Por exemplo, o fato de lotes coletivos reduzirem áreas de arruamento e tornarem mais eficiente a instalação da infraestrutura urbana não faz sentido para boa parte dos moradores da ocupação, que querem, antes de mais nada, se livrar da situação de morar „apinhado“ e „de favor“ em algum lugar muito precário. A própria existência dessa infraestrutura tem pouca relevância se comparada com a perspectiva de um espaço no qual a família seja independente de outros sujeitos. Assim, o compartilhamento da posse ou da propriedade é visto pelos moradores como uma solução insegura e que possivelmente os desqualificaria (LOURENÇO, 2014, p. 164).

Assim, mais do que um discurso bem articulado sobre a necessidade de se organizar, cabe aos militantes pensar na eficácia da ação coletiva.

Essa dissertação se orienta sobre a prática colaborativa entre ocupantes e militantes na transformação do espaço, a partir das experiências que são sistematizadas nesse capítulo. Buscamos representar como foram construídos os acordos entre os diversos atores envolvidos no processo para, no sexto capítulo, analisarmos a eficácia da ação

²⁹ Sian é morador da ocupação Guarani Kaiowá e militante de uma outra organização política: a Frente Terra e Autonomia.

coletiva segundo os interesses que a motivaram. Trata-se de uma tentativa com princípios semelhantes ao que Vinck (2013) denomina por etnografia da performance:

Ir além da procura do sentido. [...] explicar a performance, isto é, aquilo que realmente é produzido na ação. A explicação não provém, então, nem de uma explicação técnica, nem da mobilização de causas gerais [...], mas da situação presente e local. Os elementos pertinentes para entendê-la são as ações e as falas dos atores no contexto preciso em que eles estão (VINCK, 2013, p. 280)

Retomemos, então a questão que pretendemos responder: como produzir novos valores de uso urbanos para a terra ocupada, por meio de uma organização emancipadora?

Nesse capítulo, a partir da sistematização de duas experiências de produção, que se pretendem enquanto iniciativas coletivas e autogestionárias, exemplificamos o contexto dinâmico característico da produção de novos valores de usos para o terreno ocupado. A negociação dos interesses dos atores ativos nesses processos ocorre tanto por meio dos mecanismos formais de mobilização, quanto nos espaços informais, sejam eles do grupo que concebe inicialmente e executa a nova atividade proposta, ou do conjunto dos afetados pela mesma que participam do processo de decisão; ou, ainda, sejam eles atores externos ou moradores, que buscam interferir nas formas de organização da (re)produção. Em cada uma das partes, fazemos um breve relato sobre a história de cada uma das ocupações.

5.1 A Construção do Centro Social da Guarani Kaiowá

Na preparação da GK, as famílias já iam sendo instruídas a realizar uma ocupação organizada a partir da divisão coletiva e justa do território. (SIAN, 2014b – morador e militante).

Localizada na região do Ressaca, em Contagem, a ocupação Guarani Kaiowá (Figura 4) surgiu em março de 2013, quando 143 famílias entraram em um latifúndio improdutivo há mais de 30 anos, desde a desativação de um antigo clube que se encontrava em situação de penhora, ou seja, reservado como garantia de dívida da empresa dita proprietária do terreno, que não teria pago os impostos devidos. Nos primeiros 4 meses de posse do terreno, os moradores se aglomeraram em barracas de lona preta, coletivas e individuais, construídas em mutirões pelos ocupantes: “uma turma capinava e a outra já vinha montando a barraca. Daí pra frente ia juntando, fazendo mutirão, limpando as ruas, cortando, entendeu?” (ARO, 2014c – morador).



Figura 4: Ocupação Guarani Kaiowá
Fonte: Foto de Marcilio Gazzinelli (2014).

A estrutura coletiva mínima necessária para que os moradores se instalassem na área era pensada e executada pelas comissões de trabalho. Enquanto a comissão de infraestrutura construía os banheiros coletivos, a comissão de alimentação organizava a cozinha comunitária, ao se apropriar do espaço debaixo de uma mangueira localizada em um ponto central do terreno. Três refeições eram fornecidas por dia, possibilitadas pelas doações conseguidas junto aos apoiadores da causa. O uso constante da cozinha auxiliou na apropriação do espaço em que se localizava a mangueira como a praça central da comunidade, na qual eram realizadas assembleias e se aglomeravam moradores em espaços informais de “prosa”:

Porque muita gente tá em casa e às vezes não tem nada que fazer, fica cansado de ficar em casa e fala assim “ah, vou sair, vou pra praça pra ver se vem alguém pra poder conversar fiado”. Aí vem pra cá, pra debaixo do pé de manga (ARO, 2014c – morador).

Com a execução do plano urbanístico e conseqüente separação dos espaços para construção das casas e dos equipamentos coletivos, processo descrito pelo urbanista Lourenço (2014), e o fim da política de doações de alimentos, a cozinha comunitária deixou de ser um equipamento utilizado.

Fizemos a cozinha comunitária. Ficamos usando ela bastante tempo aqui... funcionava de doações que o pessoal doava, o pessoal do, da Brigada, o

peçoal que apoia a gente aí. E ela funcionava. Tinha almoço, tinha janta, tinha café da manhã. Foi assim que levantou o povo né, até o povo conseguir os madeirites bons pra organizar sua barraca, pra fazer sua própria cozinha dentro de casa. (ARO, 2014c – morador).

Fani (2014 – moradora), que costumava gerir os trabalhos da comissão de cozinha, relata que: “Quando a gente veio pra cá, eu que era a cozinheira daqui, cozinhava pra 150 famílias. Tinha ajudante, mas tinha dia que tinha, e tinha dia que não tinha. E tinha que dar conta do recado, não podia deixar ninguém com fome.”

Assim, desde a separação do terreno até as primeiras semanas de março de 2014, com o fim da cozinha comunitária, como citado anteriormente no capítulo 4, o principal e quase único equipamento coletivo que existia na ocupação era a praça da mangueira. Ademais, existia um único barraco de alvenaria, construído em um dia de mutirão no primeiro mês de ocupação, e que servia ao uso principal de estocagem: “Guardava instrumento aí, guardava doação aí dentro. Alimento, cimento se precisasse guardar” (ANIQUE, 2014b – morador).

Denominado “Quartinho” e construído próximo ao pé de manga, não costumava abrigar uma dinâmica coletiva, servindo inicialmente para o estoque de materiais. Depois da confecção da maquete da comunidade a ser apresentada na X Bienal de Arquitetura, junto ao urbanista supracitado, o espaço começou a abrigar um pequeno museu, com fotos, imagens e esquemas que pretendiam guardar parte da história da comunidade. Pouco depois, um dos moradores se apropriou do espaço como um pequeno atelier, no qual passou a realizar oficinas para jovens.

Dessas primeiras tentativas de ocupar o Quartinho com atividades, surge a ideia de ampliação do mesmo e da construção de um fogão a lenha que, segundo (ARO, 2014b – morador), foi momento importante para uma maior apropriação do espaço pelos moradores: “Depois que fez esse fogão aqui, esse Quartinho tá muito frequentado, tá ou não tá?” Dentre eventos coletivos, como a I Feijoada da Ocupação Guarani, e usos individuais, como a venda de caldos, pães e tropeiro por Fani, nos fins de semana e em dias de assembleia, uma nova dinâmica se instalou no espaço que, no princípio de maio de 2014, era utilizado para cursos de alfabetização, reuniões de coordenação e assembleia, além de ponto de encontro. Segundo Sian (2015 – morador e militante):

O Quartinho foi um espaço criado, a priori, meio que sem função e aí a criatividade das pessoas dá várias funções pra ele. Para além das funções que a gente sabe que acontece lá por questão de organização da comunidade, a galera vai inventando função pra ele o tempo inteiro. A galera fica lá fumando, que é uma função, coloca TV pra ver jogo, e por aí vai. E não passa pela coisa

da organização, passa pelo espontaneísmo, que é a coisa do desejo, desejo das pessoas. O que eu acho super legítimo (SIAN, 2015 – morador e militante).

Tratou-se assim da construção coletiva de um equipamento, definida durante o próprio processo, a depender das dinâmicas criadas espontaneamente no espaço ou de projetos discutidos coletivamente sobre o mesmo. Descrevemos, a seguir, como se deu o processo de construção de um novo equipamento coletivo e como o mesmo foi pensado para se integrar ao Quartinho, seja para ampliação das atividades que já aconteciam nele, seja pelo projeto de novos usos possíveis.

5.1.1 O projeto de um novo equipamento coletivo

A concepção de outro equipamento coletivo para a satisfação de necessidades dos moradores se tornou concreta em um momento de mobilização característico das situações de conflito fundiário. Em abril de 2014, foi proferida decisão pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, determinando ao governo do estado de Minas Gerais realizar a reintegração da posse do terreno, ou seja, o despejo das 143 famílias que ali viviam. Organizou-se, então, uma festa em solidariedade à ocupação, a partir da qual ocupantes e militantes buscavam publicizar a situação de risco e arrecadar fundos para a construção do centro social.

A primeira função pensada para esse equipamento havia sido sugerida pelo morador Paco, que realizava cultos religiosos na praça da mangueira, como nos demonstra a fala de Sian (2015 – morador e militante):

A ideia do centro social surge da necessidade de um espaço pra reunião. Na verdade, o Paco ganha um material pra construir a Igreja, a estrutura metálica do telhado. E aí ele começa a pensar nessa possibilidade, em construir a Igreja aqui dentro, misturada com a ideia de Centro Social. A ideia dele já era junto. Um espaço que pudesse abrigar o culto religioso e outras atividades. E aí o grupo de mulheres, na reunião delas, vê a necessidade de construir uma creche. E ai elas levam pra assembleia, discutem, discutem, e ai resolve juntar as três ideias (SIAN, 2015 – morador e militante).

Não houve consenso sobre as atividades a serem realizadas no novo equipamento coletivo, restando uma multiplicidade de opções plausíveis. A escolha e concepção do espaço foi pensada, então, a partir dos materiais doados para construção. “A gente começou organizar em cima disso [a estrutura doada], pensar o lugar, pensar a função, pensar aonde construir e tudo mais.” (SIAN, 2015 – morador e militante). Assim, os moradores entraram em contato com um que, segundo a divisão territorial coletiva, feita por meio de sorteio, estavam autorizados a construir no local. Como eles não aceitaram a

troca, tornou-se necessário recomeçar o projeto, a partir da escolha de um novo local para a construção.

Na reunião de coordenação discutiu-se a nova localização da construção da creche/centro social/ecumênico, e deliberou-se pela urgência da construção, devido a dois principais motivos. O primeiro, apresentado por Pena, moradora que fazia parte do grupo de mulheres da comunidade, afirmava a necessidade de trabalharem e a impossibilidade que lhes era imposta por não disporem de um serviço de creche, mesmo que pudesse, às vezes, deixar suas filhas com parentes, vizinhos ou amigos, ao surgir oportunidades de trabalho temporário.

Além disso, a construção de um espaço coletivo, sendo esse um centro social, ecumênico ou creche, fortaleceria o argumento jurídico e político de garantia da função social da propriedade. Indicou-se um possível espaço (Figura 5) anexo ao Quartinho. Tal sugestão, tirada em coordenação, foi levada a debate na assembleia dos moradores, sendo confirmada.



Figura 5: Espaço de construção do equipamento coletivo, anexo ao Quartinho

Fonte: Foto de William Azalim. Abril de 2015

Nesse contexto, apresentei na reunião de coordenação o que seria meu projeto inicial de mestrado. Tratava-se da construção de um equipamento coletivo em uma ocupação que fosse realizada com outro tipo de material que não a alvenaria padrão, o tijolo solo-

cimento. Seria uma forma de os moradores experimentarem outro método de construção e as características que esse material conferiria ao equipamento, como isolamento térmico e acústico, sua estética diferenciada e a não necessidade de reboco. Tal projeto não visava apenas à construção do centro social. Seria uma etapa capaz de indicar a possibilidade de compra de uma máquina de tijolos por um grupo de famílias interessadas, que reduzisse os custos oriundos da compra de materiais para construção de suas casas. A partir dessa produção, a organização dos e das trabalhadoras também seria objeto de investigação.

Apresentei tais interesses, que moviam minha ação de intervenção, com maior destaque às informações sobre o material, como, por exemplo, as estruturas macho-fêmea dos tijolos e a conformação de tubulações que auxiliariam os projetos hidráulicos e elétricos das casas. Tais características facilitariam a participação de pessoas que não têm experiência na construção civil no momento do mutirão, pois padronizam a ação do trabalhador, tornando-o mais compreensivo para os iniciantes.

Uma vez apresentado, discutiu-se sobre a possibilidade de utilizá-lo na construção do equipamento coletivo, eis que sua produção, dada a urgência supracitada e demandada pelos moradores, seria inviável, ou seja, seria necessária a compra desse material. Em seu primeiro contato com essa tecnologia, os presentes demonstraram ânimo, como exemplificam as falas abaixo:

“Eu animo construir minha casa com esse tijolo” (PERLA, 2014 – moradora).

“Se rolar a máquina, eu animo largar meu trampo” (SIAN, 2014a – morador e militante).

“Isso vai ser bom pra acabar com essas desculpas de quem não quer construir”. (ANIQUE, 2014a – morador).

Decidi não apresentar a ideia dos tijolos na assembleia seguinte a essa reunião. Pela experiência em trabalho comunitário, julguei ser um possível equívoco falar sobre um assunto que ainda não era “concreto”. Solan (2014 – morador e militante), morador da comunidade Dandara, aconselha que não devemos falar em assembleia daquelas coisas que são incertas: “Nunca prometa numa assembleia o que não vai acontecer. Falar em data então... isso desmobiliza o povo”.

Com o anúncio de uma doação conseguida por um dos moradores de um caminhão de tijolos de segunda mão, a opção de construção com a tecnologia solo-cimento foi descartada e, desde então, passei a acompanhar o processo de edificação por meio de mutirões como objeto de minha análise, por compreender que essa não era um demanda dos moradores naquele momento. A compra de materiais – cimento, blocos, brita e areia

– que permitisse o início da obra foi efetivada com o dinheiro arrecadado na festa em solidariedade à ocupação. Para esse segundo espaço, não houve demanda dos moradores pela ação de técnicos e/ou arquitetos, como demonstra a fala de Sian (2015 – morador e militante):

A estrutura do galpão já veio com as medidas. O galpão é de tanto por tanto. Então a gente já fez o alicerce nessa medida. A divisão interna a gente não pensou ainda, na verdade. E como ele vai ser dividido internamente a gente vai pensar depois. Mas ele foi feito ao lado do Quartinho para pensar a integração entre eles (SIAN, 2015 – morador e militante).

Acertados os pormenores, decidiu-se pelo início das obras no dia 30 de maio de 2014, um sábado. Como o serralheiro que havia doado a estrutura metálica e os arquitetos que acompanharam o processo não se encontravam na ocupação no início daquela manhã, os moradores decidiram não iniciar a obra. Passadas algumas horas de conversa, contudo, dois moradores começaram a demarcar o espaço, sem a presença dos especialistas técnicos. Adiou-se, assim, o início da obra para o fim de semana seguinte, seguindo as delimitações do espaço feitas pelos ocupantes.

5.1.2 *A construção do equipamento*

Oh Aro, essa vala ai tá com material demais, não tá não? (FÁBI, 2014 – militante).

“Uai, se tivesse madeira nova saía certinho” (ARO, 2014a – morador).

O imprevisto foi alternativa constante na construção do centro social em mutirão. Os materiais e ferramentas necessárias nem sempre estavam à disposição. Tábuas de madeira de mesma medida e em bom estado, o “certinho” reclamado por Aro, possibilitariam uma maior precisão na atividade de preencher as valas com a massa, e, conseqüentemente, em um menor custo na produção. Porém, nesse dia, teve-se que buscá-las em vários locais da ocupação, sendo que cada uma possuía uma medida e um estado de conservação distinto. Fábio, sociólogo por formação, pode não ser um especialista em construção civil, mas por meio de sua percepção de padrões – olhar típico do técnico – consegue julgar que o executado se encontrava distinto do prescrito. Já Aro, experiente no trabalho de construção civil, especialmente na execução das atividades, para além do prescrito, buscava resolver os problemas impostos pelas limitações colocadas pelo contexto.

As soluções para uma variedade de demandas que se apresentavam eram encontradas na vizinhança. Para armazenar a água para fazer a massa, se consegue com um vizinho o tambor. A mangueira, trazida por um dos que participavam do mutirão, é conectada no ponto de água de uma das casas ao redor da construção. Parte das ferramentas, como boca

de lobo, pás, enxadas, são trazidas pelos próprios mutirantes. Outra parte, assim que fosse percebida a necessidade: “Pede o carrinho de mão pro Fulano lá pra adiantar!”, dizia um dos pedreiros, Vasser (2014 – morador).

Outra dimensão dos recursos escassos que caracterizam esse método de construção está no voluntariado dos participantes, tanto os técnicos e apoiadores externos, quanto os moradores, o que obrigava com que os dias de construção acontecessem nos fins de semana: “Nós estamos fazendo todo domingo, então, dividindo as tarefas: os homens fazem a mão de obra braçal, as mulheres fazem o almoço e os intelectuais anotando aí no caderninho (risos)” Paco (2014b), quando entrevistado sobre a dinâmica da obra.

Assim, além da atividade característica da edificação do novo equipamento, dois outros processos aconteciam de forma simultânea: o preparo de um almoço coletivo no quartinho e minha pesquisa. Na fala de Paco, podemos perceber duas diferenças marcantes durante o processo de construção. A primeira relacionada ao trabalho de homens e mulheres, a segunda relacionada à experiência de moradores da ocupação e daqueles chamados de intelectuais ou classe média.

5.1.3 A divisão do trabalho por gênero

Como foi observado nos dias de mutirão, a divisão do trabalho por gênero era clara: na construção civil atuavam os homens, enquanto as mulheres se encarregavam do almoço coletivo. Um elemento não mencionado pelo morador, porém, era o do cuidado com as crianças durante os dias de construção. “Oh o buraco aí!”, alertava um dos mutirantes às crianças que se aproximavam do espaço de construção. Por se tratar de uma atividade que utilizava de ferramentas cortantes e que alterava o espaço deixando possíveis regiões de perigo, a aproximação de jovens e crianças era sempre repelida pelos que executavam as atividades de construção. Ainda assim, elas se aglomeravam no espaço do quartinho, delegando às mulheres que ali cozinhavam a responsabilidade pelo seu cuidado.

Durante os seis dias de mutirões que acompanhei, poucos foram os homens que participaram das atividades de preparação do almoço. Contudo, muitas vezes compartilhavam do espaço do quartinho, visto que os bancos eram utilizados como estrutura de suporte para o corte e manuseio de materiais. Aro (2014a – morador), que utilizava a serra circular, quando perguntado se já havia completado o serviço, respondeu: “Desliguei por causa dos meninos”. Assim, cabia às mulheres compartilhar o espaço com homens e crianças, enquanto exerciam suas atividades.

“Às vezes o fogão tá muito cheio”, dizia Peti (2014 – moradora), enquanto retirava o café da manhã da mesa central (Figura 6) para arranjar espaço para o preparo dos alimentos. “Elas podem fazer nas casas delas e trazer pronto”, respondia Pena (2014 – moradora) à pergunta sobre a necessidade de convidar mais mulheres para auxiliar no trabalho. A essas dificuldades, se acrescentava a opinião compartilhada por parte dos homens de que as mulheres não sabiam trabalhar em conjunto: “Quando ela cozinha, não deixa ninguém ajudar”. Cabe, assim, um olhar mais aprofundado sobre as características das atividades exercidas e dos espaços nos quais são desenvolvidas.



*Figura 6: Em detalhe, a única mesa do quartinho
Fonte: Foto William Azalim. Abril de 2015*

Um maior número de participantes entre os homens indicava constância no revezamento entre as atividades, reduzindo fadigas musculares, característica de atividades repetitivas. Enquanto um cavava o buraco para a “sapata”, outro fazia a massa, um terceiro buscava os materiais no carrinho de mão, outros fumavam cigarros e conversavam. As ferramentas não eram disputadas e as atividades ocorriam em espaços distintos. No trabalho de preparação do almoço, no entanto, havia uma mesa apenas, a qual deveria ser compartilhada por todas as mulheres. O espaço já reduzido do Quartinho, como relatado, ainda deveria ser compartilhado com crianças e homens, que utilizavam os bancos para as atividades de corte e conformação de materiais. Assim, como

demonstram as fala de Pena e Peti, a participação de mais mulheres não seria indesejável como supunham alguns homens, apenas seria inviável devido às limitações do espaço.

A questão sobre parte das mulheres não aceitarem ajuda de outras para cozinhar, levantada por parte dos homens, extrapolou o espaço dos mutirões, sendo mencionado a mim em conversas particulares e até mesmo em assembleias. “O espaço deveria ser coletivo, mas tem gente que usa pra ganho individual.” Fani (2014 – moradora), que antes do início da construção já utilizava o espaço para vender alimentos, em contrapartida, afirmava sobre o uso e construção do fogão a lenha no Quartinho: “Cada um deu um pouquinho e ele serve pra todo mundo, é da comunidade. Mas acaba que eu sozinha que fico mexendo mais aqui porque ninguém anima”.

5.1.4 *Os moradores e os “classe média”*

Coloca aí que no carrinho, se andar com mais velocidade, reduz o peso em 30% (Risos). (PACO, 2014a – morador).

No primeiro mutirão, utilizei um gravador de voz como método de recolhimento de informações, mas notei que se tratava de algo estranho aos moradores, que gerava certa repulsa. Assim, optei pelas anotações em caderno de campo, o que me obrigava a memorizar falas e observações e, para não esquecê-las, anotar com certa frequência. Paco, ao me indicar de maneira jocosa as regras que facilitariam o trabalho com o carrinho de mão, demonstrava que o fato de eu estar anotando não lhe passava despercebido. Como na frase em que relata a divisão do trabalho durante o mutirão e coloca os intelectuais com a tarefa de “anotar no caderninho”, durante os mutirões eram várias as brincadeiras que direcionava a mim e a outros participantes não moradores: “Quer uma aguinha mineral? Porque classe média tem que tomar água mineral né?”, perguntava Paco (2014a – morador) ao arquiteto que assessorava a construção no primeiro mutirão.

Para além das brincadeiras, houve momentos em que os saberes dos moradores eram colocados em comparação aos saberes técnicos dos atores externos, durante a execução da obra: “Engenheiro sabe desenhar os projetos, mas não sabe fazer, não. Acaba que os caras que tem mais experiência em obra sabem mais que os engenheiros”. Tal afirmação, de um dos pedreiros que acompanhavam a obra, Daivi (2014 – morador), levantou algumas questões durante o processo de mutirões de construção: qual a falta que um projeto técnico poderia fazer em um contexto tão dinâmico no qual os executores da obra dominam o saber de construção com alvenaria? A atuação de técnicos durante o mutirão se diferencia daquela que pode ser observada na produção capitalista do espaço?

A não diferenciação das atividades exercidas pelos militantes e ocupantes nos mutirões seria um primeiro fator capaz de diferenciar o modo de produção do espaço por meio de mutirões em comparação ao método capitalista hierárquico, no qual técnicos prescrevem aos executores tarefas a serem cumpridas, o que possivelmente ajuda a compreender a relação mais próxima que permite a sinceridade demonstrada na opinião acerca do trabalho de engenheiros. Mesmo que seja uma relação entre pares que se diferenciam, há uma cumplicidade maior entre morador e “classe média” do que aquela que existe entre técnicos e executores nos moldes da produção capitalista do espaço.

Os pedreiros mais experientes se apresentam como aqueles que guiaram os rumos dos projetos nas decisões operacionais, enquanto simultaneamente pensavam novas etapas, seja por iniciativa própria ao iniciar os próximos passos, ou quando perguntados por outros participantes. O que não implica que suas decisões eram necessariamente verticais e impediam o debate coletivo.

No mutirão em que preenchíamos as valas com massa e colocávamos as duas primeiras carreiras de bloco, surge um impasse sobre a utilização ou não de cintas para amarrar as estruturas metálicas na parte superior. Aro, pedreiro que vem assumindo uma posição mais central no processo, polarizou com dois outros pedreiros, Vasser e Daivi, que, até então, referenciaram as decisões do primeiro. O debate se iniciou no fim da tarde e se esgotou ao término do mutirão sem conclusão, sendo deixado para o próximo dia de trabalho.

O planejamento no processo de mutirões ocorre simultaneamente à execução. Aro (2014a - morador) argumentava que não seria necessária duas cintas entre os tubulões e as vigas, pois haveria de se gastar mais material e tempo para tornar o espaço apropriável. “Isso aqui é improvisado mesmo”. O outro grupo defendia as duas cintas, pois se tratava de um terreno de aterro e haveria o risco da estrutura rachar: “Tem que improvisar pra 50 anos”, afirmava Vasser (2014 – morador). Motivações distintas moviam os dois grupos na definição do próximo passo. Nesse trabalho abstrato, o de planejamento, pensar a comunidade e as relações que ali podem se desenvolver, pensar em um horizonte largo de tempo aquele edifício, e, por isso, considerar possibilidades futuras, se encontrava em contraponto ao pensamento de maior agilidade para dar uso ao espaço.

No mutirão seguinte, retomou-se a discussão. Dessa vez, havia oito pessoas que se revezavam nas atividades de construção. Durante cerca de cinco minutos, todos os presentes participaram do debate, com sugestões. Vasser reforçou o compromisso de doar

as estruturas de ferro para fazer a cinta na parte cima. A decisão ainda está para ser tomada.

Outro exemplo que demonstra o planejamento da obra simultâneo à execução se refere a construção de um palco para realizar festas na comunidade. Como o caixa da comunidade se encontrava vazio, discutia-se qual seria a estratégia para arrecadar mais fundos para a obra. Sian sugeriu que construíssemos um palco na comunidade para realização de festas e consequente arrecadação dos fundos para a obra do centro social. Ou seja, durante o mutirão de construção de um equipamento em um espaço determinado da ocupação, a transformação de outro espaço foi pensada para então ser levada a assembleia. Em um dia de mutirão, em que até mesmo as crianças da ocupação se envolveram, utilizando-se de pneus e terra, foi construído o palco da comunidade (Figura 7).



*Figura 7: Palco da ocupação Guarani Kaiowá
Fonte: Ocupação Guarani Kaiowá (2015).*

Passados cerca de 9 meses desde o início da construção do centro social, a obra encontra-se inacabada e o espaço sem utilização. Desde os primeiros mutirões, o número de participantes diminui gradualmente. Segundo os moradores, o processo foi interrompido no final de 2014 e retomado no dia 18 de abril de 2015. Vasser (2015 – morador) dizia que: “fim de ano o povo viaja mesmo, tem festa, ai dá uma

desmobilizada”. Paco (2015 – morador) reivindicava o retorno dos militantes das Brigadas Populares e da Frente Terra e Autonomia³⁰: “Vocês deram essa sumida no fim de ano, aí fica mais difícil de puxar né”. Quando perguntado sobre o porquê da diminuição do número de participantes e da consequente interrupção da obra, Sian (2015 – morador e militante) afirmou: “Pros primeiros a gente tinha comprado muito material pra construir. Nos últimos já estava na onda de aterrar e acho que isso ajudou a dar uma esvaziada. O que eu acho é que a galera não perdeu o gás pra construir”.

Por fim, quando perguntado se havia algum tipo de atividade pensada para o espaço, uma vez terminada a construção, Sian (2015 – morador e militante) afirmou: “Se colocar a estrutura do telhado eu acho que vai começar a ser utilizado. Mas ainda não tem atividade prevista não”.

Com a construção do equipamento coletivo na ocupação Guarani Kaiowá, os ocupantes, envolvidos no processo, almejavam a produção de novos valores de uso para a terra ocupada. Ou seja, para além do uso primordial, de garantir o direito à moradia às famílias, com a efetivação de um centro social/ecumênico e de uma creche, pretendia-se propiciar novos serviços aos moradores, possíveis devido ao acesso ao solo urbano, garantido pelo ato de ocupação, e direcionados à satisfação de suas necessidades humanas e ao fortalecimento do argumento de garantia da função social do terreno. O espaço escolhido já era previsto no plano urbanístico para equipamentos coletivos. Passados mais de 10 meses do início da obra, ainda não há utilização do espaço.

Enquanto militante, tentei intervir como a proposição de construir o equipamento coletivo com outro tipo de material, o tijolo solo-cimento, que foi descartada no desenrolar do processo. Para além dessa, não houve nenhuma intervenção externa significativa sobre os rumos do processo.

A experiência dos moradores com o equipamento coletivo preexistente à essa iniciativa, o Quartinho, exemplifica algumas características da produção do espaço na ocupação, como a proximidade entre projeto e uso, visto que as alterações propostas são efetuadas em um dia de trabalho em mutirão, e há a possibilidade de se apropriar dos espaços de distintas formas, seja ao incrementar novas funções para o espaço – caso do fogão a lenha -, seja ao modificar seu uso cotidiano – passar de depósito à atelier.

³⁰ Outra organização política que assessora politicamente a ocupação Guarani Kaiowá.

Sobre a organização do trabalho, o mutirão, por sua vez, é uma técnica de produção que surge da vulnerabilidade socioeconômica, que busca na potencialidade do trabalho coletivo, compensar as desvantagens sociais de produção. Trata-se uma técnica interessante, quando observada pela perspectiva da autonomia: durante a atividade de construção, pergunta-se, questiona-se, participa-se mais nas discussões sobre o projeto de espaço do que no momento anterior, da abstração sobre o espaço.

Em contrapartida, a aproximação entre execução e planejamento apresentou duas questões importantes nesse processo. A primeira era de ordem técnica, visto que, enquanto se discutia a proposta de se colocar uma cinta a mais na estrutura, outras tarefas transcorriam simultaneamente, limitando o tempo para o debate. Ademais, decisões anteriores, como as dimensões da “sapata”, já haviam sido tomadas por aqueles que estiveram nos primeiros dias de construção, limitando o parecer final. A segunda era de ordem política, dado o distanciamento do grupo de mulheres e dos moradores que não participavam do mutirão das discussões sobre o espaço, visto que as mesmas ocorriam durante as atividades da construção civil.

Há de se considerar as relações produzidas ou modificadas com a construção do equipamento. Como coloca Sian (2015 – morador e militante), “o mutirão fortaleceu muito as relações. Era doido essa coisa de almoçar todo mundo junto. E isso injetou muito ânimo, sabe. Ele agrega muito valor. Tanto de sentimental com o que está sendo construído, quanto de experiência em trabalho coletivo e aprendizado”. Por outro lado, foram identificados problemas oriundos da separação entre mulheres e homens e o consequente fim das atividades cotidianas no fogão a lenha por parte de Fani³¹.

5.2 A coleta de resíduos na ocupação Tomás Balduino

Em uma madrugada chuvosa de dezembro de 2013, algumas famílias ocuparam um terreno ocioso localizado no Bairro Santa Margarida, região conhecida como Areias, em Ribeirão das Neves. Nascia, assim, a ocupação Tomás Balduino (Figura 8).

No primeiro momento, o que se viu foi uma pequena ocupação, na qual poucas pessoas se abrigavam embaixo de lona e madeirite, sob o extenso terreno abandonado há cerca de 30 anos. “Quando cheguei aqui, não tinha quase ninguém. Eu peguei meu pedacinho e comecei a construir de madeirite mesmo” (FELU, 2014 – morador). O terreno já era conhecido pela população do entorno como uma antiga fazenda abandonada

³¹ A questão sobre os problemas oriundos da separação entre mulheres e homens nas atividades do mutirão será retomada no capítulo 6.

que recebeu melhorias significativas com a chegada gradativa dos atuais moradores, como a construção das primeiras vias de trânsito, a edificação de diversas habitações e o plantio de hortas. Atualmente, a ocupação conta com cerca de 300 famílias.

Em março de 2014, pairava sobre a ocupação uma decisão liminar de uma ação de reintegração de posse, movida pelo então proprietário do terreno e que não havia sido informada à toda população da comunidade. Alguns grupos se inteiraram da notícia 72 horas antes da operação de despejo acontecer. Sem saber o que fazer, temendo perder sua casa e receosos por sua segurança, uma família da ocupação se deslocou até a comunidade Dandara, afim de conseguir algum tipo de ajuda junto aos moradores e à organização Brigadas Populares. Segundo a militante Mar (2015 - militante):

Em março de 2014, estava numa reunião na ocupação Dandara, uma família desesperada veio nos informar que havia uma reintegração de posse deferida, ou seja, uma operação do Estado para realizar o despejo da área ocupada em no máximo 48 horas. Segundo essa família, um agente do poder público informou-lhes que caso quisessem permanecer na área, que buscassem ajuda com os movimentos e com a comunidade Dandara, que permanece por seis anos na luta pelo acesso à cidade (MAR, 2015 – militante).

As advogadas populares decidiram, então, atuar em defesa das famílias e pediram vista do processo de reintegração de posse. Recorreram dessa decisão dias antes da ação se findar, por meio de um agravo de instrumento que, por sua vez, foi agraciado pelo desembargador que suspendeu a liminar de reintegração de posse. Para informar a decisão aos moradores, as advogadas entraram em contato com a família que havia se deslocado à ocupação Dandara, pedindo a convocação uma assembleia na ocupação.

Desde então, os militantes das Brigadas Populares começaram a atuar junto aos moradores da ocupação Tomás Balduino e a assembleia se tornou um mecanismo ordinário de debate coletivo. A ocupação passou, então, por um processo de reconfiguração espacial, que não alterava a divisão do terreno já instaurada, mas buscava consolidar o espaço com a abertura de novas vias, a demarcação de quadras e a instalação de melhor infraestrutura, por meio de ações coletivas.



Figura 8: Ocupação Tomás Balduino
Fonte: Foto de William Azalim. Novembro de 2014.

5.2.1 O planejamento da coleta de resíduos

Com a chegada ao Brasil de um pesquisador francês, Diego Guidi, que havia trabalhado na implementação de um sistema de gestão integrada de resíduos na cidade de Puerto Suarez, na Bolívia, o mesmo busca atuar junto ao Núcleo Alternativas de Produção da Universidade Federal de Minas Gerais, na implementação de projeto semelhante na RMBH. A proposta, apresentada pelo pesquisador, seria a de: a) levantar informações sobre os preços do mercado de reciclagem e de compostagem e sobre as tecnologias praticadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte e b) definir o local para intervenção e c) durante um mês, auxiliar na construção conjunta do projeto com o sujeito social alvo da ação.

A concepção inicial do piloto definia como objetivo a limpeza de um bairro associada à criação de alternativas produtivas de geração de trabalho e valor. Por meio de um sistema de coleta que possibilitasse a separação dos resíduos orgânicos e recicláveis, pensava-se na comercialização de dois produtos finais, recicláveis e adubo – advindo do tratamento do lixo orgânico –, e na queima dos resíduos sanitários, devido ao maior risco à saúde dos moradores.

O local a ser escolhido deveria ser, então, um espaço no qual a coleta dos resíduos fosse um problema e no qual, o acesso dos pesquisadores não fosse dificultado. Em reunião, definiu-se pela escolha da ocupação Tomas Balduino, em Ribeirão das Neves, pois, sabíamos que não haveria problemas de acesso e por se tratar de uma ocupação com grande quantidade de hortas (Figuras 9 e 10) – possível demanda por adubo – e que atravessava um processo de negociação com a Prefeitura de Ribeirão das Neves, para que a coleta tradicional atendesse os moradores.



*Figura 9: Horta no quintal da casa de um morador da ocupação Tomás Balduino
Fonte: Fotos de William Azalim. Novembro de 2014.*



*Figura 10: Horta comunitária da ocupação Tomás Balduino
Fonte: Fotos de William Azalim. Novembro de 2014.*

Não se tratava, porém, de escolha definitiva. O primeiro passo seria o de entrar em contato com os moradores sobre a relevância do projeto. Caso não lhes fosse atrativo, buscar-se-ia outra ocupação que se interessasse.

Cabe ressaltar que, para a implementação do projeto semelhante ao implementado na Bolívia, houve um financiamento, por meio da aprovação de projeto junto à uma ONG boliviana, o que não ocorreu nesse caso estudado. Todos os gastos com materiais, serviços, transporte, entre outros, foram assumidos pelos pesquisadores, por apoiadores do projeto, além, é claro, das contribuições dos próprios coletores e moradores.

A primeira visita feita a ocupação ocorreu na quarta-feira, 5 de novembro de 2014, dia de assembleia comunitária. Apesar da intenção inicial de implementar ali o projeto de gestão integrada de resíduos, optamos por não mencioná-lo na assembleia, tendo sempre em mente as palavras de Solan, de que não se deve falar na assembleia sobre projetos que não vão se concretizar, para não correr o risco de desmobilizar o povo.

A princípio, comentamos sobre a proposta com duas lideranças informais, Sopa e Valka, que concordaram e auxiliaram na busca pelas pessoas que poderiam se interessar pelo trabalho. Dentre elas, dois homens que já haviam trabalhado com catação e uma mulher que trabalha atualmente para uma empresa privada de materiais recicláveis, na

prensagem e triagem dos materiais. Ao comentar com ela sobre o projeto, a mesma aprovou a ideia, mas informou sobre a impossibilidade de ajudar inicialmente, dada a carga de trabalho semanal. Entre os dois homens, as primeiras respostas foram: “Se der dinheiro, eu tô dentro!” (FELU, 2014 – morador); “Eu acho uma boa. Eu já tava querendo montar um ferro velho pra mim aqui há tempos” (SOUZA, 2014 – morador).

Tendo assim dois possíveis candidatos a coletores e aprovação de duas coordenadoras, o próximo passo foi avisar a comunidade na próxima assembleia, em 12 de novembro de 2014, sobre a intenção de implantação do projeto. Ao ser aprovado sem restrições, informamos, então, sobre a presença, no período de um mês, de pessoas que estariam trabalhando na concretização do projeto. Ao fim da assembleia, apareceu outro interessado: “Pode deixar que eu e o Souza fazemos isso. Precisa procurar ninguém mais não” (DIRCEU, 2014 – morador)

Sendo assim, caberia decidir quem seriam as pessoas que fariam a coleta e se seria possível que os três interessados pudessem trabalhar juntos, tanto por questões econômicas, quanto por possíveis problemas de relações pessoais. Em conversa com Felu (2014 – morador), o mesmo optou por não participar inicialmente: “Pode deixar. Já tem dois interessados. Se caso depois eles não quiserem, a gente conversa. Até porque comunidade assim não dá muito material né”.

Sem poder deduzir sobre o real motivo da desistência, o elemento econômico trazido por Felu é, de fato, pertinente. Cabe ressaltar que seria inviável pensar a quantidade de resíduos necessária para sustentar os trabalhadores integralmente no começo das atividades. Dado o perfil de vulnerabilidade socioeconômica das famílias (se gera pouco resíduo), o pequeno retorno característico da atividade de catação, a falta de meios de produção para agregar valor (prensa) e a falta de meios de transporte para comercialização, dentre outros, buscamos outras formas que possibilitassem um maior ingresso de receita aos coletores:

- a) A partir da negociação existente entre a Prefeitura de Ribeirão das Neves e a ocupação Tomás Balduino, apresentamos o projeto, a partir da lógica de prevenção de problemas públicos: o gasto anual per capita com coleta pelo município vezes o número de pessoas da ocupação seria uma aproximação do montante que a prefeitura gastaria para aplicar a coleta na região. Assim, ao invés de fazê-lo, pedíamos que esse valor nos fosse entregue, em forma de equipamentos, remuneração, e em contrapartida, a comunidade seria responsável

pela destinação de todo seu resíduo. O acordo, entretanto, não foi firmado. A justificativa, apresentada pelos Secretários de Meio Ambiente, Assistência Social e Obras da Prefeitura de Ribeirão das Neves, era de que devido a burocracia característica para inclusão do projeto no orçamento anual e o pequeno montante recolhido por impostos no município, a parceria não poderia ser feita, no momento.

- b) Pedir contribuição das famílias pelo serviço de limpeza prestado pelos catadores: em assembleia, referendou-se a separação dos resíduos proposta pelo pesquisador francês, em três categorias: recicláveis, orgânicos e sanitários. Para os recicláveis e sanitários, as famílias em debate decidiram pela coleta porta a porta, em contraponto a uma sugestão de outro morador de coleta por quadra. Em relação aos resíduos orgânicos, em contraponto à proposta feita pelos pesquisadores de coleta porta a porta e construção de uma composteira comunitária, os moradores optaram pelo tratamento em suas casas. Assim, os materiais recicláveis seriam levados para o terreno aonde seria construído um pequeno galpão de armazenagem, enquanto os sanitários seriam queimados em tambores de metal. Por esse serviço, os presentes – 47 segundo anotações do caderno de campo, concordaram com a contribuição de cinquenta (50) centavos por coleta para os catadores.
- c) Contato com representante da cooperativa Cooperativa de Materiais Recicláveis de Ribeirão das Neves (COMARRIN), para pensar a comercialização conjunta e firmar uma parceria, no intuito de estabelecer vínculos entre esses empreendimentos populares. Os melhores preços que a cooperativa consegue para seus produtos também auxiliaria os novos catadores. Não houve negativa por parte da cooperativa, porém, devido a um momento de troca de galpão e de restrição da capacidade do atual galpão, o acordo não foi firmado.

Dentre as alternativas, a coleta se sustentaria em dois possíveis ganhos econômicos: os advindos da venda dos materiais recicláveis e da contribuição das famílias pelo serviço de limpeza.

Na escolha do espaço para armazenar o material reciclável na ocupação Tomás Balduino, havia um problema. Pela inexistência de um plano urbanístico na área, que reservasse espaços para construção de equipamentos coletivos, a escolha do terreno deveria contemplar possíveis espaços residuais ainda não ocupados.

Propúnhamos que o espaço escolhido deveria se localizar na parte baixa ocupação – trata-se de um terreno em declive - o que possibilitaria traçar uma rota de coleta em que se pudesse descer com o carrinho cheio e subir com ele vazio. Os catadores, por sua vez, optavam por um terreno na parte alta da ocupação, mais afastado das casas e localizado abaixo de uma torre de energia, que se encontra instalada no espaço da ocupação. “Assim, não corre o risco de encher o saco” (VALDIR, 2014 – morador), pois, segundo eles, logo apareceriam moradores para reclamar do cheiro e da “sujeira”. Optou-se, então, pela construção do galpão no terreno próximo a rede elétrica.

Em assembleia, comunicou-se a escolha do terreno, sem que houvesse nenhuma rejeição. No dia seguinte, escolhido para capinar o local e prepará-lo para armazenagem, um dos catadores me indagou: “Já tá tudo certo com o terreno mesmo? Tem certeza? Liga pra ela (liderança informal) e pergunta ela. Se ela disser que pode, a gente limpa o terreno hoje mesmo” (VALDIR, 2014 – morador). A liderança local foi, assim, convidada para participar do momento de limpeza do lote. Mesmo com a decisão aprovada em assembleia, da qual participava essa liderança, os catadores reivindicavam sua participação para entrar no terreno.

Uma vez que o terreno havia sido separado, faltava, enfim, definir os equipamentos que seriam utilizados na coleta. Acertou-se pela compra de 4 pares de luvas e instaurou-se um debate sobre que tipo de carrinho deveria ser utilizado: se o que um dos coletores já possuía (Figura 11), ou um outro, segundo os moldes do carrinho construído na experiência do pesquisador francês na Bolívia. Alertamos para a dificuldade que seria realizar a coleta com o carrinho que se encontrava em posse dos catadores, visto que o mesmo era utilizado para recolhimento de metais, para venda em ferro velho, e, por isso, era pesado e com pouco espaço para armazenar o material. O catador que já possuía experiência com o carrinho havia dito que não seria um problema, e que o carrinho seria adequado para o serviço. Respeitamos sua escolha e, por fim, terminávamos o trabalho de preparação da coleta.



Figura 11: Carrinho que possui um dos coletores
Fonte: Foto de William Azalim. Novembro de 2014

5.2.2 A coleta e o trabalho remunerado

No primeiro dia de coleta, 25/11/2014, nos organizamos entre pesquisadores e coletores. Enquanto o pesquisador francês e eu coletávamos todos os resíduos que encontrávamos pelo caminho, um dos catadores nos repreendeu: “Tem que pegar somente o que for reciclável. Isso que vocês tão pegando não é reciclável!” (SOUZA, 2014 – morador). Dessa primeira diferença de perspectivas, surgem dois desentendimentos.

Em primeiro lugar, Souza afirmava que não teria porque coletar todas aquelas sacolas cheias de matéria orgânica, fraldas e outros resíduos que não eram recicláveis. Serviriam apenas para pesar o carrinho e dificultar a separação do material enquanto fazíamos a coleta. No entanto, como havíamos exposto em assembleia, para que recebessem a contribuição dos moradores, os coletores deveriam pegar todos os resíduos.

O segundo ponto de debate era sobre o que seria material reciclável e o que não seria. Enquanto afirmávamos, pesquisadores, que materiais como plástico mole, vidro e embalagens longa vida eram recicláveis, e colocávamos no bag específico dos materiais que seriam armazenados, Souza retirava-os e colocava no espaço reservado para materiais não recicláveis. A discussão que Souza levantava não era sobre a possibilidade técnica de reciclagem, senão da possibilidade de comercializar materiais de baixo retorno, dado o contexto de falta de meios de transporte. Não se trata de uma falha de comunicação; são

critérios diferentes e, no caso do catador, mais complexos, pois além do tecnicamente reciclável, ele considera, custos de transporte e valores de venda.

Assim, optamos por separar os recicláveis a partir dos critérios elaborados por Souza: latinha, PET, plástico duro. Porém, todos os tipos de resíduos deveriam ser coletados, com uma ressalva colocada pelos coletores quando conversavam com os moradores: “Tem que tá na sacolinha pra gente pegar. Se tiver tudo espalhado e misturado, a gente não vai pegar não” (SOUZA, 2014 – morador).

Após a primeira semana de coleta, Dirceu (2014, morador), que carregava o carrinho, nos indagou sobre a possibilidade de incluir mais uma pessoa na coleta. Após subir uma das ladeiras da ocupação, reclamava: “Esse serviço tá puxado demais. Não vai dá pra continuar só nos dois não”. Em contradição com sua fala inicial, de que os dois conseguiriam fazer e que não seria necessária a atuação de outros moradores na coleta, a carga pesada, dada a estrutura do carrinho e do material coletado, lhe trazia agora a possibilidade de incluir outra pessoa no processo.

Ao final da coleta, após debate, decidimos que o melhor seria projetar outro carrinho com o fim exclusivo da coleta, de estrutura mais leve e com uma caçamba maior. Passadas 6 semanas desde a troca do carrinho (Figura 12) – que foi construído a partir da reutilização de peças de bicicletas e de mão de obra especializada (serralheiro), retornei a questão sobre o carrinho para Dirceu (2014 – morador): “Agora tá suave. Naquela semana minha coluna tinha ido embora”.



*Figura 12: Novo carrinho proposto pelos pesquisadores
Fonte: Foto de Diego Guidi. Dezembro de 2014.*

Deste modo, os problemas técnicos da coleta, como a definição da rota, do tipo de equipamento a ser utilizado, assim como a destinação para o resíduo não reciclável, não eram remetidos à assembleia. Quando perguntado sobre a rota que estavam fazendo, SOUZA (2014 – morador) simplesmente dizia: “Isso você pode deixar com a gente”.

A solução encontrada, para a destinação dos resíduos que não eram recicláveis, também foi articulada pelos catadores. Em conversa com os coletores do serviço público de coleta de Ribeirão das Neves, combinaram horário e local para colocar tudo aquilo que não seria aproveitado pela reciclagem. Na última coleta em que participei, de todo material recolhido, apenas uma sacola plástica foi separada com material reciclável, enquanto todo o resto foi depositado no local combinado com os trabalhadores do serviço público de limpeza urbana.

O que nos leva a questão da sustentabilidade do trabalho. Desde que se iniciou a coleta, nenhum material foi comercializado. Não que os materiais recicláveis não se apresentem como um interesse para os catadores. Além da dificuldade imposta pela falta de meios de transporte, a separação inadequada dos resíduos, não permite o aproveitamento de boa parte dos materiais. Trata-se de um problema técnico, como exposto por Oliveira (2010), que não depende somente dos catadores para ser superado:

Um dos problemas técnicos é a desarticulação das diferentes etapas do processo, nem todas sob controle dos catadores, a começar pela separação do lixo nos domicílios, realizada pela população segundo critérios do que ela acredita ser “reciclável” (OLIVEIRA, 2010, p.3).

Quando foi concebida a coleta, inicialmente, buscaram-se meios de se adquirir baldes e tambores para facilitar a separação dos resíduos. Devido a inexistência de recursos para efetivação do projeto, decidiu-se em assembleia que os moradores improvisariam suas formas de separar os resíduos. Vima (2015 – moradora), coloca as dificuldades que vem enfrentando na separação de seus resíduos: “Eu quase não tenho sacola aqui e meu problema maior é a fraude dos meninos. Como não tem mais sacola, ai eu queimo o lixo que sobra”.

Na disputa pelos recursos para armazenar os resíduos, a prioridade para a moradora se choca com a prioridade dos coletores, de agregar valor pela separação dos materiais. Na falta de recipientes para armazenar, a queima se apresenta como possibilidade para o volume de resíduos secos, justamente o que pode ser valorado pelo trabalho dos catadores. Por não haver uma prescrição clara que a possa ajudar na separação, “seu improviso” age no sentido contrário à reciclagem. O que não implica que soluções improvisadas sejam necessariamente piores, como no caso de Teca (2015 – moradora): “Aqui quase que eu não tenho lixo. A maioria do meu lixo é orgânico e eu joga na horta, ou nas minhocas. Garrafa PET eu quase não compro. Sobra mesmo é vidro, que eu passo pra eles. Mas é bom né? A comunidade vai ficando mais limpa”.

Vale lembrar que Teca trabalha com reciclagem, não sendo, por acaso, que dentre as pessoas observadas, é a única que apresenta um sistema específico de tratamento de resíduo orgânico. A existência de um sistema de coleta porta a porta, para ela, não se apresenta enquanto demanda. O que não a coloca, contudo, contrária a realização da atividade. Apenas que sua motivação para participar e contribuir é de outra natureza, como pode-se deduzir a partir de sua fala.

Para Vima (2015 – moradora), a coleta, independente da separação dos materiais prevista nas assembleias, se apresenta como forma de satisfazer necessidades cotidianas:

A reciclagem foi uma benção, os meninos [coletores] passam e pegam o lixo de todo mundo... as vezes tem coisa que fica em casa empacando e ninguém quer. Eu, por exemplo, tinha uma TV e um rádio velho. Chamei um moço para consertar e ele disse que não valia a pena, que ficava muito caro. Eu então ofereci a TV e o rádio pra ele, mas ele não quis e disse que não tinha o que fazer com aquilo. Mesmo assim, os menino pegaram. (VIMA, 2015 – moradora).

Na fala de Jovaco, é possível perceber outros elementos, ademais da necessidade coletiva, que o levam aderir a coleta. A contribuição e a separação de seus resíduos aparecem como relação de solidariedade aos catadores, que possibilita ganhos coletivos: “Tem como não gostar da coleta? É bom pra todo mundo. E ainda ajuda os dois, né?” (Jovaco, 2015 – morador).

No sentido oposto, há moradores que não enxergam a coleta enquanto necessidade e sequer contribuem: “Eu nem preciso. O que eu não joga nas planta eu queimo”. Há também aqueles que são a favor da coleta, mas que não concordam com o valor da contribuição. Na assembleia, do dia 25 de janeiro de 2005, da qual não participei, segundo relato de Vima, a coleta foi ponto de pauta, em que alguns moradores colocaram sua opinião de que estava muito caro contribuir. Sobre isso, Vima (2015 – moradora) completou:

Tem gente que tá falando que tá muito caro, que queima em casa e não precisa, mas são só cinco reais por mês, gente?! Tem mais é que pagar mesmo, ainda mais que eles mexem com aquilo que ninguém mexe: o lixo. Tudo que é bom pra comunidade, a gente tem que apoiar (VIMA, 2015 – moradora)

Para além de seus interesses individuais, há um reconhecimento do trabalho social realizado pelos catadores, além de uma justificativa de que as boas práticas coletivas devem ser incentivadas. A coleta permanece, assim, sem que haja uma separação adequada dos resíduos que possibilite um maior ganho aos catadores com a venda do material. A contribuição se torna, nesse princípio, a maneira de sustentar essa atividade, mesmo que parte dos moradores não participem.

Por fim, novas relações entre os moradores surgem centradas na coleta. Enquanto tomávamos café na casa de uma das moradoras da ocupação, Dirceu (2014 – morador) contava sorrindo: “Desde que a gente começou, eu conheci muita gente que nem sabia que morava aqui”. Enquanto Souza (2014 – morador) retrucava ironizando: “É, mas já é o terceiro café hoje. Vamos andando senão a conversa vai e a gente não acaba”.

Entre essas novas relações, vale ressaltar a estabelecida entre os catadores e a moradora Quisa, que lhes fez o almoço nas primeiras semanas de coleta. Recém-saída de um emprego de carteira assinada, em que trabalhava como cozinheira, nos contava sobre as dificuldades que era trabalhar tão longe de casa, quando se têm filhas para criar, enquanto fazia o almoço. Ao ser indagada sobre se teria interesse em trabalhar em um restaurante na própria ocupação, se demonstrou animada, como uma única colocação: “Mas tem que receber né” (QUISA, 2014 – moradora) Vale mencionar também a relação

estabelecida com Valka, uma das lideranças informais que, após uma reunião com a prefeitura de Ribeirão das Neves em que a coleta era pauta, sugeriu a produção de vassouras com as garrafas PET coletadas, se prontificando para ajudar.

Entre a concepção inicial do projeto, que previa a produção de valor pela separação dos materiais que seriam recicláveis, e sua execução atual, de baixo percentual de aproveitamento, a atividade se sustenta pelo seu viés de limpeza urbana, transformando o espaço e as relações entre os moradores. Seja ao restringir usos, como no caso da limpeza da vala na qual eram jogados resíduos, ou a produzir novos; o serviço de coleta e o terreno onde se encontra armazenado o material reciclável (Figura 13).



Figura 13: Terreno no qual os materiais recicláveis são armazenados
Fonte: Foto de Diego Guidi. Dezembro de 2014.

A implementação da coleta foi concretizada devido a um projeto idealizado por atores externos e possibilitado devido aos desejos até então latentes dos coletores na realização da atividade e à colaboração de lideranças informais e da maioria dos moradores.

O mecanismo da assembleia foi utilizado tanto no momento de planejamento, para a definição da estrutura da atividade e para a negociação sobre a colaboração financeira como forma de sustentar a atividade, quanto após o início das atividades, para reajustes demandados pelos coletores e para publicizar críticas de parte dos moradores.

Para a escolha do espaço de armazenamento dos resíduos, visto que não havia um plano urbanístico que reservasse terrenos para equipamentos coletivos, se demonstrou mais complicada que no caso da construção do equipamento coletivo na ocupação Guarani Kaiowá, dado que o consenso em assembleia comunitária não pareceu ser suficiente.

5.3 Processos de concepção participativa

Ehn (2008) define como projeto a forma comum de alinhar recursos (pessoas e tecnologia) num esforço amplo de concepção de objetos. Tais objetos poderiam ser compreendidos a partir de duas perspectivas: do ponto de vista da engenharia, seriam dispositivos, a materialização do objeto concebido, que provém o acesso a novas funções por parte dos usuários; do ponto de vista social arquitetônico, o objeto é “algo” (thing) que modifica o espaço de interações para os usuários, preparado para usos inesperados e para novas formas de comportamento frente a ele. Assim, existem aqueles que concebem novos objetos e outros que os utilizam. Esses atores, então, fariam parte do que Ehn (2008) denomina por *jogos de concepção*, nos quais seus respectivos interesses e linguagens, mediatizadas pelo objeto criado, são negociados.

As experiências sistematizadas, nesse capítulo, se iniciam a partir de projetos concebidos por grupos específicos (projetistas), com o intuito de promover novas formas de organização da produção de valores de uso para o espaço ocupado, a partir da inclusão do restante dos moradores no processo decisório. Nesse sentido, podem ser considerados como processos de *concepção participativa*, que focam especialmente a participação das pessoas no processo de concepção como colaboradores, na tentativa de enfrentar o desafio de antecipar e de designar usos para o solo antes que os mesmos existam, ou seja, desenhar para o uso antes do uso.

Segundo Ehn (2008), seriam dois os valores estratégicos que guiam um processo de design participativo: a ideia social e racional de democracia que prevê condições para a legítima participação dos usuários e a importância de incluir não somente as competências explícitas dos participantes, mas também seu “conhecimento tácito” no processo. Nos dois casos, a forma encontrada para garantir a participação dos que não participaram das concepções iniciais nas decisões sobre os projetos e, com isso, possibilitar maior efetividade dessas ações coletivas, foi o debate nas assembleias.

No capítulo seguinte, para melhor compreender esse processo de concepção participativa, seja no momento de projeto ou de uso, que se desenrola por meio de acordos entre os envolvidos, analisamos a utilização das técnicas de auto-organização do trabalho coletivo, buscando compreender como interferiram nas relações socioespaciais preexistentes na ocupação e sua efetividade no que propunham realizar.

6 Produção e colaboração política

Como exposto no capítulo 4, inicialmente, há uma unidade na luta para superar a situação-limite centrada no conflito fundiário. Os mecanismos de mobilização criados a partir da aproximação entre os dois coletivos constituídos, as famílias que ocupam e os militantes organizados, tentam ordenar o debate coletivo dos moradores, num processo semelhante ao que Callon, Lascoumes e Barthe (2001) definem por agregação. Seja na definição dos rumos da ação de resistência, na mediação das relações pessoais que se produzem a partir da posse do terreno e na negociação necessária para a transformação do espaço.

Nas assembleias, o que se percebe é que as pautas relativas ao conflito fundiário são as que mobilizam mais pessoas à discussão coletiva e, quando o risco se coloca enquanto imediato, os responsáveis pela estratégia política a protagonizam. Nelas, também, as demandas e os questionamentos sobre o conjunto de relações permeadas pelo espaço remetem o real ao conjunto de acordos negociados de forma explícita. São espaços que buscam sínteses para conflitos entre os moradores, mediados por princípios gerais e normas, que reforçam o caráter de agregação desses mecanismos.

Em uma das assembleias, em que estive presente na ocupação Guarani Kaiowá, na discussão sobre distintas pautas, era perceptível essa busca pelas normas estabelecidas como forma de ordenamento das relações pessoais. Sobre a apropriação indevida do espaço por parte de um ocupante, uma moradora afirmava: “Você ainda não construiu! Tem que tá aqui é pra morar!”. Sobre o pagamento dos custos da instalação dos postes de luz, outro morador colocava: “Todo mundo vai usar, todo mundo tem que contribuir”. No entanto, muitas das questões levantadas em assembleias, mesmo quando são consensuais, não conseguem se efetivar.

No caso da ocupação Guarani Kaiowá³², as comissões, construídas no período pré-ocupação e ativas nos momentos iniciais da posse, não se sustentam após a solução dos problemas de caráter imediato e da conseqüente separação dos lotes, a partir do plano urbanístico. As questões sobre a transformação do espaço, que inicialmente são tratadas por ela, se acumulam, assim, na coordenação.

As/os coordenadoras/es se tornam, então, responsáveis pelo encaminhamento de soluções para problemas cotidianos, ademais das responsabilidades colocadas pelo

³² Como as famílias da ocupação Tomás Balduino entraram em contato com as Brigadas Populares depois ocupar o terreno e organizá-lo, não houve a criação das comissões.

processo de mobilização política. A partir do debate e da proposição de soluções, tentam mobilizar as famílias em sua efetivação. Contudo, ao buscarem as assembleias e se depararem com um número de famílias menor do que o esperado, é comum escutar na fala de coordenadores ou de lideranças informais: “A gente não pode ficar aqui lutando por vocês!”. Assim, tendem a acumular informações e funções sobre o espaço, o que implica na intensificação de sua representatividade política, visto que um acúmulo de responsabilidades acarreta na representatividade dos responsáveis (ELLIOT; CROSS; ROY, 1980).

Os mecanismos formais de mobilização apresentam assim duas características centrais: a potencialidade de mobilização pela unidade e a dificuldade de concretizar decisões que não são direcionadas à pauta conflitante. Dentre elas, a limitação que pretendemos tratar nesse capítulo seria a da produção de novos valores de uso para a terra ocupada.

Se há, como dizem Elliot, Cross e Roy (1980), uma apatia característica dos oprimidos em relação a discussões orientadas a temas mais abstratos, como rompê-la para que mais pessoas possam se apropriar das discussões necessárias para a organização coletiva do espaço que não se encaixam na unidade representada pelo conflito fundiário?

Na tentativa de apontar soluções para essa questão, nossa análise será construída a partir das experiências produtivas relatadas no último capítulo.

6.1 As assembleias: entre estruturas de controle social e fóruns híbridos

A partir dos conceitos de *estruturas de controle social*, definidos por Elliot, Cross e Roy (1980) e de *fóruns híbridos*, propostos por Callon, Lascoumes e Barthe (2001), e do uso que os ocupantes e militantes deram às assembleias nas experiências estudadas, pretendemos realizar aproximações teóricas que nos permitam analisar como seria possível mobilizar as famílias de uma ocupação para a tomada de decisões coletivas sobre o espaço, por meio da organização de iniciativas produtivas.

Ambos são conceitos elaborados a partir das limitações que possuem os especialistas e os representantes políticos de apresentar soluções para um conjunto social sobre qual atuam. Para Elliot, Cross e Roy (1980), a superação dessas restrições necessitaria de:

[...] um processo de planejamento conjunto mais construtivo, um processo de interação que ajude o cidadão a se comprometer com a formulação de planos, assegurando que assim os objetivos e as prioridades do cidadão influirão sobre os mesmos. (ELLIOT; CROSS; ROY, 1980).

Para introduzir novos objetivos e valores nos processos decisórios a respeito do desenvolvimento de técnicas, seria necessário permitir que o público afetado pelas mesmas participe no processo de sua avaliação. A participação, para Elliot, Cross e Roy (1980), seria um processo em que duas ou mais partes se influem mutuamente na realização de planos, políticas ou decisões. Seria, assim, limitada às decisões que implicam em efeitos futuros sobre todos, os que devem efetivar as transformações e o grupo de pessoas representadas por eles. Assumiria, a participação, desse modo, uma conotação de *controle social* por parte dos representados sobre as decisões dos representantes, para garantir que os valores incorporados a qualquer projeto sejam os das pessoas que serão afetadas pelo mesmo. Ou seja, o controle social pensado pelos autores é construído a partir da cisão clara entre representados e representantes, entre os que produzem soluções e aqueles que por serem afetados pelas mesmas, deveriam poder avaliá-las.

Nesse sentido, o conceito de fóruns híbridos, proposto por Callon, Lascoumes e Barthe (2001), seria semelhante ao das estruturas de controle social, visto que seriam espaços públicos ou abertos nos quais grupos se mobilizam para debater escolhas técnicas que interferem ou influem na vida coletiva. Tratar-se-ia de uma tentativa de organização das experimentações e da aprendizagem coletiva, enquanto resposta apropriada para as incertezas da tecnociência. Os fóruns seriam híbridos pois os grupos engajados nesses mecanismos e os porta-vozes que os pretendem representar são heterogêneos – atores políticos, técnicos, especialistas ou não no objeto debatido, assim como nas estruturas propostas por Elliot, Cross e Roy (1980).

Contudo, há uma diferença entre os dois conceitos, que estaria no caráter múltiplo dos temas a serem debatidos: enquanto os fóruns híbridos abrangeriam questões e problemas que se inscrevem em temas variados, as estruturas de controle social seriam pensadas para contextos de técnicas específicas. Para tentar caminhar no intuito de responder à pergunta que nomeia essa seção, propomos, então outra pergunta: quem elabora as escolhas técnicas a serem debatidas nas assembleias?

Os militantes responsáveis pela assessoria política e a coordenação, ou lideranças informais, empenhadas na elaboração de estratégias de resistência, seriam grupos, ou pessoas, que elaboram propostas para serem discutidas nas assembleias, a partir da perspectiva da unidade construída pela agregação das famílias e da organização política. Assim, aos ocupantes, é garantida a participação nas assembleias, como forma de garantir

que aqueles que os representam o fazem de maneira adequada e, quando necessário, que os mesmos se mobilizem para efetuar as decisões junto ao grupo de representantes – caso das manifestações. Nesse sentido, poderíamos considerar as assembleias, inicialmente, como estruturas de controle social em relação às proposições de militantes e coordenadores sobre os rumos da ação política, centradas nessa unidade conferida pelo conflito fundiário. No que tange a outros temas, porém, como os processos produtivos estudados, ligados a interesses distintos daqueles que guiam os debates sobre os rumos da ação política de resistência, não se observa mobilização semelhante. Formulado de forma mais direta: o mecanismo da assembleia não consegue mobilizar as famílias ocupantes para a discussão de temas variados, visto que há um grupo que protagoniza a proposição de soluções sistematizadas para o debate – não seriam então um fórum híbrido.

Como inscrever, então, às assembleias em temas diversos? Seria a criação de novos grupos produtivos uma resposta?

6.2 Exploração dos coletivos de produção

O universal (do coletivo agregado) obtido pela eliminação das especificidades triviais é substituído por um universal (do coletivo composto) constituído pelas singularidades que se afirmam visíveis e audíveis (CALLON, LASCOUMES E BARTHE, 2001, p.188).

Como colocado no capítulo 4, a afirmação de um objetivo comum coloca o conflito fundiário enquanto elemento central na organização das famílias de uma ocupação, sendo os interesses produtivos, individuais ou coletivos, enquanto elementos secundários. Cada trabalhador e trabalhadora elabora seu meio de reprodução, pelo salário conseguido em empregos formais, pelo trabalho informal dentro ou fora da ocupação e pela realização das tarefas domésticas. Como tornar essas questões, delegadas a soluções individuais, familiares ou de pequenos grupos, temas de uma organização coletiva?

O conceito de composição, elaborado por Callon, Lascoumes e Barthe (2001), pode nos ajudar nessa busca. Para os autores, a composição, entendida como ação, definiria a substância de grupos com interesses específicos e as incertezas de seu reagrupamento:

No regime da composição coletiva, as singularidades, ao invés de seres deixadas de lado, são reivindicadas e a afirmação de seu conteúdo constitui a substância do debate político. [...] Nesse regime, a substância não está em contar as vozes que são feitas formalmente idênticas para fazer surgir, para além das diferenças secundárias, semelhanças qualificadas como mais profundas [regime da agregação]. Pelo contrário, deve-se considerar os interesses específicos, singulares, as vozes particulares, para, em seguida, as

compor sem esconder sua existência. (CALLON, LASCOUMES e BARTHE, 2001, p.187-188).

Ou seja, a partir de um coletivo ordenado por vontades gerais, aglomerado, caminhar no sentido do coletivo composto, a partir da negociação de desejos particulares. A figura a seguir, adaptada do mesmo livro, tenta indicar quais seriam os passos necessários para essa transição.

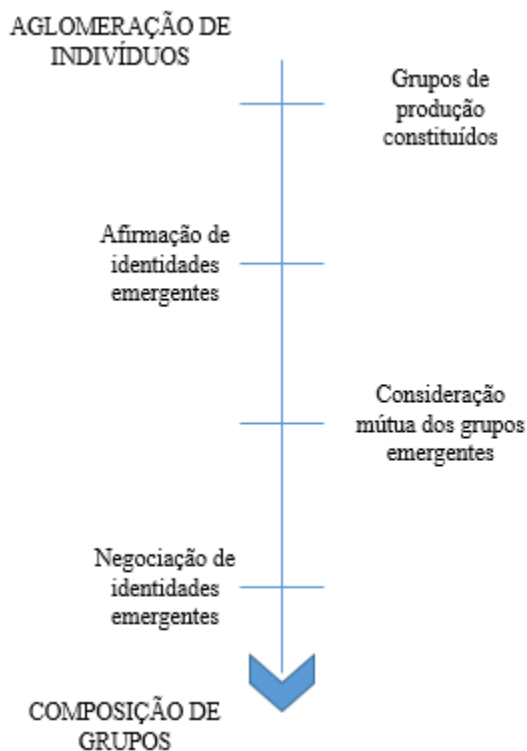


Figura 14: Da aglomeração de indivíduos à composição de grupos

Fonte: Adaptado de Callon, Lascoumes e Barthe (2001).

Acima, o coletivo não está composto, apenas ordenado. Abaixo, é a composição que se torna prioritária. No princípio se encontram os coletivos de ação já constituídos, que seriam, no caso das ocupações, aqueles construídos pelas lideranças, formais ou informais, e pelos militantes. Um segundo passo seria, então, a afirmação de identidades ou subjetividades emergentes. Nas experiências relatadas no capítulo 5, poderiam ser compreendidos como os grupos que protagonizaram as ações de produção de novos valores de uso para o espaço. Assim, cabe compreender, como se deu a negociação dos interesses dos respectivos atores que formaram esses grupos, ao afirmar sua identidade frente ao conjunto dos moradores.

Na construção do equipamento coletivo da Guarani Kaiowá, diversos eram os atores e seus respectivos interesses, como simplificado no quadro a seguir:

Equipamento Coletivo Guarani Kaiowá	
<i>Atores</i>	<i>Interesse</i>
Paco	Igreja
Ester	Alfabetização
Grupo de Mulheres	Creche
Coordenação	Centro Social
Fani	Cozinha
William Azalim	Produção de tijolos e pesquisa de campo

Tabela 1: Interesse dos atores na construção de equipamento coletivo na ocupação Guarani Kaiowá
Fonte: Elaborado pelo autor.

A fala de Paco (2014b – morador) resume um pouco do processo de negociação sobre o futuro uso concebido para o espaço:

Teve uma grande polêmica pra construir o centro social. A princípio a gente ia construir a igreja. Ai eu consegui uma doação duma estrutura metálica pra construir a igreja. Ai veio a polêmica que tinha que ser uma igreja ecumênica. Ai eu até aceitei. Teve uma pessoa lá que falou que tinha que trazer mãe não sei o que pra fazer macumba também, porque era ecumênico, quer dizer todas as religiões. Ai o pessoal não aceitou fazer, então nós decidimos fazer o centro social e tirar uma sala de orações comum. E a creche foi pessoal da frente das mulheres (PACO, 2014b – morador).

A partir de seu interesse inicial na construção de uma igreja e da articulação feita com um serralheiro que apoiava a luta dos ocupantes, Paco defendia inicialmente um uso restrito para o espaço. A partir das negociações com outros atores, feitas nos espaços da coordenação, da assembleia e na informalidade, há um processo de abertura para outras práticas: “Eu aceitei”.

O projeto de ser, também, um centro social era pensado segundo as demandas perceptíveis a partir na fala de Sian (2014a – morador e militante): “Quando chove, fica difícil fazer assembleia e reunião debaixo do pé de manga. E no Quartinho fica muito apertado”. Outra demanda, colocada por Ester (2014 – moradora e militante), seria a de um espaço para o curso de alfabetização que ministrava para algumas moradoras: “No Quartinho fica muito difícil, passa gente toda hora. É difícil de concentrar”.

A creche, como colocado na fala de Paco, era pensada pelo Grupo de Mulheres da Guarani Kaiowá. Pena, que compunha esse grupo, afirmava que a creche seria uma forma de possibilitar com que as mulheres da ocupação pudessem encontrar trabalho remunerado, como relatado no capítulo anterior, visto que o cuidado com as crianças era restrito a soluções particulares. Contudo, não se havia pensado, ainda, como seria a forma

de efetivação desse tipo de serviço. Quais eram as mulheres que precisavam da Creche? Quem seriam as pessoas que trabalhariam no cuidado com as crianças? Esse trabalho seria remunerado? Tratava-se de elementos pouco elaborados nas discussões desse grupo. Percebia-se uma necessidade, porém não havia se pensado no método de organização da produção de um serviço que pudesse contemplá-la.

Colocadas as especificidades de cada interesse, havia um interesse geral pela construção do equipamento. Com o descarte pela produção de tijolos, a definição do espaço e os fundos arrecadados com a festa, começava a construção do espaço, separada em duas tarefas principais: a da cozinha, liderada pelo grupo de mulheres, e da construção, liderada pelos moradores com experiência em construção civil que se envolveram no processo. Os arquitetos convocados, atuaram segundo um princípio de pouco interferência, como demonstra a fala de um deles:

A gente pensava em interferir o mínimo possível. Trabalhar sobre demanda. Primeiro eles pediram um projeto que a gente fez mas não foi aceito por causa do problema dos lotes. [...] Quando começou a construção, eles me chamaram por primeiro dia. Depois não chamaram mais. (LEMA, 2015 – arquiteto).

A negociação dos distintos usos para o equipamento, assim, convergiu apenas na necessidade de construção do espaço e na forma de organização da mão de obra, em mutirão, visto que, como coloca Sian, seria: “a única alternativa que a gente tem pra construir”. Não houve, no entanto, um processo de definição coletivo de quais seriam as características necessárias para que esse equipamento comportasse os usos previstos. Como colocado por Sian (2015 – morador e militante):

A estrutura do galpão já veio com as medidas. O galpão é de tanto por tanto. Então a gente já fez o alicerce nessa medida. A divisão interna a gente não pensou ainda na verdade. E aí como ele vai ser dividido internamente a gente vai pensar depois. Mas ele foi feito ao lado do quatinho para pensar a integração entre eles (SIAN, 2015 – morador e militante).

O coletivo de produção se agregou para construir, aguardando o processo de composição de interesses entre os atores para depois da finalização da construção do equipamento.

Nos mutirões, porém, visto que não havia concepções gerais para o espaço para além das definidas pelos materiais doados, os interesses se chocavam na definição das próximas tarefas a serem executadas, como demonstrado pelo caso em que se decidia se as estruturas metálicas seriam cintadas na parte de baixo, na parte de cima, ou em ambas. Segundo Vasser (2014 – morador), um dos moradores com experiência em construção civil: “o terreno é de aterro e se não fizer as duas, pode rachar [a estrutura] depois”.

O debate acontece no momento em que a decisão sobre fazer ou não a cinta embaixo deveria ser tomada para que o trabalho continuasse. Fazer as duas cintas implicava num maior gasto com materiais, além de serem necessários mais dias de mutirão. Fazer só em cima aceleraria o processo, acarretando no risco previsto por Vasser. Interesses gerais, relacionados à efetivação mais rápida de possíveis valores de uso para o espaço se confrontam, assim, com questões técnicas de construção. Tais negociações sobre o futuro espaço aconteciam na execução da obra, sendo que as pessoas que se encontravam no mutirão de preparo do almoço não participavam, tampouco aquelas que participavam das assembleias semanais. A consideração mútua entre os grupos e atores emergentes, expostos no quadro acima, não acontece nesse momento, nem a negociação de suas respectivas identidades.

No processo de projeto da coleta de resíduos, na ocupação Tomás Balduino, o coletivo de produção formado também era orientado por interesses diversos, expressos no quadro abaixo:

Coleta de Resíduos Tomás Balduino	
<i>Atores</i>	<i>Interesse</i>
Diego Guidi	Replicação de método e pesquisa de campo
William Azalim	Produção de novo valor de uso pro espaço e pesquisa de campo
Coletores	Remuneração
Lideranças informais	Organização comunitária
Moradores	Coleta

Tabela 2: Interesse dos atores na coleta de resíduos na ocupação Tomás Balduino

Fonte: Elaborado pelo autor.

O pesquisador Diego Guidi buscava, com essa experiência, a replicação de um modelo feito na Bolívia, visando a criação de novas estruturas de mercado, a implantação de um sistema integrado de coleta e a geração de renda. Por minha parte, acreditava na coleta como forma de produção de novos valores de uso para o espaço e como possibilidade de integração com outro agente político da cidade, o dos catadores cooperativados na COMARRIN. Interesses distintos porém que convergiam na criação da coleta.

As lideranças informais foram primeiramente consultadas para saber se o projeto que gostaríamos (Diego e eu) de realizar seria oportuno para a ocupação e, caso sim, quem seriam as pessoas que poderiam se interessar pelo trabalho. Dado que o acordo com a prefeitura de Ribeirão das Neves para o início da coleta na ocupação não havia sido cumprido, as duas lideranças afirmaram seu interesse na coleta de resíduos, pois poderia ser uma forma de “integrar o povo”³³. Uma vez feito o contato com os interessados elencados pelas lideranças, estavam esses em acordo com o proposto pelos atores externos, “se desse dinheiro”. A assembleia foi então comunicada sobre o projeto que aglomeravam esses atores e afirmado a criação de um novo coletivo de produção: o formado pelos coletores.

O planejamento da atividade acontecia em encontros marcados entre os futuros coletores e os pesquisadores, ora ou outra com as lideranças, pensando as dimensões operacionais necessárias para se iniciar a coleta de resíduos. A divisão dos materiais, em três categorias, proposta pelos pesquisadores, não se operacionalizou, visto que a separação por parte dos moradores não correspondia ao prescrito. A proposição de um novo carrinho, negada inicialmente pelos coletores, foi aceita após uma semana de coleta. Sobre como comercializar os matérias recicláveis, o coletor dizia já possuir um contato com o qual negociaria e a ideia da cooperativa de catadores foi inicialmente descartada, visto que os custos com o transporte inviabilizariam a comercialização.

Em comum, nos dois processos, os grupos protagonistas eram formados por atores com interesses distintos. A agregação entre esses interesses na formação dos coletivos de produção se deu de forma distinta. No caso da ocupação Guarani Kaiowá, se deu pela unidade em torno da construção do novo equipamento coletivo, definido não pela composição dos interesses dos atores envolvidos, mas pelas características de concepção e execução do espaço, restringidas pelo material doado que seria utilizado na construção. Enquanto na Tomás Balduino, a negociação entre os interesses era mediada pelas questões operacionais necessárias para o começo das atividades de coleta, dados os recursos disponíveis.

A afirmação desses novos coletivos e de seus interesses comuns na ocupação se deu, porém de formas distintas. Na exploração das alternativas possíveis para o início das atividades, a assembleia era convocada a contribuir de distintas maneiras, as quais

³³ Apesar de serem consultadas separadamente, as duas lideranças utilizaram o mesmo argumento em favor da coleta.

analisamos na próxima seção, a partir do seguinte questionamento: qual a possibilidade real de decisão conferida aos moradores sobre os rumos da ação?

6.3 Exploração dos cenários concebidos

Solan, coordenador da comunidade Dandara, afirma que há de se ter muita cautela nas proposições encaminhadas ao debate em assembleias, pois essas poderiam provocar o esvaziamento desse mecanismo: “Falar em assembleia sobre aquilo que não é concreto desmobiliza o povo. Falar em data então...”. Trata-se, aqui, de uma verdadeira contradição apresentada pelo ocupante, que também é militante das Brigadas Populares: se toda decisão implica incerteza e as decisões devem ser construídas coletivamente, como construir todo o processo e promover a atuação dos moradores na proposição de novos valores de uso para o espaço ocupado?

Como estabelecer essa fronteira entre o desenvolvimento técnico e o interesse social? Sendo a fronteira flutuante, o que seriam decisões dos grupos de produção, e o que seriam decisões que concernem ao sujeito social? Elliot, Cross e Roy (1980), ao discutir o momento em que os cidadãos deveriam ser convocados para processos participativos, colocam que:

Quando se faz muito cedo, o projeto pode se ver abortado antes de estar suficientemente definido para uma avaliação adequada. Quando se faz muito tarde, o [projeto] se desenvolve por si mesmo, sustentado, naturalmente, por aqueles que investiram dinheiro e prestígio [em sua concepção] (ELLIOT; CROSS; ROY, 1980).

Esse é o ardil da participação manipulada nas audiências públicas: quando os públicos interessados são chamados a dar sua opinião, os projetos já estão definidos e pouco se pode fazer para apresentar alternativas. Além disso, os sujeitos sociais interessados são apenas “consultados”, a decisão quanto à pertinência das sugestões e de sua utilização no projeto ficando a cargo dos especialistas.

Para Callon, Lascoumes e Barthe (2001), o primeiro passo entre essa cooperação entre grupos produtivos responsáveis pela elaboração das técnicas e o conjunto de pessoas para as quais elas são direcionadas seria o reconhecimento da existência dessa separação dada e de sua legitimidade. Ou seja, reconhecer a importância de grupos que se encerram em si para melhor debater as possibilidades técnicas frente a uma situação incerta e que, da mesma forma, que o que deve ser considerado dessa pesquisa confinada não podem ser as certezas alcançadas, senão o caminho pelo qual chegou-se às incertezas. Entre a ciência feita, ou seja, o conjunto de elementos definidos pelo grupo que pesquisa as novas

possibilidades, e a cooperação entre pesquisa confinada e a pesquisa aberta, ou seja, o debate aberto entre os que buscam elaborar respostas para os problemas colocados e os grupos interessados nessas respostas, haveria, segundo Callon, Lascoumes e Barthe (2001), três passos, explicitados na figura abaixo.

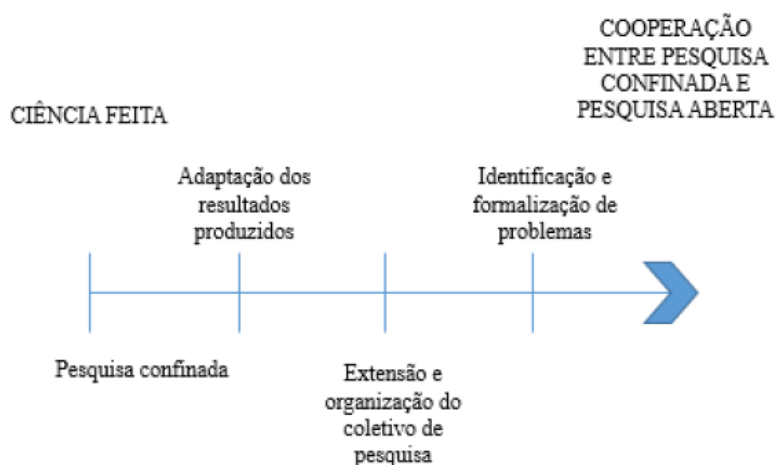


Figura 15: Cooperação entre pesquisa confinada e pesquisa aberta
 Fonte: Adaptado de Callon, Lascoumes e Barthe (2001).

A adaptação dos resultados produzidos pelo grupo confinado à realidade à qual ele busca reconfigurar seria a primeira etapa. Assim, as incertezas características dessa adaptação deveriam ser colocadas em debate, de maneira a favorizar a compreensão dos afetados pela nova estrutura pensada. As condições para tomadas de decisões racionais na presença das incertezas dependeriam, assim, da capacidade de resposta dos tomadores de decisão sobre as seguintes perguntas: i) quais são as opções de decisões abertas? ii) quais as entidades que compõem o mundo suposto por cada opção? iii) qual o inventário das interações significativas entre as entidades? Ou seja, quais seriam os possíveis cenários concebidos a partir dos elementos elaborados pelo grupo produtor? Busquemos então compreender como se deu a exploração dos cenários concebidos nos dois casos estudados.

Na experiência desenvolvida na ocupação Guarani Kaiowá, distintas possibilidades de apropriação do espaço eram defendidas pelos atores interessados. Dentre elas, as que apresentavam elementos concretos correspondiam às atividades que já ocorriam, como os cultos ministrados pelo pastor Paco, os cursos de alfabetização e as assembleias e reuniões de coordenação, que necessitavam de espaços mais adequados³⁴.

³⁴ O cuidado com as crianças também preexistia à construção do equipamento coletivo, porém, tratava-se de uma atividade restrita a soluções particulares.

A partir do debate do grupo de mulheres, elas decidem levar à assembleia a questão sobre quais os futuros usos deveria ter o novo equipamento coletivo, buscando incluir a ideia de creche, com a qual os moradores concordam e, assim, decidem pela junção dos três possíveis usos – centro social, ecumênico e creche. Contudo, não se tratou de uma decisão tomada a partir da clareza sobre os cenários concebidos. Como essas três atividades seriam desenvolvidas e quais as possíveis interações, congruentes e conflitantes entre elas? Tratava-se de questões que não haviam sido debatidas de forma exaustiva entre os atores que protagonizavam a proposta de construção do novo equipamento. Ou seja, nas palavras de Callon, Lascoumes e Barthe (2001), “porque esse cenário não existia ainda como um mundo possível, o mesmo não era factível, não era nem mesmo discutível”.

Nas assembleias, assim, ademais do debate colocado entre os futuros valores de uso, os moradores eram convocados, a cada semana, a participar dos mutirões, não rompendo com seu caráter de estrutura de agregação e tampouco permitindo um debate racional sobre decisões em aberto, visto que a decisão de agregar ao novo espaço a demanda do grupo de mulheres em nada alterou o projeto de espaço concebido.

A identificação dos problemas se concentrava, então, nas pessoas que participavam do mutirão, que deviam traçar novas estratégias a partir dessas constatações. Quando os recursos para obra estavam se esgotando, definiu-se então, no mutirão, pela construção de um palco na comunidade, visando festas futuras como forma de arrecadar novos fundos para continuar a construção. A proposta novamente foi apresentada em assembleia para o debate, porém sem quaisquer opções abertas para escolha.

Ao depender das assembleias para agregar mais pessoas às atividades de construção, sem contudo trazê-las para o debate sobre os novos cenários possíveis, os mutirões se restringiam a elementos pouco objetivos como forma de atração. Aro (2014b – morador), ao ser perguntado sobre o porquê de participar dos mutirões, afirmava: ““Eu faço isso no momento de lazer mesmo, descontraído com todo mundo””. Sendo assim, não contribuíam para fortalecer os debates sobre as singularidades envolvidas na construção do equipamento, além de “competir” com outras atividades que também demandavam a atuação coletiva dos moradores, como a luta em solidariedade às ocupações da Izidora, contribuindo para o que Sian (2015 – morador e militante) coloca como “falta de energia”:

Eu acho que a galera não perdeu o gás pra construir. Eu acho que rolou uma, uma...dispersão por falta de energia também, porque chegou a época da Izidora quase cair e a gente começou a fazer manifestação umas duas, três

vezes por mês. E a galera começou a ficar cansada assim. Deu uma exaurida. Acho que o estágio de desmobilização que tá hoje tem a ver com isso. E a galera também estava percebendo o limite que a assembleia tem. A assembleia também não consegue resolver tudo. Quando a galera vê que a assembleia não consegue resolver uma coisa dá uma desanimada assim, sabe? Mas eu sinto que esse processo do mutirão não desgastou não, cara, ele fortaleceu muito, assim, as relações. Era doido essa coisa de almoçar todo mundo junto. E isso injetou muito ânimo sabe. O mutirão é muito doido porque ele agrega muito valor. Viajo nisso. De sentimental com o que está sendo construído, de experiência em trabalho coletivo e aprendizado (SIAN, 2015 – morador e militante).

Por fim, e não menos importante, restam as qualidades de um trabalho coletivo autogestionado, capaz de gerar novos laços afetivos entre os que se propõe e o aprendizado característico de um método produtivo não hierarquizado.

Na experiência produtiva na ocupação Tomás Balduino, a assembleia era convocada a decidir sobre as questões que seriam tanto de interesse dos produtores, quanto do conjunto de moradores afetados pela nova atividade: coleta porta a porta ou quadra a quadra? Haveria ou não uma contribuição dos moradores e qual seria o montante? Qual seria o espaço para o armazenamento dos materiais?

Dentre as questões colocadas para discussão em assembleia, as escolhas possíveis eram claras e permitiam o debate: “Pode ser por quadra mesmo. Assim vai precisar de pouco tambor”. Outro rebatia: “Mas isso vai dar problema, porque tem gente que não quer contribuir!”. Uma terceira pessoa afirmava: “Deixa porta a porta mesmo então, que ai a gente sabe quem tá participando”. Dentre as outras questões colocadas, em apenas uma não houve intervenções: a escolha do espaço para armazenar o material reciclável.

Nesse momento inicial, as assembleias funcionavam de maneira semelhante a espaços de referendos, a partir do qual buscava-se adaptar o processo pensado pelo grupo produtivo à realidade local. Contudo, não poderiam ser compreendidas enquanto espaços de cooperação entre pesquisa confinada e aberta, visto que as questões são colocadas a partir dos interesses do grupo de produtores, e não dos grupos interessados. Segundo Callon, Lascoumes e Barthe (2001), os referendos podem ser vistos como roletas russas, pois apesar de colocar em jogo, de maneira grosseira, as limitações da democracia representativa, podem impedir a constituição de identidades emergentes, quando utiliza dessa participação como forma de legitimar sua irreversibilidade.

Alguns elementos empíricos nos ajudam a compreender esses riscos, como a busca pela assembleia por parte dos coletores como forma de reforçar o compromisso da contribuição assumida, visto que parte dos moradores não a estavam pagando. Ademais,

os coletores reivindicavam mais empenho nas assembleias, pois a escolha dos moradores pelo tratamento dos resíduos orgânicos em casa não estava sendo efetivada e, dessa forma, pouco do material reciclável era aproveitado.

Contudo, poder-se-ia afirmar que a instalação da coleta facilitou o que seria denominado por extensão do coletivo de pesquisa, segundo Callon, Lascoumes e Barthe (2001). Em conversa informal com uma das moradoras, Valka (2014 – moradora), em que lhe explicava as dificuldades encontradas na comercialização dos materiais recicláveis, a mesma apresentava uma possível forma de resolução: “A gente podia fazer aquelas vassouras de garrafa pet né?”. Outro elemento percebido é que os referendos não coibiram a afirmação de identidades contrárias a realização da coleta. Como relatado no capítulo anterior, pessoas que acreditavam que a coleta não era necessária ou que a contribuição estava muita cara, afirmavam suas posições em assembleias. Ademais, uma das moradoras, Quiza, a partir do acordo firmado com os coletores de lhes preparar almoço em alguns dias de coleta, levantou seu desejo por implementar uma cozinha na comunidade, de forma que pudesse trabalhar na própria ocupação, pois, se tratando de mãe solteira, tinha que deixar seus filhos sozinhos em casa para trabalhar. Assim, desejos e problemas surgem a partir da atividade de coleta, povoando as discussões em assembleia ou na informalidade. Com a mudança das condições objetivas, mudam-se também as ideias.

Segundo Lima e Oliveira (2008), “para transformar a consciência ambiental em comportamento, é preciso desenvolver uma abordagem ecológica da relação prática dos indivíduos com o lixo em sua vida cotidiana”. Nesse sentido, a alternativa por um trabalho direcionado à necessidade coletiva e realizada por pequenos grupos produtores leva ao debate sobre a contribuição da intervenção social militante. A escolha pela assembleia, como meio em que as contradições entre as obrigações dos coletores e dos moradores colaboradores se colocam, permite a apropriação desse mecanismo como forma de mediação do debate coletivo. Ademais, ao se tornar responsável pela coleta, a ação do catador em interação com o usuário seria a de educar a sua atenção em relação aos resíduos: “assim não dá pra pegar, tem que tá na sacolinha”. Com a responsabilidade, os catadores se tornam, também, representantes da comunidade, no que tange a esfera ambiental, seja ao participar da reunião com o poder público [durante as negociações com a prefeitura de Ribeirão das Neves, um dos catadores representou a ocupação na mesa junto a uma liderança informal] ou ao levantar a pauta da coleta nos espaços de discussão

coletiva, reivindicando novos hábitos dos moradores. Quando questionado sobre sua participação na assembleia, durante o período em que não havia militantes assessorando-a, um dos catadores afirmou: “nós agora que estamos puxando a assembleia” (SOUZA, 2014 – morador). O que nos conduz a duas questões: enquanto responsável pelos resíduos, o coletor se torna mais uma voz ativa da ocupação nos mecanismos de mobilização, diminuindo a intervenção dos militantes externos. Em contrapartida, reivindica uma posição de poder que ainda não existia. Seria possível, então, pensar uma atividade de coleta, sem a separação existente entre grupo de coletores e o conjunto de moradores?

Deixá-la a ela mesma, a pesquisa extensiva se veria amputada do extraordinário poder de tradução e de amplificação que somente a pesquisa confinada pode fornecer. Da mesma forma, o coletivo composto, se não estivesse sido formado segundo métodos de agregação coletiva, seria incapaz de produzir um cidadão individual de uma parte, e uma vontade geral, por outro lado, que não seria simplesmente a vontade do mais forte (CALLON, LASCOUMES; BARTHE, 2001).

É, exatamente, a partir dessas contradições, que deve se orientar o trabalho político do militante. “O que temos de fazer, na verdade, é propor ao povo, através de certas contradições básicas, sua situação existencial, concreta, presente, como problema que, por sua vez, o desafia e, assim, lhe exige resposta, não só no nível intelectual, mas no nível da ação” (FREIRE, 1968, p.120). A criação da coleta permite o debate coletivo a partir daquilo que não é unitário, que não é a vontade geral, mas por meio de uma atividade que se torna objeto cognoscível ao conjunto dos moradores, a partir da qual acontece a fabricação progressiva de um mundo comum, a única razão de ser dos processos dialógicos.

6.4 Concepção de valores de uso: participação e conhecimento tácito

Nessas últimas três seções, orientamos nossa atenção ao tratamento dos dispositivos concebidos nas experiências, o equipamento coletivo e o sistema de coleta, como coisas que interferem no espaço das relações entre os moradores, suscitando novos comportamentos e utilização dos próprios dispositivos, assim como dos mecanismos formais de mobilização, em especial da assembleia.

Nessa seção, voltamo-nos para a efetividade da concepção participativa (*participatory design*), a partir da perspectiva da engenharia apresentada por Ehn (2008), na qual os objetos concebidos são considerados como dispositivos que provém funções aos usuários. Essa separação das abordagens visa apenas uma maior clareza aos dois objetivos claros

das intervenções, a colaboração política entre os ocupantes e desses com os militantes e a produção de novos valores de uso urbanos para o terreno ocupado.

Voltamos, então, nossa análise para a eficácia dos projetos na concretização dos novos valores de uso propostos para o espaço ocupado, a partir da capacidade dos mesmos de incluir nos processos de concepção “o conhecimento tácito” dos participantes. Cabe então definir conhecimento tácito. Para Ribeiro (2011):

A essência do conhecimento tácito está na habilidade de participar por completo em uma forma de vida – o que Collins (2007) denominou de ‘conhecimento tácito coletivo’. Isso significa, por exemplo, [...] agir naturalmente ou improvisar dentro de uma determinada cultura (seja técnica ou não).

Nos dois casos sistematizados nessa dissertação, os grupos que concebiam os projetos de intervenção eram formados por pessoas com motivações e experiências distintas, sendo a mais marcante diferença entre as formas de vida militante (“classe média”) e ocupante, que implicam em formas de concepção de uma ação coletiva distintas. A fala a seguir, de Sian, em que o mesmo contextualiza o processo de organização de uma festa na ocupação Guarani Kaiowá, problematiza essa questão:

Eu acho que essa coisa de uma comunidade organizada, esse centralismo em torno de uma organização é uma coisa mais de classe média. Eu acho que a galera vem pra cá e vai resolvendo seus problemas. Vai resolvendo do jeito que dá, vai tocando aqui, tocando ali... alguns assuntos a gente consegue resolver pela assembleia, mas por exemplo, organizar essa festa: ela não vai acontecer de forma organizada, tipo assim, com as coisas no papel: vai ser isso, isso e isso. É muito através de acordo, sabe? Nada assim centralizado (SIAN, 2015 – morador e militante).

O ato de colocar “as coisas no papel”, típico da visão técnica, é aquele que, segundo Ehn (2008), congela a experiência na concepção de padrões que objetivam maior eficácia do dispositivo, ou seja, em forma de conhecimento explícito. Assim, segundo Sian, os ocupantes não seriam recorrentes nesse tipo de prática caracterizado pela “centralização” em torno de um planejamento de ações estruturado explicitamente. O que corrobora com o relato de Lourenço (2014), sobre o processo de produção de maquetes, mapas e croquis na elaboração de um plano urbanístico, no qual, há grande dificuldade de envolver os moradores. A maioria das contribuições surgem, dessa forma, no processo de implementação.

Assim, as reuniões que antecedem a implantação das propostas urbanas despertam pouco interesse entre os moradores. Seu envolvimento só começa de fato quando essa implantação já está em curso. Quando as pessoas passam a ver os espaços destinados a elas, aí sim começam a discutir o projeto e sugerir adequações (LOURENÇO, 2014, p.157).

Se compararmos os dois processos, de construção do equipamento e de implementação da coleta, percebemos uma maior atenção a essa fase de planejamento prévio no segundo que, não por coincidência, foi sugerido e protagonizado pelos pesquisadores. No sentido oposto, o processo de edificação, no qual os atores externos pouco interferiram, contava apenas com duas prescrições gerais: a organização do trabalho por meio de mutirões e aquela definida pela estrutura metálica doada.

O espaço para o ocupante se produz prioritariamente na experiência ligada à vivência do espaço, ou seja, no espaço vivido (LEFEBVRE, 1991), e não na fase de projeto de representações do espaço, o espaço concebido. Trata-se da apropriação do espaço por meio da corporeidade das ações humanas, como demonstra a discussão da necessidade de duas cintas durante a construção do equipamento coletivo. Vasser levanta essa proposta durante o mutirão por acreditar que a não colocação de uma segunda cinta acarretaria um risco para a edificação. Apesar de haver participado das reuniões anteriores à construção, esse questionamento surge, justamente, na execução da obra, ao perceber a base que havia sido construída e levando em conta as características do terreno, conformado num processo de aterramento. Instaura-se, assim, um processo de concepção participativa, em que todos os moradores e militantes que atuavam na obra se inserem nas discussões.

Existe portanto uma distância estrutural entre as duas dimensões do espaço expostas por Lefebvre (1991). Espaço concebido e espaço vivido chocam-se nas atividades coletivas, tornando visível a tensão existente entre as duas dimensões. O espaço concebido, enquanto espaço pensado externamente e ligado ao saber técnico e às normas, se distancia das experiências imediatas e, muitas vezes, não consegue absorver questões levantadas que só acontecem no momento da execução do trabalho.

Cabe aqui utilizar o conceito de enação de Varela (1990), de que todo conhecer humano, por ser vivido dentro de uma forma de vida, pertence a essa forma de vida. A cognição humana, para o autor, não seria um atributo de uma pessoa em si, mas a interação entre ela e seu ambiente, sendo que dentre os vários elementos perceptíveis em uma dada situação, aquele que solicita a atenção da pessoa no ato cognitivo depende da experiência construída, de suas vivências passadas, e, sendo assim, condiciona sua resposta. O conhecimento não seria um atributo de uma pessoa. Ele emerge de uma ação situada num dado espaço e num dado momento.

Dito isso, Ehn (2008) propõe uma questão sobre esses jogos de concepção: “Como podem os usuários, em seus jogos de concepção, se inspirar e “enagir” obstáculos, traços, objetos e coisas que foram deixadas para trás pelos projetistas profissionais?” Parte-se da compreensão de que existe concepção durante a fase de projeto, mas que também há concepção na fase de uso do objeto concebido. Ou seja, há concepção (no uso) depois da concepção (no projeto), o que podemos denominar por *metaconcepção*. A grande questão que se impõe, nesse processo, seria a definição dos objetos de fronteira, ou a partir de Freire (1968), do objeto mediatizador da ação política, que deve ser concebido para permitir essa negociação de interesses e percepções entre projetistas e futuros usuários.

Porém, como está colocado na questão, Ehn (2008) se preocupa com a relação entre projetistas profissionais e usuários. Não há, porém, a separação entre concepção no projeto do objeto e concepção na produção do objeto projetado. Assim, nos casos estudados, cabe compreender qual foi o objeto, ou dispositivo, que pretendia mediatizar a relação entre os que concebem a representação do objeto, os que concebem na produção do objeto e os que concebem no uso do objeto.

O equipamento coletivo, no caso da ocupação, Guarani Kaiowá, seria esse objeto. Cabe ressaltar, como demonstrado nas seções anteriores, que a separação entre futuros usuários e aqueles que concebem o espaço no projeto e na execução não era clara.

As discussões na fase de projeto, focadas na negociação das múltiplas prescrições de uso para o espaço a ser produzido, não se orientaram, contudo, sobre uma repartição funcional do espaço. Nesse sentido, podemos dizer que houve uma tentativa de metaconcepção, como nos coloca Sian (2015 – morador e militante): “A divisão interna a gente não pensou ainda, na verdade. E ai como ele vai ser dividido internamente a gente vai pensar depois, quando ele começar a ser usado.” Kapp, Baltazar e Velloso (2006, p.96) ponderam sobre os riscos na predefinição do espaço em processos de concepção participativa:

Um projeto ou plano só escapa do dilema do engessamento do uso pela predefinição do espaço, característica do projeto convencional não participativo, quando é elaborado por todos os envolvidos e numa situação em que pode ser revisto, criticado e reformulado com agilidade condizente com a dinâmica dos eventos reais.

O que Kapp, Baltazar e Velloso (2006) colocam é exatamente uma tentativa de aproximação, no ato de conceber o espaço (o plano ou projeto) com a dimensão do vivido, como forma de escapar do engessamento pela predefinição do uso. Um plano deve ter abertura para essa relação com a experiência corporal dos indivíduos, para que possa ser

reformulado. Como pôde ser observado, entretanto, quando o projeto não se preocupa em antever possíveis problemas na execução e no uso, quando não há um alinhamento dos recursos (humanos e técnicos) condizente com a dinâmica socioespacial, corre-se o mesmo risco de engessamento.

Na execução do projeto conferido pela estrutura doada, haveria a necessidade de vários dias de trabalho. Os mutirões, por ser trabalho voluntário, só poderiam ocorrer nos fins de semana, e, como exposto nas seções anteriores, disputavam recursos humanos com outras atividades coletivas empreendidas pelos moradores da ocupação. Houve, portanto, um prolongamento do processo de execução. Como a obra ainda não foi finalizada, novas concepções, a partir do uso, não puderam ser observadas.

Ademais, o trabalho de concepção na execução, se encontrava duplamente limitado. Primeiro, pelas decisões que já haviam sido tomadas em mutirões anteriores: “se tivesse feito uma sapata maior, talvez não precisasse da cinta em cima” (VASSER, 2014 – morador). Segundo, pelas outras atividades que transcorrem simultaneamente, dado que enquanto se discutia a necessidade de outra cinta, a massa já estava feita e não se podia esperar muito para utilizá-la.

No caso da coleta na ocupação Tomás Balduino, a produção do espaço ficou a cargo dos coletores, a partir de uma prescrição clara para o terreno, a de armazenamento de resíduos. Assim, em apenas um dia de mutirão, o espaço estava limpo e minimamente adequado para efetivar o uso prescrito. Durante o mutirão, os coletores concebiam um galpão, “com dois cômodos de armazenagem e um telhado”, mas que, devido à falta de recursos, seria deixado para um outro momento. O objeto mediatizador no processo de concepção de novos dispositivos não era o espaço a ser produzido, mas sim a atividade de coleta em si.

Similarmente ao processo na ocupação Guarani Kaiowá, também houve conflitos entre concepções na fase de projeto e implementação. Porém, por não se tratar de um dispositivo materializado como o é uma edificação, e sim de um processo, havia uma maior flexibilidade na revisão do mesmo. Seja por alterar a separação prevista pelos pesquisadores, ao modificarem o local de depósito de resíduos não aproveitáveis ou ao alterarem a rota continuamente, utilizando-se da técnica de redução³⁵, o processo ia se transformando corriqueiramente pelas novas concepções dos coletores.

³⁵ Trata-se de uma técnica recorrente nos serviços públicos de coleta tradicional ou na atividade de coleta realizada pelos catadores como seus carros a tração humana. Ao invés de passar com o veículo de porta em

Em todos esses momentos de revisão, Souza, que já possuía experiência enquanto catador de material reciclável, foi imprescindível. Cabe, no entanto, lembrar o caso do carrinho de coleta, no qual, inicialmente, o mesmo não havia aceito a proposta de conceber outro, ao afirmar que aquele que já possuía bastaria. Com o início da coleta, percebeu-se sua inadequação ao terreno em declive e à separação dos materiais. O que nos remete outra vez ao conceito de conhecimento tácito, porém, dessa vez, à sua limitação.

Sendo conhecimento adquirido na recorrência em práticas de uma forma de vida, com uma alteração significativa do contexto, tem que se servir do conhecimento sistematizado a partir de outras experiências, para não “reinventar a roda”. Como exposto na sistematização no capítulo 4, Souza utilizava o carrinho para recolher poucos e pesados materiais em sua atividade de catação de recicláveis, como metais e resíduos eletroeletrônicos, o que justificava estrutura robusta. Porém, para o contexto em que há de se recolher todo o resíduo gerado por uma comunidade, o volume do carrinho era ineficiente e seu peso excessivo tornava a atividade fadigante: “minha coluna foi embora” (DIRCEU, 2014 – morador). Assim, a predefinição defendida pelo pesquisador francês, Diego Guidi, antes da implementação, foi aceita e se demonstrou mais eficaz.

Se pensarmos sobre a separação defendida pelos moradores em assembleia, ao delegar o tratamento do resíduo orgânico a cada família, poder-se-ia deduzir que lhes faltou experiência prática para melhor compreender as consequências dessa decisão, dado que a maioria das famílias entregava suas sacolas aos coletores com grande quantidade de resíduos orgânicos. A determinação de regras de separação na assembleia não implicou numa execução satisfatória. Não existe conhecimento explícito que não seja sustentado por um conhecimento tácito e, por isso, o primeiro deve ser tacitamente entendido, incorporado. Como coloca Ehn (2008), “o uso previsto é dificilmente o mesmo do uso real, não importando o quanto de participação tenha ocorrido no processo de concepção”.

Outro elemento substancial para um ambiente favorável aos jogos de concepção no uso se encontra na identificação ou na concepção de infraestruturas técnicas e espaciais, no momento do projeto, que suportem essas negociações no uso cotidiano. Nas seções anteriores, propomos o funcionamento das assembleias enquanto fóruns híbridos, nos quais ocorreria esse debate.

porta, os trabalhadores, a pé, aglomeram os sacos de lixo, ou os materiais recicláveis, em um dado ponto, pelo qual passará o veículo.

Sobre a convocação da assembleia, por parte dos moradores que estavam em desacordo com a remuneração ou mesmo com a coleta, não se pode dizer que houve uma tentativa de conceber outra forma de processo. Mas, uma vez estabelecido o conflito entre as partes, os interesses se tornam mais claros, o que facilitaria um processo de remodelagem por parte do técnico, embasado nas habilidades que também se tornam visíveis a partir do uso, como é o caso de Teca, da ocupação Tomás Balduino, única moradora que desenvolveu um sistema de separação de seus resíduos orgânicos, com a construção de um minhocário após o início da coleta.

Logo, acreditamos, através da análise exposta nesse capítulo, que ao propor intervenções que tenham com fim último a produção de novos valores de uso para o espaço, direcionados à satisfação das necessidades humanas de (re)produção dos moradores, deve haver uma mudança da perspectiva direcionada à concepção e à produção de novos espaços. Como problematiza Ehn (2008), os objetos intermediários nos jogos de concepção de novos dispositivos, devem ser pouco estruturados para que permitam a flexibilidade, a produção de conhecimento na comunicação e a comunilidade de interesses.

A orientação deveria ser, então, à produção de novos processos que se sustentem, seja pela via econômica, como no caso da coleta na ocupação, ou por outros meios a serem descobertos a partir da especificidade de cada contexto. Dado que, como complementa Ehn (2008), os objetos intermediários devem também ser robustos o bastante para serem utilizados individualmente ou num ambiente uniforme. Para isso, atenção especial deve ser dada aos recursos disponíveis à ação, humanas e técnicos, que permitam a concepção participativa de um processo que seja objeto cognoscível comum, a partir das condições mínimas que permitam sua implementação e conseqüente sustentação e uso.

A existência de uma infraestrutura social e espacial que organiza o debate e a negociação entre os moradores, os mecanismos formais de mobilização, em especial a assembleia, aliado a afirmação de novas identidades produtivas, permite à concepção participativa e a revisão daquilo que é congelado no objeto, ou seja, as representações dos usos que o concebem materializados no dispositivo, a partir das diversas apropriações dos moradores no momento do uso. Assim, acreditamos que possa se instaurar um processo de concepção contínua no uso, das quais a produção do espaço seria uma delas. Como nos problematizam os casos, mesmo não havendo um plano urbanístico que reservasse espaços coletivos e facilitasse, assim, a negociação sobre sua apropriação, a produção de

novos valores de uso para o terreno foi mais eficaz na ocupação Tomás Balduino, do que na ocupação Guarani Kaiowá.

Percebemos, também, que há a necessidade de um conhecimento técnico na facilitação desses projetos. Contudo, os militantes e profissionais técnicos engajados nesse processo devem necessariamente compartilhar do espaço do vivido dos militantes, para assim compreender as dinâmicas de concepção características dos ocupantes, educando sua atenção para captar demandas e desejos explícitos ou latentes, com o objetivo de desenvolver menos a reivindicação e, sim, a ação concreta de fomento a situações de criação coletiva, orientados à dialogicidade entre os saberes e os interesses envolvidos.

7 Considerações finais

Essa dissertação teve como pano de fundo a ação colaborativa de militantes de organizações políticas e moradores de ocupações urbanas. Em especial, a que tem como finalidade produzir novos valores de uso urbanos para o terreno ocupado. Nosso objeto empírico foi o trabalho de transformação do espaço e das relações socioespaciais em ocupações urbanas da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Focamos nossa atenção sobre dois processos produtivos: a construção de um equipamento coletivo na ocupação Guarani Kaiowá e a implementação de um sistema de coleta de resíduos na ocupação Tomás Balduino.

Buscamos demonstrar como essa ação colaborativa encontra-se inserida em um amplo contexto de luta, o de disputa pela cidade entre os que a veem a partir de seus valores de uso e os que a encaram a partir de seus valores de troca. Ademais, explicitamos os interesses de ambas as partes que motivam essa atuação conjunta. Os ocupantes buscam, prioritariamente, conquistar o acesso ao solo urbano, que lhe permite não somente aceder a moradia, como também produzir o espaço urbano de acordo com suas necessidades. A finalidade do trabalho militante, por sua vez, é potencializar a luta política, por meio da qual, busca fomentar a autonomia coletiva dos ocupantes e a afirmação de uma nova sociabilidade comunitária e ética.

O meio que encontra a organização política para caminhar nesse sentido seria a criação de mecanismos de mobilização. Assim, apresentamos os elementos práticos que levam à criação da assembleia, da coordenação e das comissões, orientados pela garantia da democracia nas decisões sobre o rumo da ação de resistência e pela eficácia na tentativa de permanência no terreno.

Procurou-se então compreender os limites desses mecanismos, reféns da unidade conferida pela agregação de ocupantes e militantes, na luta pela superação da situação-limite do conflito fundiário. Seja pela dificuldade de materialização das decisões tomadas nos espaços coletivos ou pela desmobilização dos moradores na discussão de questões mais amplas que a luta reivindicativa pela moradia, a satisfação das necessidades humanas pela auto-organização produtiva se apresenta como ponto frágil.

O que nos leva a uma das questões centrais que buscamos analisar nessa dissertação, a partir da fala de Solan, morador da ocupação Dandara e militante das Brigadas Populares: de que forma propor intervenções em assembleia que sejam suficientemente concretas para mobilizar os moradores, sem coibir a colaboração coletiva nas decisões

sobre os rumos do processo. Ou, como formulado no capítulo introdutório: como alternativas de (re)produção autogestionárias podem gerar novas formas de colaboração política, para além daquela estabelecida pelo conflito fundiário?

Estruturamos, então, nosso trabalho de investigação em campo, nos princípios metodológicos da pesquisa-militante. Dentre eles, vale ressaltar aqui que o retorno é a substância do processo. Na dialética entre pesquisa técnica/acadêmica e reconfiguração social, as técnicas utilizadas partem de uma concepção metodológica bem específica: o compromisso social é prioritário frente à eficácia das técnicas de investigação, pois como nos colocam Bonilla *et al.* (1972): “se as forças reais do adversário social são mais fortes que dos oprimidos, então seria desaconselhável um certo tipo de metodologia que abstraísse tais condições.” O retorno, portanto, deve objetivar a produção de um conhecimento que permita maior clareza e, principalmente, eficácia da ação em colaboração com os oprimidos.

Por ser a demanda que motivou essa pesquisa ampla, ou seja, colocada por um horizonte desejado bem delimitado – nesse caso, o da autogestão produtiva nas ocupações - mas que envolve um sem número de situações e relações, no percurso metodológico realizado, os objetos de estudo foram definidos, e redefinidos, de maneira dinâmica, assim como hipóteses e os marcos teóricos. Quando do início da pesquisa, os processos de produção sistematizados não existiam sequer sob a forma de projeto. Os mesmos se apresentaram como objeto dessa pesquisa à medida que levantavam questões práticas ao pesquisador e aos moradores. Tratou-se, dessa maneira, de uma pesquisa caracterizada por um longo processo de espera sem conhecimento do conteúdo que ia se revelar, em colaboração constante com os moradores e com certa dificuldade de aprofundar os marcos teóricos, advinda da própria mobilidade do objeto.

Essa cooperação, analisada desde uma perspectiva gramsciana, seria não só desejável, quanto necessária. A percepção de que todas as pessoas são intelectuais, pois em seu cotidiano, produzem e reproduzem concepções gerais de mundo, ou seja, são agentes de pesquisa aberta, como apresentado por Callon, Lascoumes e Barthe (2001), é essencial tanto no tratamento das demandas concretas que originam essa pesquisa, quanto na produção de conhecimento à qual ela se propõe. Dessa cooperação, podemos compreender alguns riscos característicos de uma pesquisa-militante, elaborados por Reva, dos quais esse trabalho não se encontra isento:

Percebe-se em muitas experiências de pesquisa militante que objetivam a coprodução de conhecimento, ou seja, a busca de um saber em que acadêmico e popular, sujeito e objeto, se mesclam, a supervalorização dos saberes populares, pois é negligenciada a dominação hegemônica que incide sobre os oprimidos, como se apenas existissem processos alternativos de construção de uma nova sociabilidade. Por outro lado, há também o risco do pesquisador-militante assumir os rumos do processo, sobrevalorizando o saber técnico e não respeitando os processos locais ao propor intervenções que vão além da capacidade do sujeito social (REVA, 2015 – militante).

Nem reproduzir as vozes sem um diálogo crítico, nem assumir o ativismo cego. Tanto pesquisadores em campo aberto ou confinados são limitados, entre o geral que é imposto pelo confinado e não consegue reconhecer especificidades, ou pela incapacidade de ampliação da pesquisa de campo aberto. Como nos coloca a teoria freiriana, nem o conteudismo bancário, nem o basismo ingênuo. Sobre esse frágil equilíbrio, se sustenta essa pesquisa-militante.

Incorrer no basismo, nesse estudo, seria, por exemplo, assumir a análise de um pequeno grupo de homens, que participavam dos mutirões de construção do equipamento coletivo da ocupação Guarani Kaiowá, sobre o porquê dos problemas que parte das mulheres enfrentavam no trabalho coletivo. O conhecimento da teoria ergonômica nos auxiliou na análise das atividades, ao permitir compreender as limitações espaciais e instrumentais da atividade de preparação dos alimentos. Por outro lado, render-se ao conteudismo seria insistir na proposta de estudo sobre a autoprodução de materiais de construção por meio da máquina de tijolos solo-cimento, dado que no processo de pesquisa, percebemos que não se tratava de uma demanda dos moradores.

Para que tais deslizos sejam mitigados, há a necessidade de compreender bem o espaço em que se está atuando. Como coloca Ramos (1996, p.75): “a pergunta famosa: „quem educa o educador?“ só tem uma resposta – a sociedade, e não outro educador”. Assim, tratou-se de um processo de intensa imersão nas realidades estudadas e de diálogo constante com outros militantes e com moradores sobre as hipóteses aqui trabalhadas.

Da dificuldade em aprofundar o marco teórico, surge uma das questões dessa pesquisa. Houve uma apropriação de duas teorias que tem suas diferenças marcantes: a teoria marxista e a teoria ator-rede. Como nossa estimativa não está baseada em livros, mas sim na prática, não se faz de fora pra dentro, mas sim no sentido inverso, e se baseia na experiência cotidiana, nos apropriamos de ambas as teorias para melhor compreender os elementos empíricos coletados e, assim, orientar e organizar nossa intuição na análise construída. Apesar das diferenças epistemológicas entre as teorias, não houve uma

tentativa de síntese dialética de aspectos opostos. Optamos encarar a realidade pela perspectiva da diferença, considerando as potencialidades de ambas a partir das questões práticas levantadas.

A centralidade na contradição é uma característica específica da teoria marxista, utilizada nesse estudo para a compreensão do espaço urbano enquanto reproduzidor das relações resistência explora a contradição que marca o espaço urbano, entre proprietários dos meios de produção – em especial da terra – e os que produzem a cidade, mas veem seu produto lhes ser furtado em valor e significado.

Se ao ocupar o solo urbano pelas vias informais, podemos afirmar que os moradores garantem o uso do terreno como um meio para autoproduzir o espaço, essa contradição entre proprietário e trabalhador, no âmbito da auto-organização local, na relação estabelecida entre os moradores por meio do trabalho cotidiano de transformação do espaço, pouco nos serve. Além disso, o elemento da produção do espaço nas ocupações é secundário no tratamento das questões coletivas em assembleia. Há, então, uma multiplicidade de necessidades entre os ocupantes, sejam elas diretas – quando o espaço produzido é objeto de fruição – ou indiretas – quando o terreno ocupado é meio de produção. Por isso, a teoria ator-rede, interessada não no elemento que garante unidade às redes, como no caso da teoria marxista, e sim na sua complexidade, nos auxiliou na compreensão da composição dos interesses dos atores por trás dos objetos concebidos em cada uma das experiências sistematizadas.

Os conceitos, então, aparecem como forma de auxiliar ambas, atividade militante e investigativa, e, no sentido oposto, a ação militante e investigativa propõe novas formas de apropriação desses conceitos, demonstrando como teorias que possuem seus aspectos conflitantes podem colaborar na produção de conhecimento.

Retomemos, portanto, para concluir, a aposta teórica produzida nessa dissertação. Acreditamos que seria necessária uma mudança de paradigma na produção colaborativa do espaço nas ocupações. Ao invés de conceber novos usos para o espaço urbano centrados na produção de novos equipamentos, o objeto da ação, capaz de mediar os conhecimentos e percepções distintos entre militantes e ocupantes, deveria ser o processo produtivo, pois a materialização do objeto limita a concepção no momento de execução e uso, pelos padrões predefinidos no momento do projeto, como observado no caso da construção do equipamento coletivo da ocupação Guarani Kaiowá. A orientação principal seria, dessa forma, na concepção de novas atividades produtivas, centrada nos elementos

operacionais, que garantam sua sustentação, e na afirmação de novas identidades produtivas, que promovam a apropriação da assembleia enquanto mecanismo de negociação dessas identidades emergentes, que permitam novas formas de colaborações que não sejam centradas no conflito fundiário.

Não se trata, porém, de uma proposta que vise romper com a perspectiva de unidade na luta política pelo direito à cidade e por mudanças sociais. Como dito anteriormente, para haver composição, há de haver agregação. Entretanto, para que a autonomia coletiva deixe de ser apenas um princípio utópico, nosso projeto político de emancipação deve se materializar em ações cotidianas que não sejam centradas somente na luta reivindicativa pelo direito à moradia, mas também no tratamento de nossos resíduos, no cuidado com nossas crianças, na geração de trabalho e renda e na produção de relações solidárias.

Referências bibliográficas

ABRAMO, P. O Mercado de solo informal em favelas e a mobilidade residencial dos pobres nas grandes metrópoles. In: *Encontro Nacional da Associação Nacional De Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano*, Salvador, 2005.

BALTAZAR, A. P.; KAAP, S. Por uma Arquitetura não planejada: o arquiteto designer de interfaces e o usuário como produtor de espaços. In: *Impulso*, Piracicaba, v. 17, n. 44, p.93-103, 2006.

BASTOS, R. D. *Economia política do imobiliário: o programa minha casa minha vida e o preço da terra urbana no Brasil*. 2012. Dissertação – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo.

BONILLA, V. et al. *Causa popular, ciencia popular: una metodología del conocimiento científico a través de la acción*. Bogotá-Colombia: Rosca, 1972.

BOULOS, G. *Porque ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto*. São Paulo: Scortecci, 2012.

BRASIL. *Estatuto das Cidades*. Lei nº 10.257/2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001.

BRASIL. *Minha Casa Minha Vida*. Lei nº 11.977/2009. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/index.php/minha-casa-minha-vida>>. Acesso em 22 ago. 2014.

BRASIL. Ministério das Cidades. Diagnóstico das condições habitacionais, da política habitacional e das ações institucionais da política habitacional realizada no Brasil. Política Nacional de Habitação. *Programa Habitar Brasil – BID* (Projeto BRA/00/019). Brasília, 2004.

BRIGADAS POPULARES. *Manifesto das novas Brigadas Populares*. 2011a. Disponível em: <http://brigadaspopulares.org.br/?page_id=16>. Acesso em: 22 ago. 2014.

BRIGADAS POPULARES. *Reforma urbana estrutural, efetiva e popular*. 2011b. [não publicado]

BRINGEL, B.; VARELLA, R. V. Scott. Pesquisa Militante e Produção de Conhecimentos: o enquadramento de uma perspectiva. In: *Seminário Pesquisa Militante na América Latina*. Rio de Janeiro, 2014.

CALLON, M.; LASCOUMES, P.; BARTHE, Y. *Agir Dans Un Monde Incertain. Essai sur la démocratie technique*. Paris: Le Suil, 2001.

CANETTIERI, T. *A produção das novas periferias metropolitanas: migração e expulsão dos pobres na RMBH na primeira metade do século XXI*. 2014a. Dissertação – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo horizonte, MG.

CANETTIERI, T. Ocupações, remoções e luta no espaço urbano: a questão da moradia. E-metropolis. In: *Revista eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 5, p.22-29, 2014b.

CORREA, Vanessa. 1% mais rico de SP abocanha 20% da renda da cidade; há dez anos eram 13%. Folha de S.Paulo, 3 ago. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2014/08/1494444-1-mais-rico-de-sp-abocanha-20-da-renda-da-cidade-ha-dez-anos-eram-13.shtml>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

EHN, P. Participation in design things. *Proceedings of the Tenth Anniversary Conference on Participatory Design*, Indiana University Indianapolis, p.92-101, 2008.

ELLIOT, D.; CROSS, N.; ROY, R. *Diseño, Tecnología y Participación*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S.A., 1980.

FERREIRA, A. A produção do espaço: entre dominação e apropriação. um olhar sobre os movimentos sociais. In: *Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais*, Barcelona, v. XI, n, 241, ago. 2007.

FREIRE, P. (1968). *Pedagogia do oprimido*. 50. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Centro de estatística e informação: déficit habitacional municipal no Brasil 2010*. Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte: Centro de Estatística e Informação, 2013.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Centro de estatística e informação: déficit habitacional no Brasil 2011-2012: resultados preliminares*. Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte: Centro de Estatística e Informação, 2014.

GRAMSCI, A. (1949). *Cadernos de Cárcere*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GUERREIRO, R. *A redução sociológica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

HARVEY, D. A crise da urbanização planetária. *Blog da Boitempo*, 2015. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2015/01/10/david-harvey-a-crise-da-urbanizacao-planetaria>>. Acesso em: 15 de mar. 2015

HARVEY, D. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, D. *Palestra*. 29 jan. 2015, Brasil. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2009/02/440802.shtml>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

HARVEY, D. *Rebel Cities*. New York: Verso Books, 2012.

HOLLIDAY, J. O. *La Concepción Metodológica Dialéctica, Los Métodos y las Técnicas Participativas en la Educación Popular*. San José, Costa Rica: CEP Centro de Estudios y Publicaciones Alfoja, 2009.

KAPP, S.; BALTAZAR, A. P.; VELLOSO, R. Morar de outras maneiras: pontos de partida para uma investigação da produção habitacional. In: *Topos Revista de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v. 4, p.34-42, 2006.

LEFEBVRE H. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Centauro, 2001.

LEFEBVRE, H. *The production of space*. Oxford: Blackwell Publishing, 1991.

LENIN, V. (1902). *Qué Hacer?* Caracas-Venezuela: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2010.

LIMA, F. P. A. Ergonomia, ciência do trabalho, ponto de vista do trabalho: a ciência do trabalho numa perspectiva histórica. In: *Ação Egonômica*, v. 1. n. 2, p.35-45, 1995.

LIMA, F. P. A.; OLIVEIRA, F. G. Produtividade técnica e social das associações de catadores: por um modelo de reciclagem solidaria. In: KEMP, V. H.; CRIVELLARI, H. M. T. (Orgs.). *Catadores da Cena Urbana: construção de políticas socioambientais*. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2008. p.225-248.

LOURENÇO, T. *Cidade ocupada*. 2014. Dissertação – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.

LOWY, M. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen: Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento*. São Paulo: Editora Busca Vida, 1998.

MACIEL, A.; BALTAZAR, A. P. Família sem casa e casas sem família: o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: *Caderno Metropolitano*, São Paulo, v. 13, n. 26, p.523-547, 2011.

MARICATO, E. *Habitação e Cidade*. São Paulo: Atual, 1997.

MARICATO, E. *Metrópole na periferia do capitalismo*. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARICATO, E. Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação. In: *Cadernos Metr6pole*, PUC-SP, v. 21, p.33-52, 2009.

MARICATO, E. Problemas e mitos na luta por moradia. In: *Revista Travessia*, São Paulo, v. 1, n. 2. p.10-15. 1988.

MAYER, J. G. M.; ASSIS, M. P. F. *Por uma teoria e uma prática radical de reforma urbana*. Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <<http://www2.uel.br/grupopesquisa/gepal/terceiro%20gepal/jovianogabriel.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

MIRANDA, I. G. Ocupando sonhos. *A Comunidade Dandara e as ocupações organizadas de terras nas cidades: emancipação social e reforma urbana*. 2012. 151f. Monografia – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.

MOURA, D. A. G. *Anarquitectura: táticas para reinventar usos da rua*. 2013. 108f. Monografia – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.

OCUPAÇÃO GUARANI KAIOWÁ (Comunidade). *Facebook*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/OcupacaoGuaraniKaiowa?fref=ts>>. Acesso em: 22 mar. 2015

OLIVEIRA, F. G. *Processo de Trabalho e Produção de Vínculos Sociais: Eficiência e Solidariedade na Triagem de Materiais Recicláveis*. 2010. Dissertação – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.

PIKKETI, T. *O Capital no século XXI*. São Paulo: Temas & Debates, 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. URBEL. *Minha Casa Minha Vida*. Situação do Minha Casa Minha Vida em BH – 2015. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=40596&lang=pt_BR&pg=5580&taxp=0&>. Acesso em: 24/01/2015.

RIBEIRO, R. *Gestão do Conhecimento Tácito*. In: Online First. jul. 2011. Disponível em: <http://pesquisas.dep.ufmg.br/gestaodotacito/conteudo/bibliografia/17_1.pdf>. Acesso em: 28/02/15.

RIBEIRO, A.;BOULOS, G.; SZERMETA,N. Como não fazer política urbana. In: *Carta Capital*. São Paulo, 30 jan 2014. Disponível em: <<http://cartacapital.com.br/politica/como-nao-fazer-politica-urbana-3066.html>>. Acesso em: 30/03/2015.

SADE, C. Enação e metodologias de primeira pessoa: o reencantamento do concreto das investigações da experiência. In: *Informática na Educação: teoria e prática*. Porto Alegre, v. 12, n. 2, p.45-58, 2009.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

TONIN, V. H. *Muita gente sem casa, muita casa sem gente*. Entre superlucros e superexploração: a dialética da habitação em país dependente. 2015. Dissertação – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina.

VARELA, F. *Conhecer: as ciências cognitivas tendências e perspectivas*. Lisboa, Portugal: Instituto Piaget, 1990.

VELLOSO, R. Espetáculo: não ótica, mas arquitetura do poder. In: *Revista TRAMA Interdisciplinar*, v. 2, p.169-184, 2013.

VILLAÇA, F. *O que todo cidadão precisa saber sobre habitação*. São Paulo: Global, 1986.

VINCK, D. (Org.). *Engenheiros no Cotidiano: etnografia da atividade de projeto e de inovação*. Belo Horizonte: Fabrecaum, 2013.

WELLE, Deutsche. OCDE aponta aumento de abismo entre pobres e ricos na Europa. In: *Carta Capital*, 26 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/ocde-aponta-aumento-de-abismo-entre-pobres-e-ricos-na-europa>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

Entrevistados

ALU. *Entrevista com o militante Alu, das Brigadas Populares*. 20 ago. 2014. Entrevista concedida à William Azalim do Valle, 2014.

ANIQUE. *Fala do morador Anique, da ocupação Guarani Kaiowá, em reunião de coordenação*. 22 mai. 2014a. Fala consta no caderno de campo de William Azalim do Valle.

ANIQUE. *Fala do morador Anique, da ocupação Guarani Kaiowá, no mutirão de construção do equipamento coletivo*. 2014b. Fala consta no caderno de campo de William Azalim do Valle.

ARO. *Fala do morador Aro, da ocupação Guarani Kaiowá, no mutirão de construção do equipamento coletivo*. 2014a. Fala consta no caderno de campo de William Azalim do Valle.

ARO. *Entrevista1 do morador Aro, da ocupação Guarani Kaiowá*. 09 ago. 2014b. Entrevista concedida ao grupo de estudos da disciplina Sociologia Urbana da Faculdade de Arquitetura da UFMG.

ARO. *Entrevista2 do morador Aro, da ocupação Guarani Kaiowá*. 17 sep. 2014c. Entrevista concedida à William Azalim do Valle.

DAIVI. *Fala do morador Daivi, da Ocupação Guarani Kaiowá, no mutirão de construção do equipamento coletivo*. 2014 Fala consta no caderno de campo de William Azalim do Valle.

DIRCEU. *Falas do morador e coletor Dirceu, da ocupação Tomás Balduino Valdir, durante a coleta de resíduos*. 2014 Fala consta no caderno de campo de William Azalim do Valle.

ESTER. *Fala de Ester, moradora da ocupação Guarani Kaiowá e militante das Brigadas Populares, em reunião de coordenação*. 22 mai. 2014. Caderno de campo de William Azalim do Valle.

FÁBI. *Fala do militante Fábi, das Brigadas Populares, no mutirão de construção do equipamento coletivo da Guarani Kaiowá*. 2014. Fala consta no caderno de campo de William Azalim do Valle.

FANI. *Entrevista da moradora Fani, da ocupação Guarani Kaiowá*. 09 ago. 2014. Entrevista concedida ao grupo de estudos da disciplina Sociologia Urbana da Faculdade de Arquitetura da UFMG.

FELU. *Falas do morador Felu, da ocupação Tomás Balduino, recolhidas em conversas informais*. 2014. Fala consta no caderno de campo de William Azalim do Valle.

JOVACO. *Entrevista do morador Jovaco, da ocupação Tomás Balduino*. 27 jan. 2015. Entrevista concedida à William Azalim do Valle.

LEMA. *Entrevista do arquiteto Lema, que acompanhou o processo de construção do equipamento coletivo na ocupação Guarani Kaiowá*. 24 Fev. 2015. Entrevista concedida à William Azalim do Valle.

MAR. *Entrevista com a militante Mar, das Brigadas Populares*. 20 mar. 2015. Entrevista concedida à William Azalim do Valle.

PACO. *Fala do morador Paco, da ocupação Guarani Kaiowá, no mutirão de construção do equipamento coletivo*. 2014a. Fala consta no caderno de campo de William Azalim do Valle.

PACO. *Entrevista1 do morador Paco, da Ocupação Guarani Kaiowá*. 11 ago. 2014b. Entrevista concedida ao grupo de estudos da disciplina Sociologia Urbana da Faculdade de Arquitetura da UFMG.

PACO. *Entrevista2 do morador Paco, da Ocupação Guarani Kaiowá*. 23 Fev. 2015. Entrevista concedida à William Azalim do Valle.

PENA. *Fala da moradora Pena, da ocupação Guarani Kaiowá, no mutirão de construção do equipamento coletivo*. 2014. Fala consta no caderno de campo de William Azalim do Valle.

PETI. *Fala da moradora Peti, da ocupação Guarani Kaiowá, no mutirão de construção do equipamento coletivo*. 2014. Fala consta no caderno de campo de William Azalim do Valle.

QUISA. *Fala da moradora Quisa, da ocupação Tomás Balduino, durante a coleta de resíduos*. 2014. Fala consta no caderno de campo de William Azalim do Valle.

REIS. *Fala do morador Reis, da ocupação Guarani Kaiowá, no mutirão de construção do equipamento coletivo*. 2014. Fala consta no caderno de campo de William Azalim do Valle.

REVA. *Entrevista de Reva, militante e pesquisadora das Brigadas Populares*. 28 mar. 2015. Entrevista concedida à William Azalim do Valle.

SIAN. *Fala de Sian, morador da ocupação Guarani Kaiowá e militante da Frente, Terra e Autonomia, em reunião de coordenação.* 22 mai. 2014a. Caderno de campo de William Azalim do Valle.

SIAN. *Entrevista1 de Sian, morador da Ocupação Guarani Kaiowá e militante da Frente, Terra e Autonomia.* 09 ago. 2014b. Entrevista concedida ao grupo de estudos da disciplina Sociologia Urbana da Faculdade de Arquitetura da UFMG.

SIAN. *Entrevista2 de Sian, morador da Ocupação Guarani Kaiowá e militante da Frente Terra e Autonomia.* 23 Fev. 2015. Entrevista concedida à William Azalim do Valle.

SOLAN. *Entrevista de Solan, morador da Ocupação Dandara e Militante das Brigadas Populares.* 13 Abr. 2014. Entrevista concedida à William Azalim do Valle, 2014.

SOUZA. *Falas do morador e coletor Souza, da ocupação Tomás Balduino, durante a coleta de resíduos.* 2014 Fala consta no caderno de campo de William Azalim do Valle

TECA. *Entrevista da moradora Teca, da ocupação Tomás Balduino.* 27 jan. 2015. Entrevista concedida à William Azalim do Valle, 2014.

TONPE. *Entrevista do militante Tonpe das Brigadas Populares, concedida ao documentário Dandara: Enquanto Morar for um privilégio, ocupar é um direito.* Direção: Carlos Pronzato, 2013.

VALKA. *Fala da moradora Valka, da ocupação Tomás Balduino, durante a coleta de resíduos.* 2014. Fala consta no caderno de campo de William Azalim do Valle.

VIMA. *Entrevista com a moradora Vima, da ocupação Tomás Balduino.* 27 jan. 2015. Entrevista concedida à William Azalim do Valle.

PERLA. *Fala da moradora Perla, da ocupação Guarani Kaiowá, em reunião de coordenação.* 22 mai. 2014a. Caderno de campo de William Azalim do Valle.

VASSER. *Fala do morador Vasser, da ocupação Guarani Kaiowá, no mutirão de construção do equipamento coletivo.* 2014 Fala consta no caderno de campo de William Azalim do Valle.

VASSER. *Entrevista do morador Vasser, da Ocupação Guarani Kaiowá.* 23 fev. 2015. Entrevista concedida à William Azalim do Valle.

ZEVI. *Caderno de campo da pesquisadora Zevi, sobre a implementação da feira de produtores na ocupação Dandara.* 2013.